



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

MESTRADO EM: DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

IMIGRAÇÃO PORTUGUESA NO GRÃO-DUCADO DO
LUXEMBURGO: ASPECTOS SOCIAIS E
ECONÓMICOS

LUÍS MIGUEL MARQUES DUARTE

ORIENTAÇÃO: DOUTOR JOÃO ALFREDO DOS REIS PEIXOTO

Júri:

Presidente: Doutor Adelino Augusto Torres Guimarães, professor catedrático do Instituto de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa;

Vogais: Doutora Maria Ioannis Benis Baganha, professora associada da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra;

Doutor João Alfredo dos Reis Peixoto, professor associado com agregação, do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

/ 2005

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

MESTRADO EM: DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

IMIGRAÇÃO PORTUGUESA NO GRÃO-DUCADO DO
LUXEMBURGO: ASPECTOS SOCIAIS E
ECONÓMICOS

LUÍS MIGUEL MARQUES DUARTE

ORIENTAÇÃO: DOUTOR JOÃO ALFREDO DOS REIS PEIXOTO

Júri:

Presidente: Doutor Adelino Augusto Torres Guimarães, professor catedrático do Instituto de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa;

Vogais: Doutora Maria Ioannis Benis Baganha, professora associada da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra;

Doutor João Alfredo dos Reis Peixoto, professor associado com agregação, do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

/ 2005

Glossário



BEI: Banco Europeu de Investimento

Benelux: Tratado de união monetária e aduaneira assinado entre a Bélgica, Países Baixos e o Luxemburgo.

CE: Comunidade Europeia

CECA: Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

EUA: Estados Unidos da América

Eurostat: Instituto de Estatísticas da Comunidade Europeia

GDL: Grão-Ducado do Luxemburgo

INE: Instituto Nacional de Estatísticas

MNE: Ministério dos Negócios Estrangeiros

NATO: Organização do Tratado Atlântico Norte

OIM: Organização Internacional para as Migrações

ONU: Organização das Nações Unidas

PIB: Produto Interno Bruto

PPC: Padrão de Poder de Compra

RTPi: Rádio e Televisão Portuguesa Internacional.

SDN: Sociedade das Nações

STATEC: Service Central de la Statistique et les Études Economiques

TC: Tribunal de contas

TJ: Tribunal de Justiça

UE: União Europeia

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

IMIGRAÇÃO PORTUGUESA NO GRÃO-DUCADO DO LUXEMBURGO: ALAVANCA DO DESENVOLVIMENTO.

Luís Miguel Marques Duarte

Mestrado em: Desenvolvimento e Cooperação Internacional.

Orientador: Professor Doutor João Peixoto.

Provas concluídas em:

Resumo.

Este trabalho assenta em três pilares principais: a revisão das teorias da emigração, incluindo as suas causas e consequências; a análise da emigração portuguesa em geral e dos destinos mais demandados; e o estudo aprofundado da emigração portuguesa no Luxemburgo.

Este último pilar suporta todo o “peso” dos problemas sentidos pelos imigrantes portugueses no Grão-Ducado do Luxemburgo e pelas suas famílias. A aliviar este “peso” estão as vantagens desta emigração – a tentar integrar-se cada vez mais na sociedade do país que a acolheu. Esta emigração que conseguiu proporcionar aos seus agentes um nível de vida que nunca atingiriam para cá do “cais” que os viu partir, assegurando-lhes trabalho, mais justiça salarial, direito a boas estruturas de saúde e respeito pela sua dignidade pessoal e social.

Em troca deste “bem-estar” foi a força dos seus braços, a sua dedicação ao trabalho, a sua humildade, o seu apego ao cumprimento das regras e leis vigentes no país de acolhimento, que contribuíram, e contribuem, para o desenvolvimento económico, laboral e equilíbrio social deste “pequeno – grande” país. O imigrante português no Grão-Ducado do Luxemburgo não lhe alterou a história; não mexeu com os princípios dos seus naturais; não perturbou a sua paz social; antes o enriqueceu com a sua contribuição generosa.

Quando a mão-de-obra escasseava os imigrantes portugueses souberam dizer “presente”, aceitando desempenhar trabalhos, bem humildes, que os naturais desprezavam. Em vagas, mais ou menos numerosas, chegaram, constituindo hoje a maior comunidade de imigrantes neste país da Europa Central. Aí prepararam os seus filhos para um trabalho mais qualificado e estes para, a exemplo dos seus pais, educarem os seus filhos formando a segunda e terceira geração.

Tudo na vida tem o seu lado positivo e o seu lado negativo. Este é, sem dúvida, o insucesso escolar e a dificuldade em obter a dupla nacionalidade.

Palavras-chave: migração, integração, qualidade de vida, educação, regresso, desenvolvimento, emigração portuguesa, Luxemburgo.

IMIGRAÇÃO PORTUGUESA NO GRÃO-DUCADO DO LUXEMBURGO: ALAVANCA DO DESENVOLVIMENTO.

Luís Miguel Marques Duarte

Mestrado em: Desenvolvimento e Cooperação Internacional.

Orientador: Professor Doutor João Peixoto.

Provas concluídas em:

Abstract

The sum of this work is set on three nuclear aspects which are: the grounds on which emigration theory are base as well as their causes and consequences, the Portuguese emigration and the most seeked destinations, Portuguese emigration in Luxembourg.

This last aspect withstands the “weight” of the problems felt by Portuguese emigrants in the Grand Duchy of Luxembourg and by their families. In relieving this “weight” are the advantages of such emigration – furthering their integration inside the society of the host country – providing them with a good level of life, that was never achieved in their home country, therefore ensuring them better salaries, right to better health system and respect for their personal and social dignity.

In exchange for this well-being, blue collar work, dedication humility and obedience to the national rules and laws were a price to pay, thus contributing to the economical, laboural and social equilibrium of this small sized / big sized country. The Portuguese immigrant in the Grand Duchy of Luxembourg did not change its history or altered the native’s principles. In fact nor only did they not disturb the existing social peace but enriched it with their generous contribution.

When the labour force scarced, Portuguese immigrants were there to accept any sort of jobs despised by the inhabitants of the host country. Large numbers of immigrants came in flows making them the largest emigrant community in this Central Europe country. There they prepare their children for more qualified jobs, giving them foundations for the following generations.

Everything in life has a bright side and a bad side. The latter is definitely school failure and the difficulty to obtain dual nationality.

Key words: migration, integration, level of life, education, return, development, Portuguese emigration, Luxembourg.

Índice

Índice.....	6
Índice das tabelas e gráficos	7
1. Tabelas:	7
2. Gráficos:	8
Introdução.....	11
Capítulo I – As migrações	20
1. Introdução.....	20
2. As migrações um estudo interdisciplinar.....	28
A. Uma perspectiva económica	30
B. O despontar da ciência social	32
C. A análise micro económica.....	35
D. A análise macro económica.....	37
3. Os diferentes tipos de migrações	39
A. Os emigrantes internacionais	39
B. Os migrantes nacionais.....	40
C. As migrações temporárias.....	41
D. As migrações definitivas	41
4. As importantes causas da migração	43
5. País Receptor	44
6. Efeitos das migrações	46
Capítulo II – A emigração portuguesa.....	48
1. Introdução.....	48
2. A diáspora europeia.....	50
3. Emigração legal e emigração clandestina	53
4. Os portugueses no mundo	64
5. A migração no século XXI	67
Capítulo III – A emigração para o Luxemburgo.....	73
1. O Luxemburgo	73
2. Evolução da emigração portuguesa no Luxemburgo	78
3. Características demográficas e vida familiar	90
a) O divórcio.....	96
b) O aborto	97
c) A importância de ter e educar os filhos.....	98
4. Escola e Educação	102
A. A escola portuguesa no Luxemburgo.....	103
B. O insucesso escolar	105
5. Mercado de Trabalho	108
6. A vida associativa e política.....	117
A. A vida associativa	117
B. A vida política.....	119
7. O Lazer	125
8. Ligações com Portugal	129
A. Processo de naturalizações	137
Conclusão	144
Bibliografia.....	153

Índice das tabelas e gráficos

1. Tabelas:

➤ Emigração Portuguesa de 1901 a 1967.....	51
➤ Emigrantes legais por países de destino de 1956 a 1988.....	54
➤ População portuguesa e de origem portuguesa residente na Europa.....	55
➤ População portuguesa e de origem portuguesa residente no estrangeiro.....	69
➤ Emigrantes portugueses no Luxemburgo.....	81
➤ Evolução da emigração portuguesa no Luxemburgo de 1997 a 2003.....	83
➤ Número de inscrições consulares.....	86
➤ Emigrantes portugueses no Grão-Ducado do Luxemburgo segundo a idade e o sexo	90
➤ A população estrangeira comunitária de menos de 18 anos e mais, segundo as nacionalidades, o sexo e as classes vivendo no Luxemburgo em 1998.....	92
➤ País onde nasceram as crianças.....	94
➤ A situação matrimonial.....	95
➤ Sucesso de um casamento passa por ter filhos?	98
➤ Qualidades a inculcarem na educação dos filhos.....	100
➤ Estatuto profissional da população activa no Luxemburgo.....	110
➤ Sector de actividade dos activos assalariados.....	110
➤ Profissão por nacionalidade.....	111
➤ Nível de instrução segundo a nacionalidade.....	113
➤ Profissão dos emigrantes portugueses segundo o local de nascimento e chegada ao Luxemburgo de 1997 a 1998.....	113
➤ Nacionalidades e qualidades de um trabalho.....	115
➤ A vida associativa segundo a nacionalidade de origem.....	117
➤ Grau de interesse pela política.....	119
➤ Tendência política dos habitantes no Luxemburgo.....	121
➤ Confiança nas instituições.....	122
➤ O sentimento democrático segundo a nacionalidade.....	124
➤ Idiomas escolhidos para fazer anúncios nos periódicos.....	126
➤ Idioma principal dos quotidianos e jornais.....	126
➤ Preferência de idioma na escuta de rádio.....	127

➤ A frequência dos cafés segundo a nacionalidade.....	128
➤ A que país tem o sentimento de pertencer.....	130
➤ Regresso e projectos de regresso ao país de origem.....	131
➤ Algumas práticas dos emigrantes portugueses entre eles e com Portugal.....	132
➤ Factor de integração segundo a nacionalidade e a faixa etária.....	135
➤ Tolerância e intolerância segundo as nacionalidades.....	137
➤ Os imigrantes portugueses que adquirem a nacionalidade Luxemburguesa....	138

2. Gráficos:

➤ Emigração portuguesa.....	67
➤ Emigração temporária	68
➤ Segundo o sexo.....	68
➤ Entrada de emigrantes portugueses no Luxemburgo.....	78
➤ Análise do número dos emigrantes portugueses por período.....	79
➤ Proporção de mulheres e homens no Luxemburgo segundo a nacionalidade em 2000.....	84
➤ Número de inscrições consulares.....	85
➤ Tamanho das células familiares dos emigrantes portugueses presentes no Luxemburgo.....	92
➤ Posição sobre o aborto.....	97
➤ Sistema da educação no Luxemburgo.....	105
➤ As nacionalidades estrangeiras mais representadas na população activa segundo o sexo.....	109
➤ Importância do valor dado ao “trabalho” nos diferentes grupos.....	114
➤ O sentimento de livre arbítrio segundo as nacionalidades.....	134
➤ Imigrantes que adquiriam a nacionalidade luxemburguesa.....	142

Agradecimentos

Não poderia considerar terminado este trabalho sem nele incluir o sentimento de gratidão para com todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que eu pudesse levar a cabo esta tarefa que, quero aqui afirmá-lo, sinto que, só agora, estaria apto a iniciar.

Os meus agradecimentos vão tanto para as pessoas que menos “material” me forneceram como para aquelas que me entregaram as “pedras basilares” que sustentam o meu trabalho:

Os presidentes das diversas Associações Portuguesas no Luxemburgo.

O Sr. Manuel Bento membro do sindicato da OGBL e locutor da Rádio Latina.

O Sr. Martins empresário português de sucesso radicado no Luxemburgo.

A Sra Germaine Thill-Ditsch e o Sr. Jean Langers altos funcionários do STATEC.

Os responsáveis Religiosos pela Comunidade Portuguesa no Luxemburgo.

O Sr. Jean Laurent Redondo alto funcionário do Ministério da Justiça do Luxemburgo.

Os funcionários da Embaixada e do Consulado Português no Luxemburgo.

O Sr. Sylvain Besch do Centro Intercomunitário.

Os colegas que se dispuseram, de alguma maneira, a ajudarem-me.

Todos os competentíssimos professores do Mestrado.

O Eminentíssimo Professor Doutor João Peixoto que, sacrificando muito do seu tempo, soube sempre ter disponibilidade para me atender e me incentivar.

À Professora Ana que me aconselhou na orientação dos meus estudos.

Aos meus Queridos Pais que, desde a minha infância, não olhando a sacrifícios, nem me faltando com os seus conselhos, me proporcionaram os meios materiais e todo o apoio sem os quais, não me teria sido possível concretizar os meus sonhos.

“Uma pessoa só nunca alcança os seus objectivos.”

– Goethe

“Temos toda a probabilidade de adquirir melhores ensinamentos daquilo que aprendemos da vida do que daquilo que lemos nos livros.”

– H. Balzac.



Introdução

Propus-me elaborar uma tese que me permita atingir diversos objectivos, todos eles demonstrativos de que a emigração portuguesa em geral, e a do Grão-Ducado Luxemburgo em particular, implica variadíssimos factores com causas e consequências determinantes para tornar este tema aliciante. Analisei aprofundadamente esta problemática, bem complexa, que comporta elementos dos mais variados aspectos, todos eles com influência na vida dos emigrantes e das suas famílias. Servi-me, para tanto, da opinião de muitos estudiosos deste tema e da minha própria opinião.

Com este trabalho tento provar que:

1. A emigração portuguesa no Luxemburgo contribuiu fortemente para o desenvolvimento económico – criação de riqueza – do Grão-Ducado (infelizmente não inclui nenhuns indicadores económicos, como o rendimento, o PIB, etc.).
2. Os portugueses que emigraram para este país conseguiram melhorar o seu nível de vida e proporcionaram aos seus filhos oportunidades de qualificação profissional, técnica e superior para entrarem em mercados de trabalho mais exigentes, livrando-os de trabalhos tão pesados como os que eles próprios desempenharam.
3. Apesar da relativa integração na sociedade luxemburguesa, os emigrantes portugueses continuam a ter uma forte ligação com a sua pátria, mantendo os seus costumes – etnográficos, gastronómicos, religiosos e familiares –, visitando regular e anualmente Portugal.

Várias hipóteses se me puseram à medida que fui desenvolvendo o tema que serve de base a este trabalho. São vastíssimos os problemas que acompanham o estudo da emigração portuguesa em geral. No que se refere à preferência dos portugueses pelo Luxemburgo também uma vasta gama de problemas se colocam:

A integração dos emigrantes portugueses no Grão-Ducado foi ou não foi bem sucedida? Será que valeu a pena terem deixado as suas terras, as suas famílias, os seus amigos, em suma, as suas referências, para se radicarem num país que, à partida, lhes trazia tantas dificuldades? – País trilingue.

A existência de grande percentagem de portugueses na sociedade luxemburguesa contribuiu e contribui para que os emigrantes tenham decidido prolongar a sua permanência no Luxemburgo ou até se fixarem definitivamente no território?

Na hipótese dos problemas encontrados pelos emigrantes da primeira geração terem sido ultrapassados os da segunda e terceira geração sentirão estes menos obsessão pelo regresso ao país de origem?

O facto de o Grão-Ducado ter um território de pequena dimensão com uma vasta população portuguesa, o nível de vida ser confortável, as estruturas sócio educacionais assegurarem protecção e qualificação para as gerações mais novas, tem influência na decisão de regressar ou de ficar?

A dificuldade na aprendizagem da língua (ou das línguas) constitui um sério problema, talvez o maior obstáculo, para a integração dos portugueses na sociedade luxemburguesa. Será que esta dificuldade é compensada pelo atractivo das disposições legais constantes no código de trabalho, no sistema de saúde, no bem-estar, no conforto que o emigrante português encontrou no Grão-Ducado?

O aumento de formação técnico-superior que, embora paulatinamente, se vai observando nos filhos dos emigrantes portugueses, cada vez mais integrados, cria neles uma consciência diferente em relação ao regresso?

Os problemas enfrentados pelos emigrantes que nestes últimos anos demandam o Luxemburgo são bem diferentes dos que se punham aos primeiros que escolhiam o Grão-Ducado em busca de uma vida melhor. A baixíssima taxa de desemprego é estímulo para a permanência e até para compra de casa própria.

Os filhos dos emigrantes têm condições de ensino para no futuro poderem concorrer a cargos profissionais que requerem qualificações e/ou estudos superiores?

Será que o hipotético bem-estar profissional e económico, as boas perspectivas para o futuro dos filhos, modifica a maneira de pensar, e as ambições, de modo a ponderarem uma fixação definitiva?

O facto de Portugal fazer parte integrante da União Europeia, tal como o Luxemburgo, influencia os emigrantes portugueses a sentirem-se mais cidadãos europeus e enfraquece-lhes a vontade de um regresso definitivo?

Também é de considerar a hipótese da segunda e terceira geração formarem as suas próprias famílias no Luxemburgo, situação que pode levar os seus pais a optarem por um “*vai – vem*”.

Para conseguir chegar aos objectivos que me levaram a escolher este vasto assunto da emigração usei a metodologia possível:

Como ponto de partida preferi a vivência / experiência da minha situação de filho de emigrantes, isto é, emigrante da segunda geração no Luxemburgo.

Entrevistei radialistas de pequenos emissores de língua portuguesa sedeados na capital; dirigentes da comunidade portuguesa no Grão-Ducado; membros de diversas colectividades recreativas, desportivas e religiosas; e professores¹. Informei-me junto do Instituto Camões; conversei com alguns emigrantes portugueses estabelecidos em pequenas e médias empresas; troquei impressões com colegas – emigrantes como eu da segunda geração – e com outros da terceira geração; colhi alguns dados junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Luxemburgo, Ministério da Justiça do Luxemburgo, do STATEC (sigla luxemburguesa correspondente ao INE português).

Consultei variadíssima bibliografia que, além de estatísticas, me forneceu conhecimentos sobre as teorias da emigração e as suas causas e consequências, quer de origem política quer de origem económica e/ou geográfica. Os conhecimentos adquiridos na cadeira “Sociologia das migrações” muito me ajudaram na interpretação dos textos constantes na bibliografia consultada.

Através da Internet consegui também algumas informações iguais e/ou complementares às encontradas na bibliografia de que pude dispor.

Filtrei toda a informação recolhida, juntei-a à vivência /experiência e à observação directa, sentindo-me privilegiado por poder tê-la feito.

Desenvolvi somente as partes do material que me pareceram mais importantes para a compreensão desta complexa problemática que gera os movimentos migratórios.

A incidência da observação da emigração portuguesa no Luxemburgo levou-me à conclusão da importância que, também ela, teve e tem na economia e na sociedade deste país.

¹ Estas entrevistas foram, sobretudo, conversas informais. É por esse facto que não é apresentado um guião de entrevistas.

Para melhor compreensão de todo este trabalho estruturei-o de forma a dividi-lo em três partes, a saber:

- Parte I – As teorias das migrações, que se baseiam nas causas que as provocam e se estendem às consequências que delas advêm.
- Parte II – A emigração portuguesa, com referência à interna e externa. Desta última fiz a análise da transoceânica, e da transpirenaica (legal e ilegal).
- Parte III – Emigração portuguesa no Luxemburgo, para o estudo da qual usei métodos e processos já citados. Procurei, neste capítulo, ser o mais objectivo possível, para dar uma ideia real da condição do emigrante português no Luxemburgo.

Nasci imigrante de segunda geração, como se chama aos filhos dos que, sendo imigrantes pela primeira vez, nascem no país de acolhimento.

Muitas vezes estupefacto e incrédulo verifiquei que os meus pais – imigrantes felizmente bem sucedidos –, assim como outros imigrantes, comessem os seus diálogos por onde comessem, todos iam dar ao seu país, às suas famílias, aos torrões de terra que regaram com muitas gotas do seu suor.

Vi como os seus olhos se marejavam de lágrimas e denunciavam a tristeza de quem se sentia órfão da sua Pátria. Embora adoptados por outra pátria, que lhes exigia trabalho mas lhes não faltava com o “Pão”, sentiam que lhes faltava com a sua língua, com os seus costumes, com o seu sol, com o azul do seu céu, com a ternura que se desprende dos caminhos que se percorrem desde a infância...

A par de tudo isto arrepiam-me hoje as notícias dramáticas de tantos e tantos que, metidos em contentores, amontoados como gado em barcos que deviam estar na sucata, demandam a costa mediterrânica, a costa do Adriático, a costa australiana ... Quantos destes homens e mulheres pagaram com os últimos cêntimos a sua própria morte, sufocados pelo calor ou afogados nos mares. A quantos, dos que conseguem sobreviver, roubam a única bagagem que não deixaram para trás: a esperança. E tudo isto devido às guerras que se desenrolam nos seus países de origem, à fome que grassa nos seus territórios, às condições sub-humanas em que vivem nos campos de refugiados, às perseguições políticas, religiosas e/ou étnicas. Interrogo-me como é possível que os países ricos fechem os olhos a estes horrores desta emigração; como é possível que os que têm na mão os destinos do mundo – governos de países ricos e industrializados – não tenham sensibilidade para resolver esta tragédia de tamanha dimensão.

Foi esta problemática a fonte de motivação que me levou a escolher este tema para a tese do meu mestrado.

Toda a bibliografia consultada aflora o fenómeno da emigração e alguns teóricos provam cientificamente o que a motiva, com especial relevância para a economia. Outros autores quase se limitam a estatísticas, por vezes até díspares não pondo em relevo causas que levam os emigrantes à procura inadiável e desesperada duma solução de recurso que lhes permita assegurar o “pão” de cada dia.

Muitos homens e mulheres partem à aventura – Linda de Sousa e a sua famosa “Duas Malas de Cartão...” – jogando a sua própria vida e a dos seus numa emigração (a salto); – recordemos a transpirenaica, tantas vezes com consequências bem graves. Quantos homens e mulheres ficaram à mercê daqueles que os instigavam e lhes prometiam o “paraíso”, deixando-os mais pobres, pois lhes sacavam os tostões que tinham e os que não tinham obrigando-os a endividar-se.

Os conflitos sociais aumentam e com eles aumentam as extremas carências que fragilizam o ser humano, tornando-o num ser vulnerável que facilmente acredita no quase impossível que lhe prometem e corre ao encontro de uma morte que ele próprio paga.

Nos nossos dias ainda acontece, mesmo em Portugal, que muitos que desejam emigrar, principalmente por falta de trabalho, sejam presa fácil de angariadores que se dedicam a arregimentar pessoal para empresas “fantasmas”. Quando dão conta do logro em que caíram vêm-se num país estranho, sem possibilidades de comunicarem, devido ao desconhecimento da língua, sem trabalho e sem dinheiro para o regresso.

Urge que se ponha cobro a estas situações, para que aqueles que partem com esperança não regressem completamente desiludidos.

Falemos dos casos normais da emigração. Quando os indivíduos partem levam na bagagem sonhos que, mais ou menos, vão realizando, sentindo que o “passo” dado foi de imensa vantagem, não só para a sua valorização pessoal, mas também para o seu agregado familiar, para a sociedade em que se inseriram e, por acréscimo, para o país de origem. É que os que emigram vão cheios de vontade de, com a força dos seus braços, com a sua criatividade, maximizarem a sua capacidade produtiva, em suma, tornarem mais ricos os países para onde partiram. Compreendem que essa riqueza será também para eles benéfica: só se pode distribuir riqueza quando esta é conseguida por taxas de produtividade aceitáveis.

São também os próprios países de acolhimento a esperarem este comportamento dos estrangeiros que recebem. Não é pelos “bonitos olhos” dos emigrantes que lhes abrem as portas de par em par, mas porque deles precisam para criarem riqueza, para desempenharem tarefas que os seus cidadãos recusam.

Nestes aspectos a emigração portuguesa tem sido exemplar, pois não se furta a trabalhos quaisquer que sejam. A única exigência é que sejam justamente remunerados.

Particularizando o caso dos emigrantes portugueses no Grão-Ducado do Luxemburgo, quero aqui recordar que, quando nos anos 80 o Presidente da República Portuguesa, Dr. Mário Soares visitou oficialmente o Grão-Ducado, os portugueses puderam ouvir orgulhosos o agradecimento público que o então Grão-Duque Jean – que como adiante referiremos era bisneto do nosso rei D. Miguel – lhes dirigiu da janela dos Paços do Concelho, pelo inequívoco contributo que deram e davam para o enriquecimento e estabilidade social do seu país. Com efeito foi bem claro, bem sentido e bem emocionado o merecido agradecimento público que calou bem fundo no coração dos imigrantes portugueses que, aos milhares, acompanharam a visita do Chefe de Estado Português.

Este reconhecimento por parte das autoridades luxemburguesas é o corolário do que atrás citei e tem sido um incentivo para a continuação do elevado rendimento produtivo conseguido pelos portugueses.

Retornados que foram para os seus países os primeiros emigrantes italianos e espanhóis que se haviam fixado no Luxemburgo – matéria que devidamente tratarei no capítulo emigração no Luxemburgo – como poderia este país passar sem a mão-de-obra portuguesa? Sem ela nunca o Luxemburgo teria alcançado o nível económico que o catapultou para um dos lugares cimeiros da economia mundial.

Impossível haver testemunho mais fiável e/ou mais forte incentivo que o agradecimento a que me referi. Também o Presidente Dr. Mário Soares a este assunto se referiu, ao mesmo tempo que lembrava que Portugal igualmente beneficiava desse trabalho devido às importantes remessas de dinheiro que os emigrantes enviavam para o seu país.

A boa integração dos portugueses, que para o Grão-Ducado vão procurar uma melhor qualidade de vida, para si e suas famílias, é factor de grande contributo para que, com humildade, mas muita eficiência, desempenhem a contento dos seus chefes as tarefas que estes lhes distribuem. Nunca o português se esquivava a horas extraordinárias, que com justiça lhe são pagas no fim de cada mês. Mesmo assim ainda encontra tempo para pequenos trabalhos de “*bricolage*”, que lhe permitem ir melhorando a sua habitação. Com estas ocupações vai tentando preservar costumes que lhe são caros.

Na Comunhão Solene e no casamento dos seus filhos o emigrante, não abdicando dos seus costumes, tenta harmonizá-los com os dos luxemburgueses, com vista a uma melhor interpenetração na comunidade.

Não é por acaso que a Comunhão Solene dos seus filhos ou netos é, para os portugueses no Luxemburgo, o dia mais importante das suas vidas. Então a festa que fazem nesta ocasião ultrapassa a que fazem pelos casamentos: muitos convidados, lautos banquetes, muitas fotografias que, com muito orgulho, hão-de ser enviadas para as suas famílias... Também aqui se manifestam os costumes luxemburgueses e, por conseguinte, o desejo de inserção na sociedade luxemburguesa.

A segunda e terceira geração mantêm, em esmagadora percentagem, a nacionalidade portuguesa. Não é por não sentirem que é no Luxemburgo que encontram a maior parte das suas referências, mas a vontade evidenciada pelos progenitores e a dificuldade que existe em conseguirem a nacionalidade luxemburguesa inibe-os. Nunca sabem se e quando os pais querem regressar. Para eles o ideal seria a obtenção de dupla nacionalidade, luso-luxemburguesa, mas esta situação não está prevista na lei luxemburguesa. Nos casos em que os descendentes dos emigrantes portugueses formam famílias com cônjuges luxemburgueses é evidente que optam pela nacionalidade luxemburguesa. Será esta a nacionalidade dos seus descendentes.

Para os veteranos, em emigração, o regresso é sempre uma possibilidade equacionada. Evidentemente que o mesmo não acontece com os da segunda e terceira geração. Enquanto aqueles têm no pensamento o seu país de origem, estes encontram as suas raízes no país que acolheu os seus pais e/ou os seus avós.

O regresso dos pais fá-los, cada vez mais raramente, regressar também. Neste caso em Portugal sentem-se como se fossem imigrantes.

Nesta matéria os da segunda geração, assim como os veteranos, antes de optarem pelo regresso definitivo pesam bem os prós e os contras. São sobretudo três as condições que equacionam e influenciam a sua decisão: o sistema de saúde, o sistema educativo e as condições socio-políticas do seu país de origem.

Para os veteranos a decisão é mais fácil do que para os da segunda geração no Luxemburgo. É que estes já viram nascer lá os seus filhos e, conhecedores do sistema escolar luxemburguês, sabem que estes têm a possibilidade de nele conseguirem melhores resultados do que no país dos seus pais. Numa época da história em que o conhecimento de línguas é essencial, eles compreendem quão benéfica é a aprendizagem de quatro línguas desde crianças – luxemburguês, francês, alemão e português – esperando que esta última passe, quanto antes, a fazer parte do currículo do aluno.

Para além destes considerandos há ainda a grande diversidade de postos de trabalho e a baixíssima percentagem de desemprego.

A esmagadora maioria dos emigrantes constrói, logo que possível, uma habitação na sua terra natal ou muito perto dela. No período de férias não passa sem gozar do conforto com que a dotou. Geralmente abre-a aos seus familiares e amigos e, quantas vezes, a cidadãos do país para onde emigrou. Encontramos nesta última atitude mais uma iniciativa para a integração e para o estreitamento de relações de amizade.

Hoje é um facto a imigração em Portugal. Nós que somos um país de emigração – os nossos emigrantes tão bem têm sabido respeitar o país anfitrião, aceitando viver de acordo com as suas leis e costumes, tanto têm contribuído para o enriquecimento dos países que nos acolhem e para o do nosso próprio país (são importantíssimas as elevadas remessas de dinheiro que mandam para Portugal) temos de saber receber os que nos procuram, integrá-los nas nossas estruturas de saúde, de escolaridade, facultar-lhes uma habitação condigna, evitando-lhes a humilhação de terem de andar pelas ruas estendendo a mão à caridade. Essa mão, essas mãos e esses braços têm de ser aproveitados para que nos ajudem a criar riqueza e lhes proporcionem melhor qualidade de vida que vieram procurar no nosso país, tratando-os com equidade.

Urge que os governos – sobretudo dos países fundadores da União Europeia – ponham fim às máfias que tantos crimes violentos têm cometido. Não se limitam a extorquir aos seus concidadãos todos os bens materiais, como lhes roubam a própria vida. Igualmente há que punir severamente todos os empresários, mormente os da construção civil, que exploram a mão-de-obra que, apesar de barata, eles acabam por ter gratuita.

Quantos patrões sem escrúpulos têm aumentado o seu bem-estar manifestando sinais exteriores de novos-ricos, porque negam o pagamento dos serviços prestados por tantos imigrantes que, não tendo “voz”, não podem provar que foram roubados?

Felizmente começam a agrupar-se em associações ou outras estruturas de grupo e comunidades – como fizeram os portugueses nos países de acolhimento – para poderem fazer ouvir a sua “voz” junto dos nossos governantes e da nossa sociedade. É inadmissível que continuemos a ler ou a ouvir nos meios de comunicação social notícias que nos envergonham como país de acolhimento: “Imigrantes vindos de Leste morrem à fome.”

1. Introdução.

Designa-se por migração a deslocação de indivíduos de um país ou território para outro. Em tempos longínquos os indivíduos deslocavam-se por força de motivos como a seca, as inundações, os esgotamentos dos solos, etc. Os indivíduos sempre se movimentaram e o povoamento do planeta reflecte em larga medida a história das suas deslocações.

O desenvolvimento impulsionou as migrações, trouxe uma melhoria nos transportes e nos meios de comunicação que ajudaram a aumentar as suas deslocações. A facilidade de percorrer grandes distâncias em menos tempo e o progresso trouxeram novas causas às migrações. Essas causas são definidas pelas guerras e conquistas, outras pelas origens religiosas ou políticas. No entanto a causa mais relevante para a migração é a económica.

A migração tem diversas particularidades que são importantes e cujo estudo se consegue dividir em vários grupos: os migrantes voluntários e/ou forçados; - migrantes internacionais e nacionais (ou internos); - os migrantes temporários, os permanentes e os de regresso (John A. Jackson – Esher, Lisboa, 1991).

São considerados migrantes voluntários aqueles que partem de livre vontade e assumem os riscos que podem ocorrer durante e após a deslocação. Os migrantes forçados são os indivíduos que, por motivos da sua salvaguarda ou da sua liberdade, se sentem ameaçados e procuram refúgio noutra zona ou noutro país.

Os indivíduos que atravessam as fronteiras do seu país para se deslocarem para outro país, são considerados como migrantes internacionais. Mudam a sua residência de um país para outro. As migrações internacionais traduzem-se por movimentos de indivíduos entre os Estados. Os que abandonam o seu país de origem para outros são considerados emigrantes, no entanto os que entram num país são considerados imigrantes. O migrante nacional (ou interno) desloca a sua residência para outra zona do seu país mas não passa as fronteiras da sua nação.

O tempo da migração não é homogêneo a todos os indivíduos. Certas pessoas migram com intuito de não prolongar a sua estadia noutro local. Estes estão inseridos no grupo de migrações temporárias porque se deslocam por um período e/ou períodos geralmente curtos. Em contrapartida temos os migrantes com desejo de estabelecer a sua residência por longos períodos ou até definitivamente noutra localidade e/ou noutro país. Aqueles têm em mente um regresso que será consumado na altura de gozar a reforma, na maioria dos casos. A este tipo de migração damos o nome de migração de retorno ou de regresso. Aos outros damos o nome de emigrantes permanentes.

Os indivíduos emigram quando a sua qualidade de vida não é a melhor o que pode ser provocado por motivos variadíssimos: causas políticas, religiosas, sociais, familiares e/ou económicas. Outrora os indivíduos deixavam as suas terras ou aldeias para ir à procura de uma vida melhor junto das grandes cidades. Mas a evolução humana trouxe mudanças nos fluxos migratórios. Os países da Europa, durante o período dos descobrimentos, mandavam para as suas colónias indivíduos para poderem estender o seu poder político e económico. O deslocamento de indivíduos para as colónias teve grandes consequências para as metrópoles, que viam a sua população diminuir. Estes deslocamentos dão-se pelos indivíduos que querem enriquecer rapidamente, tendo muitos deles sido bem sucedidos, não omitindo que os diferentes países enriqueceram com as colonizações. Depois do despontar da revolução industrial os indivíduos dos países desenvolvidos começaram a deslocar-se novamente para as grandes cidades onde a mão-de-obra era necessária e permitia ter condições de vida melhores que no campo. Assistimos desta forma a uma flutuação das migrações na história.

“Para que se produza uma corrente de emigração é necessário que esta emigração gere (ou pelo menos pareça gerar) um conjunto de vantagens que dominem sobre as inevitáveis desvantagens; é preciso que as primeiras pesem mais no balanço, para que o movimento se possa concretizar” (Serrão, 1976).

As causas económicas são as que levam mais indivíduos a migrar. Com a revolução industrial, as famílias foram progressivamente abandonando os trabalhos da terra, que eram pesados e pouco rentáveis, optando por trabalhos nas indústrias nas zonas urbanas.

Este fenómeno de migração deu origem ao êxodo rural. Nos tempos mais próximos, confrontamo-nos com uma evolução interessante nas zonas urbanas quanto ao trabalho. Os indivíduos procuram cada vez mais trabalhos que sejam mais prestigiados, actividades confortáveis ou apelativas.

Todavia estas mudanças e selecção de actividades nem sempre implicam mudança de residência. Mas provam que os indivíduos continuam à procura de actividades que lhes proporcionam uma melhor qualidade de vida. Esta busca de melhorar a qualidade de vida está profundamente ligada às migrações sendo sem dúvida a sua principal causa.

A emigração constitui uma condição da vida dos povos do ocidente da Europa desde a época dos grandes descobrimentos, tornando possível a extensão dos impérios e aumentando igualmente a esfera de influência da Europa no resto do mundo. Na época dos descobrimentos os deslocamentos faziam-se maioritariamente dos países europeus para as respectivas colónias. Estas migrações duraram cerca de quatro séculos.

Com a Revolução Industrial as migrações ganham proporções que até então eram desconhecidas. O despontar das democracias, o surgir do capitalismo industrial e a explosão demográfica tiveram, como consequência lógica, o crescimento da população. Este crescimento desmedido traz por sua vez um mal-estar que Malthus (1766 – 1834) desenvolve na sua teoria. Este economista inglês postulou que o aumento da população era um perigo para a sobrevivência da humanidade, sustentando a tese de que os meios de produção e subsistência (principalmente os alimentos) crescem em escala aritmética pelo que não seriam suficientes para a procura das populações que, por sua vez, crescem em escala geométrica.

Com este mal-estar os indivíduos dos países europeus deslocam-se para os países transoceânicos – é o começo da emigração transoceânica –, onde a maioria, estabelece a sua nova residência definitivamente. Com a revolução nos meios de transporte os emigrantes começam a poder visitar as suas terras de origem e até os de rendimentos baixos, já podem voltar por custos mais baixos e com melhor segurança aos seus países para visitar os seus familiares e amigos.

As guerras e conquistas na Europa tiveram um papel expressivo nas migrações. Muitos dos indivíduos retiravam-se de zonas conturbadas para zonas mais calmas, onde as suas vidas e das suas famílias não estivessem em risco. É lógico que ambiente de violência provoca sempre que o Homem procure lugares em zonas de paz, de tranquilidade e de bem-estar. Foi isto que fez com que grandes massas de famílias se deslocassem dentro do velho continente.

A tecnologia teve uma evolução rápida e significativa e surge assim a corrida ao armamento dos estados mais poderosos. “[...] la formation d’un fossé de plus en plus large entre un petit groupe de pays riches en capital, technologiquement avancés, stratégiquement puissant et le reste du monde (Badie, 1999:49).”

O atentado de Sarajevo que vitimou o Príncipe François Ferdinand de Habsbourg, herdeiro do trono do império austro-húngaro, originou sucessivas declarações de guerras entre os países europeus. Este conflito durou quatro longos anos e teve uma pesada consequência na demografia europeia. “Os combates fizeram mais de 8 milhões de mortos, e 6,5 milhões de inválidos. [...] O enfraquecimento das populações favoreceu o desenvolvimento de epidemias como a «gripe espanhola» que, em 1918, matou perto de um milhão de pessoas. As, taxas de natalidade baixaram devido à separação dos lares ou à angústia provocada pelo perigo, dando lugar a «classes escavadas» (classes com idades menos representadas) (Carol, Carrigues e Ivernel, 1999: 330).

Falando da Europa Comunitária, do século 19 ao século 20 houve uma explosão demográfica que passou de 260 milhões de habitantes para 450 milhões devido ao progresso da ciência, da medicina, da higiene, a revolução dos transportes, melhoria da alimentação, diminuição da mortalidade infantil e aumento da esperança de vida. No século XVIII a esperança de vida não ia para além dos 30 anos, enquanto que no final do século XIX a esperança de vida já rondava os 50 anos. A junção do aumento da esperança de vida e o desenvolvimento científico e social originou a amplificação significativa da população europeia (Milza, 1999: 46).

“Os recursos económicos da Europa não aumentaram na mesma proporção da população e uma parte deste excedente humano vira-se para os novos continentes, na maior vaga de emigração alguma vez vista. De 1850 a 1914, mais de 50 milhões de europeus vão trocar o velho continente pelas terras virgens da América, da Ásia e da Oceânia, aproveitando os espantosos progressos da navegação marítima (Milza, 1999: 46-47).”

Posteriormente ao primeiro conflito mundial, os Estados viram a necessidade de criar a Sociedade das Nações (SDN) que é a organização predecessora da actual ONU (Organização das Nações Unidas). Nos finais dos anos 20 surge nos Estados Unidos da América (EUA) uma crise financeira sem precedentes².

Depois desta crise financeira, os Estados começam a ter dificuldades com as respectivas colónias que aspiram à independência. Os estados europeus têm que repensar a reconstrução e estabilizar as políticas dentro das suas fronteiras europeias. Nas colónias têm de resolver o problema do desemprego, da fome, entre outros assuntos de cariz interno. Surgem vários pontos de políticas nacionalistas na Europa, que são levadas a um extremo e que acabam por provocar uma nova guerra no palco europeu. Esta guerra afectou novamente o mundo e a sua demografia e, por consequência as deslocações de pessoas, e seus modos de vida.

“A segunda guerra mundial fez cerca de cinquenta milhões de mortos, ou seja, cinco vezes mais do que a primeira, considerada já muito mortífera. [...] Como facto novo, as vítimas civis foram frequentemente mais numerosas do que as militares (96% na Polónia): os bombardeamentos de cidades, as deportações e a fome foram responsáveis por este desequilíbrio. A diáspora judaica na Europa foi exterminada em 75% (6 milhões de mortos no mínimo). [...] Finalmente, as privações, as deslocações da população e as epidemias mantiveram um débil estado sanitário por muito tempo após a guerra, especialmente entre as crianças (Carol, Carrigues e Ivernel *et al.*, 1999: 330)”.

² Esta crise financeira afectou o resto do mundo, que viu as suas exportações afectadas e que criou dificuldades no sector bancário. Com esta crise financeira o desemprego aumentou, o poder de compra foi diminuindo e, por consequência, numerosas empresas abriram falência. Este cenário teve uma projecção mundial como aliás têm todas as crises económicas dos Estados Unidos.

Até à segunda guerra mundial os Estados controlavam minuciosamente os fluxos migratórios por motivos económicos e políticos, no entanto no fim deste conflito os fluxos ganharam novamente uma grande importância internacional. Surgem populações que se deslocam em massa para poder criar novas fronteiras políticas, novos Estados (exemplo da Jugoslávia e de Israel).

Outra grande mudança diz respeito aos refugiados, infelizmente casos ainda conhecidos nos nossos dias. Estes refugiados provêm de “pontos quentes”, ou seja, das áreas de conflitos internos em que as suas vidas correm perigo e por isso procuram refúgio noutro país. A situação trágica desses grupos é marcada pela indefinição e pela precariedade das condições de vida. O sudeste asiático, o médio oriente, a América central e África são as principais regiões desses refugiados.

Outros deslocamentos são marcados pela fuga de cérebros (brain drain) para países desenvolvidos. A migração destas pessoas altamente qualificadas significa uma vantagem para o país que os recebe, porque a despesa de formação destes indivíduos foi desembolsada pelos países de origem. Estes indivíduos procuram essencialmente um país onde possam ter condições de trabalho melhores que no país de origem.

Semelhantemente outro fluxo agrupa as migrações de trabalhadores. Depois da segunda guerra mundial, a Europa norte ocidental fornecia-se de mão-de-obra que provinha dos países sul europeus, como a Itália, a Espanha e Portugal. Esta mão-de-obra, barata, era necessária para reconstruir os países que foram devastados pela guerra. Os nacionais, dos países que mais sofreram, preferiam os trabalhos administrativos, ou os que eram menos pesados, e deixavam os trabalhos mais penosos aos imigrantes que eram menos qualificados e menos exigentes. Depois da segunda guerra mundial os fluxos migratórios são, na medida do possível, dirigidos e controlados. Esta medida é necessária porque há muitos indivíduos que se deslocam clandestinamente. Com o aumento descontrolado dos migrantes (clandestinos) vão crescendo igualmente sentimentos xenófobos e movimentos de pressão para a adopção de leis à imigração. Os problemas surgidos com os árabes na França são análogos aos dos turcos na Alemanha. Desta forma a imigração ganhou consideravelmente peso em questões sociais, políticas e económicas.

A partir da metade do século XX, o crescimento da população mundial ocorreu igualmente fora do continente europeu. Os países subdesenvolvidos conheceram então uma forte baixa da mortalidade, como resultado da difusão das vacinas, da eliminação dos vectores de numerosas doenças e das medidas de saneamento básico.

O resultado deste desenvolvimento foi o crescimento da população na América latina. “A população do sub continente aumentou de 2 a 3% por ano e passou de 142 milhões de habitantes em 1945 para 360 milhões em 1980. Mais que devido à imigração, este aumento explica-se por um forte crescimento natural (baixa da mortalidade e manutenção duma forte natalidade) (Carol, Carrigues e Ivernel, 1999: 41).

Depois da crise do petróleo de 1973, os países que acolhem imigrantes reformulam as suas políticas sobre a imigração. Na Europa, o reflexo foi de diminuir os vistos de trabalho e nalguns casos não os renovar. Por conseguinte a maioria dos imigrantes, com vistos temporários, não tendo outra alternativa, regressavam aos seus países de origem.

No entanto uma minoria ficava no país de acolhimento esperando poder obter um trabalho fixo e mais tarde juntar a família. Os emigrantes que aguardam por ter condições de vida mais dignas, esperam ser capazes de subsistir no país de acolhimento: encontrar um trabalho fixo, remuneração justa, ter condições de vida para poder, à posteriori, reunir a família. Esta reunião familiar tem como consequência o aumento da célula familiar, e por conseguinte aumenta o número de imigrantes no país de acolhimento. Muitos países europeus com possessões ultramarinas debatem-se com o problema de em todas elas crescer a contestação aos países colonizadores. Este aumento é encarado, por certos nacionais, como uma preocupação e nasce desta forma a xenofobia.

Na segunda metade do século XX os estados europeus, com possessões ultramarinas, começam a debater-se com os movimentos independentistas que em todas elas desencadeiam actos de extrema violência. A ONU aprova resoluções sobre resoluções todas elas no sentido da autodeterminação e independência das colónias. Nestas desencadeiam-se as lutas armadas contando os movimentos de libertação com material bélico vendido pelos EUA e União Soviética (URSS).

O terceiro mundo vive uma crise de refugiados, crise devida, sobretudo, a conflitos internos que nos anos da guerra-fria teve directa ou indirectamente intervenção das duas super potências (EUA e a URSS) em Africa, Ásia e América do sul. Estas crises de refugiados, nos países pobres, em finais dos anos 80 começam a abrandar e as grandes vagas de refugiados, que são lamentavelmente conhecidas, estão resolvidas ou em vias de resolução, embora já no século XXI comecem a aparecer casos como os deslocados do Sudão (Dafur) e outros surtos de refugiados devido a conflitos internos e disputas de poder.

O fim do comunismo, na União Soviética e no Leste europeu, eliminou velozmente as barreiras que os países impunham às suas populações quando estes queriam emigrar. Este progresso é de todo inesperado e criou uma situação totalmente nova porque o sistema das migrações internacionais é regulado pelas políticas de imigração dos respectivos Estados acolhedores e não apenas pelos Estados emissores de emigrantes.

Dado que a continuidade da desigualdade e o fosso demográfico entre países pobres e ricos é cada vez maior, a pressão das migrações está a aumentar constantemente junto às fronteiras dos países desenvolvidos. O bem-estar, condição de uma vida melhor, melhores oportunidades de trabalho, etc. são motores para indivíduos iniciarem fluxos migratórios.

2. As migrações um estudo interdisciplinar

Trata-se de entender o fenómeno da emigração e descortinar o que leva certos indivíduos a deslocarem-se e criar esse fenómeno de grande importância. Tendo uma visão global da problemática e baseando-nos em ideias de vários autores que estudaram o tema, iremos referir alguns modelos apresentados, e explicaremos os vários tipos de movimentos, suas causas e consequências.

O fenómeno da emigração tem sido um sector que tem atraído muita atenção por parte dos investigadores e tem vindo a ganhar importância a vários níveis. Os investigadores e autores que já estudaram este tema provêm de diversas áreas: economia, demografia, geografia e sociologia, e tentam estabelecer comparações nos processos migratórios³.

Com a evolução dos conhecimentos técnicos e científicos houve uma profunda transição do pensamento social. A revolução industrial, fruto do progresso tecnológico e científico, impulsionou o fluxo migratório. Este fenómeno social começa a ganhar importância e não pode ser dissociado das profundas transformações que houve nesse período. No século XIX e XX, apesar dos movimentos migratórios serem consideráveis, o estudo desta área não foi motivo de grande interesse. Em tempos mais recentes, os fluxos migratórios têm vindo a ganhar relevo para as diversas áreas científicas: economia, sociologia, política, história, etc. Investigadores de diversos sectores vêm nestes fluxos um grande interesse e à posteriori trocam informações entre si. Esta troca de informações permite-lhes conhecer e dissecar melhor este fenómeno de transcendente importância que de alguma forma sempre existiu, mas nunca com as proporções de então.

Na viragem do século XIX para o século XX surge um autor com uma abordagem original sobre as migrações. Ravenstein, baseando-se em análises empíricas, classifica as migrações em várias categorias: segundo o tempo, distância, regiões, estímulos económicos, etc.

³ Unicamente no fim do século XIX e inícios do século XX é que os estudos das migrações ganharam uma grande importância, pois é nesta altura que se verificam grandes deslocações de indivíduos dentro do continente europeu e deste para os países transoceânicos.

No entanto a observação mais importante é a de “atração – repulsão” (push – pull). Segundo as informações de que um indivíduo dispõe sobre as características de uma ou outra região de um outro país toma uma decisão de ficar ou de partir⁴.

Embora não se desse grande importância ao fenómeno das migrações até ao século XX, foram, posteriormente, aparecendo investigadores de vários ramos, atrás referidos, para analisar esse fenómeno. Estão neste caso, Thomas e Znaniecki, que nos anos 20, analisam a integração dos camponeses da Europa Oriental nas cidades norte americanas. Os trabalhos de Park debruçam-se sobre a integração e conflitos urbanos. As compilações de Dorothy Thomas, baseadas em ideias retiradas de Zipf e de Stouffer que falam da mobilidade, distâncias e “oportunidades intervenientes”, explicam a selectividade migratória. Rossi (1955) descreve o ciclo de vida e mobilidade residencial urbana, Rose (1970/1958) descreve a relação entre “distância” e “estatuto socio-económico dos migrantes”. Lee procura conjugar as ideias e referências teóricas de vários autores incluindo as de Ravenstein para falar sobre a “teoria das migrações” (João Peixoto, 1998).

Musgrove, que também se debruçou sobre as migrações, considerou que existia uma crescente mobilidade das “elites”. O desenvolvimento tecnológico e científico é notável no século XIX, dando origem a um aumento nos processos educativos e profissionais que por sua vez levam a uma necessidade cada vez maior de encontrar indivíduos qualificados e profissionais.

Os autores provêm de várias áreas e trabalham sobre o mesmo tema o que dá a este estudo uma visão mais alargada e abrangente da problemática das migrações. Os autores partem no entanto de um ponto comum: escolha racional dos indivíduos, semelhante ao estudo económico, em que optam por fazer escolhas “racionais” para diminuir os seus custos e aumentar os proveitos.

⁴ Os atributos destas regiões fazem com que o indivíduo tome uma decisão racional. Alguns autores examinam os fenómenos migratórios e tentam saber qual é a sua influência no tempo e no espaço, para depois poderem deduzir as consequências. Ao estudar este fenómeno, tentam prognosticar novos fluxos migratórios.

A. Uma perspectiva económica

Já ficou dito que as migrações são alvo de estudo de várias áreas científicas como a economia, a sociologia, a história, a geografia entre outras. Cada área científica traz novos conhecimentos para o estudo das migrações. Sendo assim o seu estudo tem uma vasta documentação e bibliografia e tornando-se uma área de pesquisa que é essencialmente interdisciplinar.

A economia é a área científica que, de algum modo, mais ajudou a entender as migrações. Já entre o século XVI e XVIII a economia ganhava uma nova importância neste domínio. Os países europeus, porque queriam solidificar os seus Estados com teorias económicas e políticas novas, deram origem ao período do mercantilismo. O desenvolvimento do artesanato e da actividade mercantil acelerou-se extraordinariamente com o período dos descobrimentos, aumentou e alargou-se o espaço geográfico de influência económica europeia e deu-se origem a uma grande acumulação de riqueza e de capitais tendo inclusivamente nascido uma nova classe social, a burguesia, de extraordinária importância nas sociedades da época⁵. “Do mercantilismo sobressaem duas teses fundamentais: a denominada teoria quantitativa da moeda e a abundância de mão-de-obra. O ponto de intersecção dos dois argumentos situa-se na questão dos salários. O primeiro desses argumentos sustentava que a riqueza de uma nação – o comércio – se encontrava ligado à abundância de massa monetária em circulação. O argumento populacional defendia que o crescimento demográfico era vantajoso para o Estado porque permitia manter os cidadãos ocupados na produção de bens, o que desenvolveria a indústria, o comércio e, por acréscimo, as exportações (Rocha Trindade, 1995).”

Nos finais do século XVIII, com o fim das guerras napoleónicas e os valores que a Revolução Francesa (liberdade igualdade, fraternidade) deixaram, surge um novo período, o liberal. “A doutrina liberal, contrapondo-se à mercantil, removeu as barreiras impostas pelos Estados ao movimento de bens, capitais e populações (Rocha Trindade, 1995).”

⁵ Assim, a partir dos descobrimentos, a economia europeia deixou de ser essencialmente agrária, uma economia de subsistência, dando lugar a uma economia de mercado baseado no lucro resultante sobretudo do comércio, mais susceptível de propiciar a desejada ascensão e promoção social do indivíduo.

O período liberal vingou primeiro na Grã-Bretanha, pioneira da industrialização, seguida pela França na primeira metade do século XIX, passando para outros países incluindo Portugal onde deu origem às lutas entre D. Pedro (liberal) e seu irmão D. Miguel (absolutista). O liberalismo está baseado na liberdade: do trabalho, da economia, da circulação de indivíduos, etc. E neste contexto de livre concorrência surge uma política económica como ciência social organizada e estruturada. Enquanto os mercantilistas achavam que a nação devia enriquecer para se tornar mais poderosa, e o enriquecimento se devia basear nas reservas monetárias do Estado que produz muito e que exporta os seus bens, os liberais surgem com ideias novas:

O Estado deve ter um papel reduzido no que diz respeito à economia, deixar gerir o mercado e apostar na divisão do trabalho. Adam. Smith trouxe novas reflexões com o liberalismo o que de certa forma vem ao encontro das migrações: é importante o valor do trabalho para que possa haver crescimento económico. Surge desta forma um novo conceito: “o capital humano”. Vários autores, sucessores de A. Smith, defendiam a migração para as colónias, porque beneficiava as respectivas metrópoles, ao passo que para Say, Thomas Malthus e David Ricardo o crescimento populacional nas metrópoles é encarado como prejudicial para o crescimento económico, embora não vejam como solução deste problema a migração.

“Assim, os processos de crescimento populacional, êxodo rural e de urbanização que tinham conduzido Malthus a conceptualizar as migrações como um dos meios de “aliviar” a pressão demográfica, foram criticados por Karl Marx (1818 – 1883), que chamou a atenção para o facto de a pobreza e a miséria dos trabalhadores resultar, não do crescimento populacional de per si, mas do próprio desenvolvimento do capitalismo (Rocha Trindade, 1995).”

Em oposição aos argumentos socialistas desponta um novo modelo económico, o neoclássico, que defende a livre concorrência entre indivíduos e empresas para haver progresso social. Os diversos autores, seguidores deste modelo, evidenciam que não existe uma oposição entre capitalistas e trabalhadores porque os indivíduos são simultaneamente vendedores de serviços e consumidores de bens. Estes argumentos são, apenas, elaborados nos países mais desenvolvidos da Europa, com grandes trocas comerciais e onde o capitalismo está a ter grande sucesso.

B. O despontar da ciência social

Os pioneiros em demonstrar que existe uma relação entre fenómenos demográficos e fenómenos de ordem económica são os mercantilistas. No entanto o período mercantil vai deixar lugar a um novo modelo económico, fruto da revolução industrial, que preconiza o crescimento económico. Os fluxos migratórios, que são muito importantes para este período, são em parte devidos ao desenvolvimento da indústria. Contudo no século XIX, com movimentos elevados de migrantes, são postas em causa as teorias liberais. Surgem grandes problemas sociais, más condições de vida dos trabalhadores, elevadas taxas de desemprego, etc.

Na primeira metade do século XIX, Marx e Engels, têm em conta as condições económicas e revoluções políticas e defendem uma nova teoria para o desenvolvimento dos Estados e dos indivíduos. Estas novas ideias têm uma grande repercussão na história. O marxismo define-se como um socialismo científico, propõe a perspectiva do comunismo como caminho para o desenvolvimento, afirmando que o capitalismo é benéfico aos burgueses que exploram os trabalhadores⁶.

No entanto novos modelos vêm à luz do dia e “partem do pressuposto que o *homo economicus* é um ser racional que age segundo padrões utilitários e que, em sociedade, as relações entre indivíduos se ordenam mecanicamente, dando origem à generalidade. O papel da ciência consiste na observação e tradução destas generalidades em leis gerais do comportamento social (Rocha Trindade, 1995).”

A sociologia é uma área de delicada definição. Ela distingue-se da filosofia porque pretende ser uma ciência social particular, no entanto, ao contrário das outras ciências sociais, ela não se propõe unicamente em estudar as condutas dos seres humanos ou um determinado sector da realidade social: é o conjunto da sociedade que esta ciência pretende analisar e compreender. Os fenómenos que estudam os sociólogos, por exemplo as famílias, têm uma particularidade: é impossível observá-las sem considerar o conjunto da sociedade, por isso fazem apelo a outras áreas científicas e daí ser necessária uma interdisciplinaridade de análises. Não é estranho, portanto, que a sociologia se interesse pelas questões políticas.

⁶ O explorado, vive na miséria e não consegue progredir na carreira, ajuda ao enriquecimento do explorador e por isso Marx defende a “luta de classes” sendo este, segundo ele, o caminho para o desenvolvimento.

O sociólogo quer entender a sociedade à qual pertence enquanto cidadão e pode servir-se dos seus conhecimentos para intervir na organização social. Todos os sociólogos têm interesse nas áreas sociais e políticas. Entre os fundadores da sociologia moderna, Émile Durkheim e Max Weber, são os que ilustram melhor a importância que existe em haver uma interdisciplinaridade em áreas científicas como estas.

“As teorias da mudança social no século XIX e os contributos de Marx, Durkheim e Weber, forneceram o essencial dos instrumentos conceptuais de referência para os sociólogos do século XX. A perspectiva de equilíbrio herdeira das teorias económicas clássicas e neoclássicas, originou uma abordagem das migrações dominada em grande medida pelo modelo de atracção – repulsão (Rocha Trindade, 1995)”.

B.1. Parecer da sociologia económica

Há interligações importantes entre o estudo das migrações e outras áreas científicas, sendo uma delas a sociologia económica. Vários autores trabalharam nesta área: Weber e Marx, Person e Becker, Shumpeter e Granovetter (referência recente da sociologia económica).

Granovetter demonstra que há fortes relações entre acção económica e “estrutura social”. Ele entra na abordagem dos estudos na perspectiva sociológica e por outro lado no estudo da vida económica. Não se baseia unicamente no raciocínio económico do indivíduo como também se interessa pelo seu ambiente “*environnement*” social. Destaca-se um ponto importante que em qualquer relação económica está sempre presente: a relação pessoal. Para além dos factores económicos serem altamente relevantes, nos fluxos migratórios, não podemos esquecer: as redes de contactos dos indivíduos, as suas origens sociais e culturais (argumentos que de certa forma escapam à visão económica) e que são dados valiosos para o estudo das migrações.

Alejandro Portes outro autor, recente, estuda as migrações na base da interligação entre a economia e a sociologia conjuntamente com outros autores. Portes e Böröcz criticam e confrontam algumas teorias sobre as migrações. Estes afirmam que é necessário tomar em conta nas migrações as redes migratórias e as, múltiplas, formas de integração dos indivíduos. Ainda com Sensenbrenner, Portes, afirma que os contextos sociais têm uma grande influência na realidade económica dos migrantes. E num período mais recente, auxilia-se dos conhecimentos empíricos e da sociologia económica para estudar as imigrações, principalmente nos EUA.

A bibliografia sobre migrações e as suas teorias são diversas e analisadas por múltiplas áreas científicas, permitindo que haja uma melhor troca de informações e, por conseguinte, ter um vasto leque de conhecimentos. No que diz respeito à área das migrações uma teoria *acabada* seria impossível de conceber porque haverá sempre novas visões e novos dados para tratar e acrescentar aos trabalhos já conhecidos. O melhor conhecimento da migração é sem duvida o resultado do estudo de várias áreas científicas, resultado de intercâmbio de ideias.

“A sociologia económica está de alguma forma ligada à economia neoclássica, baseada na ideia da escolha racional, com a sociologia holista que aponta para os vínculos estabelecidos pelas forças sociais estruturantes. [...] As migrações são temas cuja complexidade não pode ser exaurida por nenhum olhar disciplinar isolado (João Peixoto, 1999)”.

C. A análise micro económica

Ravenstein, alemão de origem, analisou as migrações e elaborou a teoria de “*atração – repulsão*” que foi utilizada e analisada por autores que o precederam. A migração, é essencialmente de cariz económico, leva um indivíduo, agente racional, a maximizar os seus benefícios e a reduzir o seu mal-estar. Os factores de *repulsão*, também eles maioritariamente de cariz económico como a pobreza, desemprego, salários baixos, etc., levam os indivíduos a desejar qualidade de vida melhor e procurar factores de *atração* ou elementos aliciantes que possam melhorar o seu bem-estar.

Nos anos 60 Everett Lee analisou aprofundadamente as “*variáveis intervenientes*” que existem na origem e no destino, e enumerou essas variáveis: a distância, barreiras físicas, leis de imigração, casamento, idade, etc., e revelaram ser de grande importância. Vários autores que analisaram as migrações concordam e afirmam que a maior causa de impulsão para o fluxo migratório é o factor económico.

Os indivíduos, como as empresas, deslocam-se. Os primeiros procuram uma melhoria da sua qualidade de vida que é conseguida pelo aumento do salário, um emprego fixo, além da possibilidade de sair da vida pobre e rural viajando para as cidades, etc. Por outro lado as empresas deslocam-se para locais onde a mão-de-obra é mais barata, onde podem ter benefícios fiscais e tentar penetrar e alargar o seu mercado, etc. Desta forma há uma semelhança entre os indivíduos e as empresas: ambos desejam diminuir o mal-estar ou os custos e procuram melhorar a sua qualidade de vida ou maximizar os benefícios.

“Por consequência, e na sua forma mais ampla, as correntes migratórias são o resultado cumulativo das decisões individuais baseados na avaliação racional dos custos e benefícios implicados no movimento migratório. (Rocha Trindade, 1995)”.

O fluxo migratório e a economia estão, pois, profundamente interligados e têm por conseguinte, uma grande importância nas áreas da política social e económica dos países de origem como na dos países de acolhimento. O fluxo e composição das migrações são relevantes para os investigadores, porque permitem ter em conta outros aspectos relevantes como a adaptação dos imigrantes à vida social, económica e política dos países de acolhimento.

“Por muitas que sejam as condicionantes externas à decisão do indivíduo – trata-se de um contexto económico ou do contexto social de acção – é a racionalidade que, no limite, conjuga estes envolvimento e promove a decisão de mobilidade (João Peixoto, 1999)”.

No estudo micro económico temos que ter em conta a importância que os migrantes dão ao seu sucesso de adaptação que passa por um grande investimento nas suas capacidades de aprendizagem e integração. O imigrante é, sem dúvida, de uma grande importância económica para o país acolhedor, pois contribui para o seu crescimento económico. Esse investimento que o emigrante, como a família, fazem nas suas capacidades de adaptação e aprendizagem são considerados como investimento em *capital humano*. Como explica Sjaastad o emigrante investe na procura de informações, tem custos de deslocações e também tem custos de adaptação (João Peixoto, 1999). Barry Chiswick diz, a este respeito, que o emigrante ao chegar ao seu país de acolhimento tem poucas, ou nenhuma, qualificações no entanto com uma aprendizagem progressiva e investimento consegue integrar-se e adaptar-se (Rocha Trindade, 1995).

Na parte deste estudo não podemos deixar de dissecar os estudos micro sociológicos das migrações que se baseiam na influência do ciclo da vida dos migrantes (individual ou familiar). Este estudo toma em conta vários factores, como a vida adulta dos indivíduos, o casamento, a reforma, etc. que estão ligados à evolução da carreira profissional dos migrantes. A carreira profissional torna-se um factor importante sobretudo nas cidades, onde se *exige* uma grande capacidade de mobilidade. Estas *exigências* tornam-se uns desafios para os indivíduos, jovens ou adultos, que querem progredir na carreira para atingir uma estabilidade profissional, um salário aliciante, etc.

Sandefur e Scott concluem que os indivíduos casados apresentam menores probabilidades de migração, tal como acontece com as famílias maiores. Portanto à medida que existe um aumento da família também vão aumentando os custos económicos para migração (João Peixoto, 1999).

A mobilidade profissional é, em parte, organizada pelas próprias empresas ou instituições que vão dar melhores condições de trabalho e salários a certos dos seus funcionários obrigando certos indivíduos a deslocarem-se. Desta forma estes organismos, de cariz macroeconómico, têm relevância nos deslocamentos de indivíduos.

D. A análise macro económica

Antes de migrar o indivíduo, com as informações que tem, avalia os custos e as probabilidades de sucesso. No país de acolhimento o migrante pode estar confrontado com uma situação de desemprego, uma remuneração menos boa como também se lhe pode apresentar um panorama antagónico. As diferenças na micro e macro sociologia não são completas e há muitas semelhanças.

Distinguem-se três tipos de migrantes; os que não têm qualquer qualificação e desempenham as tarefas mais pesadas (o grosso da fatia da migração), os detentores de diplomas de média qualificação que vão desempenhar funções que exigem alguma aptidão e os que são altamente qualificados, os “cérebros”, que desempenham trabalhos que exigem alta tecnologia.

Vejamos as organizações ou empresas transnacionais que necessitam, por questões económicas, de alargar os seus mercados a outros países. Essas empresas fazem uma selecção do seu pessoal qualificado e disponível para se deslocarem para esse novo país. Mas recrutam indivíduos menos qualificadas desse país a quem pagam um salário aliciante. Os deslocamentos das empresas com dimensões internacionais resultam em deslocamentos de indivíduos de topo e indivíduos menos qualificados.

Outros fluxos migratórios são devidos a contextos históricos. “Na prática a teoria permite identificar um conjunto de regiões ou países que alimentam fluxos migratórios importantes entre si. No plano das migrações internacionais, o caso mais habitual é o de redes macro-regionais que unem uma série de países emissores emigrantes (João Peixoto, 1999)”. Isto é essencialmente devido ao facto de haver uma forte relação entre os fluxos migratórios e outras áreas importantes como: a política, o comércio, etc.

O papel das instituições e das redes migratórias não é de menosprezar. As instituições, como as empresas, são agentes que suportam e promovem as migrações. Autores, como Rose, afirmam que as empresas, ao deslocarem-se para outros países longínquos, necessitam sempre de indivíduos qualificados.

As redes migratórias têm um peso importante na decisão do indivíduo, na troca das informações, nas reflexões iniciais, na forma de se integrar, etc. Estas redes migratórias podem ser constituídas por indivíduos que conhecem bem o país de acolhimento, conhecidos igualmente como engajadores ou passadores, que transmitem as informações a indivíduos que desejam melhorar as suas qualidades de vida e que desejam emigrar. Para além dos engajadores e passadores os indivíduos que migraram têm um papel importante junto dos seus familiares pois têm uma maior influência sobre eles, transmitindo informações mais concretas que são relevantes nos primeiros momentos de ponderação.

Existe uma forte relação entre os agentes económicos e sociais, que contribui para a criação de comunidades que por sua vez permite uma melhor consistência e uma facilidade de integração para o indivíduo que emigra.

3. Os diferentes tipos de migrações

Emigrante é um indivíduo que sai do seu país (região) para se deslocar para outro país (região), com um processo de deslocação que é organizado. O tempo desta deslocação é, à partida, desconhecido, pois há emigrantes que se deslocam por um tempo definido, outros por um período desconhecido. Existem variados tipos de migração, dos quais destacamos os seguintes: as migrações internacionais, as internas, as definitivas, as temporárias, etc. (Rocha Trindade, 1995: 31).

O movimento migratório está associado aos meios de existência, procura de uma qualidade de vida melhor, procura nos países desenvolvidos de uma melhor escolarização para que os filhos possam ter cargos superiores ou administrativos. As migrações geográficas das populações são uma realidade, sendo variáveis segundo as épocas ou as circunstâncias.

Os migrantes estão expostos a “forças de expulsão” no país de origem e a “forças de atracção” no país de acolhimento. As “forças de atracção” implicam, geralmente um “movimento migratório” cuja importância é tão forte que faz com que a maioria dos emigrantes já não tenha tensões de regressar ao seu país de origem.

É facilmente dedutível que o movimento de migração é muito importante. “É interessante ver o relatório apresentado em França pelo Comissariado Geral do Plano para a Imigração, que revela que as migrações são protagonizadas por 2,5% da população mundial. Segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM), o número total de migrantes internacionais será de 150 a 175 milhões de pessoas, ou seja, afecta um em cada 40 habitantes do planeta.”⁷

A. Os emigrantes internacionais são considerados os indivíduos que se movem passando as fronteiras do seu país de origem para outro país de acolhimento. Estes emigrantes saem dos seus países de origem por diversos motivos que vão de questões políticas a questões económicas passando também por condições sociais. Para além destas questões não podemos deixar de lado os factores de “atracção – repulsão” que são relevantes. Os factores de “atracção” estão geralmente associados aos países de acolhimento dos imigrantes, enquanto os de “repulsão” estão associados aos países de origem.

⁷ Deputado Fernando Fernández Martín, em Bruxelas, 20 – 22 de Maio de 2003 na XVI Conferencia Inter parlamentaria UE / América Latina.

Os indivíduos procuram uma qualidade de vida melhor tanto para eles como para os seus filhos. Essa qualidade de vida passa por melhorar as suas condições económico-financeiras. Os países de acolhimento têm outros atributos de “atração” como uma melhor qualidade de ensino (que os país emigrantes tomam em conta como uma evolução para seus filhos, para atingirem cargos bem remunerados), uma melhoria nos serviços de saúde, uma qualidade nos serviços sociais, etc. Os países que acolhem os emigrantes necessitam destes como uma força de trabalho e pagam um salário razoável, que para os imigrantes é superior ao do seu país de origem. Os imigrantes têm também outras situações para superar como a barreira linguística, a aprendizagem e respeito dos costumes locais, o contacto com as leis, etc. Embora encontre inúmeras dificuldades ele espera que os benefícios a retirar sejam maiores que os sacrifícios e por isso faz um esforço para poder integrar-se. Estas condições permitem certamente ao indivíduo poder aceder a uma melhor qualidade de vida.

B. Os migrantes nacionais por definição são diferentes das noções de emigração, pois como o seu nome indica, as migrações internas dizem respeito às deslocações de indivíduos dentro da mesma fronteira. São deslocações intra regiões, ou intra cidades. Quando se fala de pessoas que deixaram um mundo rural, ou uma cidade pequena do interior e as suas famílias, para migrarem para as cidades do litoral ou muito industrializadas à procura de melhores condições, estamos a referir-nos a migrações internas.

No entanto, as migrações internas também têm a sua importância, porque à semelhança das migrações “internacionais”, têm duas componentes: as temporárias e as definitivas. Ou seja os indivíduos que deixam as suas terras (aldeias, cidades, etc.) para partir para as cidades maiores esperam encontrar uma melhor qualidade de vida. Deixam as suas *terras* de origem por vários motivos, pela população local ser envelhecida, não conseguirem arranjar um trabalho bem remunerado, por quererem uma melhor escolarização para os seus filhos, não querem viver da agricultura de subsistência, actividade que, tão dependente das condições atmosféricas os deixa, etc.

Estes indivíduos procuram nas cidades as condições de habitabilidade e sociais que não conseguem nas suas terras e por isso em parte se assiste ao fenómeno do êxodo rural, que tem consequências importantes que não podem ser escamoteados.

C. As migrações temporárias são as que têm um período delimitado no tempo, qualquer que seja a função ou cargo que o indivíduo tenha (Rocha Trindade, 1995).

Os migrantes temporários (intra e ou internacionais), por vezes, também são considerados como migrantes sazonais, devido às características da época em que se deslocam para trabalhar na agricultura (colheitas, vindimas, plantações, etc.) e por vezes até na construção civil. Estes trabalhos são considerados temporários porque têm um período fixo no tempo, e depois estes indivíduos regressam às terras de origem. Lembremos aqui os famosos “ratinhos” – migrantes que de “Trás-os-Montes” e das “Beiras” vinham para o Ribatejo – trabalhar em searas de tomate – e para as ceifas no Alentejo.

Pode acontecer que os indivíduos, que foram trabalhar fora do país, criem gosto pelo país no qual trabalharam e desta forma a sua atenção seja despertada para voltar a trabalhar fora como migrante definitivo. Por vezes, no espaço de tempo que lá ficaram, observaram a actividade da vida social, económica e política e formularam o desejo de se mudar para lá. Isto pode ser visto como um primeiro passo para querer emigrar, e depois ponderar na residência definitiva no país de acolhimento.

São migrantes *pendulares ou transfronteiriços* os que atravessam as fronteiras para se dirigirem aos seus locais de trabalho (como acontece no Luxemburgo, aos indivíduos que vêm da Bélgica, França, Alemanha e com os portugueses que se deslocam para Espanha).

As migrações temporárias estão estreitamente ligadas à economia. Desta forma os indivíduos partem temporariamente, procuram longe (a maior parte das vezes dentro de fronteiras nacionais ou no estrangeiro), por um tempo mais ou menos longo, trabalho e alguns recursos económicos para ajudarem a sua família.

D. As migrações definitivas internas ou internacionais são em tudo semelhantes. No entanto para um migrante internacional, a fixação e o enraizamento no país de acolhimento representa um passo de gigante. A integração no país de acolhimento prova, em parte, que conseguiu ultrapassar todos, ou na sua maioria, os obstáculos que lhe surgiram e conseguiu (re) fazer uma vida nova. Assim, o imigrante já não tem em mente o “regresso” à sua terra de origem, o que não quer dizer que não vá visitar o seu país, os seus familiares ou passar as suas férias.

Estes imigrantes estão integrados nos seus países de acolhimento porque já se encontram familiarizados com as leis (direitos e deveres que procuraram desde o início conhecer), o trabalho, a língua (que com algumas aulas, ou aprendizagem no local de trabalho, ou com outros colegas foram fazendo) e a própria sociedade e cultura. Podemos dizer, sem margem para dúvidas, que os filhos que nasceram no país de acolhimento dos pais (mais conhecidos como segunda geração), sentem-se, em princípio, mais integrados que os próprios pais.

A apoiar a familiarização às leis estão os organismos próprios postos à disposição do imigrante pelo Estado de acolhimento, ou pelos Consulados, ou associações criadas por imigrantes originários do mesmo país que o interessado, ou outros organismos internacionais.

A segunda geração (que é fruto do reagrupamento familiar) revê-se, em princípio, mais no país de acolhimento, onde nasceu e estudou, e tenta por sua vez entrar na sociedade. Com empenho e estudo tenta alcançar um cargo profissional elevado, posição que os seus pais não têm mas que auxiliam a atingir. Para a segunda geração o país de origem é o país onde se nasceu e não o dos pais, por isso se identifica mais que com o de origem dos seus pais. Tem boas referências acerca dos dois países mas a inclinação natural vai para aquele em que nasceu.

A emigração definitiva pode criar uma grande comunidade, realizando casamentos entre outros emigrantes e/ou até emigrantes com autóctones. É mais uma forma de dizer que a emigração se torna definitiva, mesmo se o imigrante jamais esquece as suas origens.

Para a grande maioria dos migrantes internacionais, que deixam as suas vidas de baixos rendimentos e tentam alargar os seus horizontes viajando para o estrangeiro, onde pretendem, encontrar um trabalho (fixo e bem remunerado), criar os seus filhos, podendo facultar-lhes uma boa formação para acederem a cargos melhores nos países de acolhimento são o manancial onde satisfazem esses sonhos. Visto deste prisma podemos dizer que os migrantes internos não são muito diferentes dos migrantes internacionais.

4. As importantes causas da migração

Como já foram referidas algumas das causas são os factores repulsivos, conhecidos pelas perseguições ao nível político, a pobreza, más condições de trabalho, etc. Outros factores, considerados como atractivos, são as melhores condições de trabalho, salários aliciantes e melhor qualidade de vida. Estas causas levam um emigrante a pesar se de facto vale a pena o deslocamento. O país de acolhimento pode ser mais desenvolvido e precisar de força de trabalho, mão-de-obra; desta forma o emigrante está disposto a “arriscar” o deslocamento para poder ajudar a sua família. No entanto, como foi referido, o emigrante tem de ter maiores benefícios do que custos.

O emigrante, ao deixar o seu país, não sabe se o deslocamento é por um período longo ou se é por um período temporário. Não sabe ainda se algum dia irá regressar. O indivíduo tem de ter em conta que vai haver uma “ruptura” entre ele e a sua família. Além disso parte para o desconhecido, para um espaço geográfico novo que ele não conhece, onde a sociedade será muito diferente da sua. A nível da cultura e dos costumes, bem como a língua, são barreiras muito elevadas a que o emigrante vai ter que se acostumar e dominar bem e rapidamente. Deixar para trás o seu país (a sua terra), cônjuge e, por vezes, os seus filhos (a “ruptura” familiar) é mentalmente para alguns destes emigrantes um corte radical e difícil.

As duas causas que parecem ser mais importantes, são as de cariz político e económico. Na análise de cariz político, podemos apontar a condução das políticas que fazem com que as pessoas se sintam “expulsas” ou marginalizadas. Casos em que os indivíduos são perseguidos por razões políticas, religiosas e ou ideológicas e se sintam ameaçados. Os indivíduos, fugindo a esse tipo de tratamentos e exclusão pedem asilo a outro país ou a ele têm acesso legal.

No caso da economia, o atraso no processo de modernização económica, a dificuldade na obtenção de emprego ou o sub emprego; os baixos níveis de rendimento, a pobreza de largas camadas da população, o reduzido nível de qualificações do trabalho, e em consequência, de produtividade das actividades económicas; são factores ou causas que levam os indivíduos a emigrar.

5. País Receptor

Uma vez chegado ao país de acolhimento, o emigrante pensa em qual vai ser o seu destino. Como não veio sozinho, veio com outros indivíduos (ou provavelmente com a família), falam a mesma língua e tentam formar um tipo de “grupo”, comprometem-se a ajudar-se uns aos outros (encontrar casa, trabalho), há uma grande e importante inter-ajuda. Como partilham a mesma “angústia” de imigrante sentem-se iguais, sentem as mesmas dificuldades, tentam criar um grupo, que mais tarde vai engrossando e passa a ser conhecido como comunidade.

No seu país de origem, o emigrante pode considerar que há certos factores a influenciá-lo negativamente. Este facto e os apelos dos factores “atractivos” levam estes indivíduos a deslocarem-se para outro país. Desta forma o seu país de origem vê, neste deslocamento, um certo alívio no mercado de trabalho, os desempregados diminuem e, desta forma, as despesas que o Estado tem com estes indivíduos também diminuem. Além disso, e bem importante, é o facto de os imigrantes ajudarem o Estado de origem, com as suas remessas de divisas que, por serem elevadas, muito contribuem para o seu desenvolvimento económico.

Já se disse e redisse que no país de acolhimento, o imigrante encontra um melhor salário, melhores condições de vida e tem, em qualquer altura a opção de regressar. Muitas vezes esse regresso é condicionado por variadíssimos factores familiares, profissionais, de idade, das condições existentes no seu país de origem... Também tem em conta outros factores que pesam no regresso. No país de acolhimento tem trabalho fixo, seguro, tem boas condições ou melhores condições escolares para os seus filhos, um sistema de saúde mais elaborado e eficiente, uma sociedade mais desenvolvida e muitas vezes a existência de netos pois os seus filhos já lá constituíram família. Com muito esforço e dedicação no seu trabalho o imigrante pode, até a um prazo mais ou menos longo, obter a naturalização ou até a nacionalidade.

A possibilidade de obter a nacionalidade é um passo importante, porque vai permitir uma melhor inserção e adia (quase definitivamente) o possível regresso do emigrante ao seu país.

Há alguns países receptores que acolhem emigrantes por um período de tempo bem determinado (caso conhecido da Suíça), que depois de terem completado as suas missões voltam a mandá-los de volta para seus países de origem.

Após a criação de um fluxo, devido a um apelo específico do mercado de trabalho receptor, e existindo potencial emigratório na origem, é abundante a informação que circula entre os emigrantes e aqueles que permanecem, pelo que se comunicam oportunidades de emprego, se diminui o risco e receios à emigração e se criam condições favoráveis à integração.

Outros países receptores acolhem com maior facilidade pessoas com um certo capital que venham para constituir empresas novas ou firmar alguns negócios, porque podem relançar a economia nacional criando postos de trabalho o que contribui até para aliviar tensões sociais.

Nalguns casos, os imigrantes, conseguiram estabelecer-se comercialmente com restaurantes, hotéis, cafés, panificadoras, talhos, minimercados, empresas de construção civil, etc. cujos produtos, os empregados e a clientela são maioritariamente provenientes do seu país de origem. Não podemos esquecer, que estes empresários, ajudam a economia nacional do país de acolhimento, exportando e importando variadíssimos produtos, alguns dos quais já estavam acostumados a usar no seu país. Chegam a comercializar produtos regionais que importam do seu país – artesanato, vinhos, queijos, etc. – comercialização que estendem a outros países

6. Efeitos das migrações

As migrações modernas põem em evidência as consequências de fenómenos sociais amplos e complexos, que dizem respeito em maior ou menor medida a todas as sociedades. Os desequilíbrios criados por processos económicos que se repercutem sobretudo nos mais débeis obrigam milhões de mulheres e de homens a procurar possibilidades de sobrevivência noutras partes. Conflitos étnicos, desastres naturais e opressões políticas obrigam populações inteiras a pedir asilo e protecção a outras Nações. Ao mesmo tempo, o medo do estrangeiro leva as sociedades do bem-estar a introduzir restrições ao ingresso dos imigrantes, tornando mais difícil a sua entrada, o seu acolhimento e integração. Contudo, as barreiras não podem deter a esperança de quem tem direito a um futuro melhor.

O deslocamento de indivíduos tem grandes implicações com a integração dos imigrantes e dos seus descendentes como também afecta a comunidade que os acolhe. “Como tal, o acto de migrar redefine uma história, tendo portanto de ser considerado na sua dimensão histórica pois vai afectar um leque alargado de relações no tempo tal como no espaço (John A. Jackson – Esher, 1991)”. De facto, a presença dos imigrantes transformou muitos países em sociedades multiétnicas e multiculturais. Esta diversidade muitas vezes é percebida como ameaça à identidade cultural e religiosa dos países de acolhimento. Disto surgem tendências a exclusões xenófobas, que encerram em si o perigo de tensões e de incompreensões, que danificam a paz social. Como exemplo citemos a França e a lei, recentemente aprovada, que proíbe o uso do véu islâmico por ser um símbolo exterior de religião. Não esqueçamos que a França é um Estado laico. Perante o risco de conflitos étnicos, todos são convidados a pensar de novo na convivência social em termos de diálogo e de convívio.

Com efeito, a verdadeira integração requer que se construa uma sociedade capaz de reconhecer as diferenças, sem as tornar absolutas, e de promover uma geração de cidadãos formados na cultura do diálogo em que todos sejam iguais respeitando mutuamente as suas diferenças. “O desencadear de quaisquer fluxos migratórios, internos ou externos, é sempre gerador de mudança social.” (João Peixoto, 1999).

A UE (União Europeia) considera o fenómeno das emigrações como “fenómeno essencialmente positivo, gerador de desafios e oportunidades.”

A declaração de Atenas, aprovada pelo Conselho Europeu na sua reunião informal do dia 16 de Abril de 2003 afirma que: *“Respeitamos a dignidade e os direitos dos nacionais de Estados terceiros que vivem e trabalham na UE. Os valores que partilhamos não estão reservados aos nossos nacionais e aplicam-se a todos aqueles que se submetem às leis dos nossos países.”*

A Carta de direitos fundamentais da UE estabelece no nº3 do seu artigo 15º: *“Os nacionais de países terceiros que sejam autorizados a trabalhar no território dos Estados Membros têm direito a condições de trabalho equivalentes àqueles de que beneficiam os cidadãos da União.”*

Capítulo II – A emigração portuguesa.

1. Introdução

Portugal é o país que há mais tempo mantém inalteráveis as suas fronteiras fixadas em 1249 por D. Áfonos III: a Norte e Este limita-o a Espanha e a Sul e Oeste tem como fronteira o Oceano Atlântico. Com estas fronteiras foram os portugueses obrigados a olhar o mar⁸. Segue-se a expansão marítima com o impulso dado pelo Infante D. Henrique, da ínclita geração. Assim se conhece a colonização das ilhas atlânticas da Madeira e Açores que muito serviram o comércio tal como as praças no Norte de África. Nos dois últimos decénios do século XV os descobrimentos atingem o seu auge e depois das ilhas do arquipélago de Cabo Verde, surge a Guiné, S. Tomé e Príncipe e Angola. Sempre na procura do “Reino do Preste João” sacrificamos vidas mas conseguimos transpor os “Cabo das Tormentas” transformando-o em “Cabo da Boa Esperança” e, no declinar da Idade Média e começo do Renascimento chegamos à Índia e dominamos a Rota das Especiarias. Mudamos de rumo e dois anos mais tarde chegamos ao Brasil, a terras de Vera Cruz, e conseguimos o ouro do seu subsolo. Lisboa transforma-se então no maior Empório de toda a Europa. Acabávamos de ser protagonistas da maior epopeia de todos os tempos, epopeia que Luís Vaz de Camões imortalizou na sua obra “Os Lusíadas”.

É este espírito aventureiro e inquieto dos portugueses aliado a factores de ordem interna que os leva a partir preferencialmente para o Brasil até ao primeiro decénio dos anos 50.

Segundo Miriam H. Pereira, “o mito da fortuna rapidamente amealhada, que tinha raízes distantes no passado colonial, nas fortunas dos «mineiros», das plantações do açúcar e de outros produtos coloniais, era preservado cuidadosamente pelo emigrante” (H. Pereira, 1981).

⁸ Em plena época medieval rumam para ao Norte de África onde fizeram várias conquistas chegando a juntar à coroa portuguesa as praças africanas de Ceuta, Alcácer Ceguer, Arzila e Tânger.

É de facto o Brasil o país mais apelativo para os portugueses principalmente os oriundos de Trás-os-Montes e do arquipélago dos Açores. Tornara-se independente em 1822 e era um país riquíssimo, paraíso para viver e para um possível enriquecimento fácil.

Embora tenha sido este país o que maior número de portugueses acolheu não podemos deixar de lado, por não menos importante, os outros destinos escolhidos pelos que desejavam emigrar.

“O português, levado pelo espírito aventureiro que desde tempos muito remotos ficou marcando a característica mais saliente do nosso povo, teve sempre decidida tendência para emigrar (Almeida e Barreto, 1976: 176)”.

O quadro que em Portugal inclinava à exasperação emigratório possuía uma dupla face: um regime político repressivo embrenhado em guerras coloniais; uma situação económica que praticamente não implementava qualquer modernidade relevante.

No entanto os países de destino dos emigrantes, sobretudo dos de Trás-os-Montes e dos territórios insulares, começam a reforçar o controle nas fronteiras impondo limites à imigração permanente, aplicando assim quotas de emigrantes que podiam entrar nos seus territórios. Os Estados Unidos quase seguiam uma política *isolacionista* e a entrada aos emigrantes foi restringida também no Brasil e outros países da América Latina. Estas restrições, criadas em nome da segurança nacional explicam a progressiva diminuição dos portugueses para aquele continente

Após o primeiro conflito mundial, em que Portugal esteve envolvido, surge uma grave crise financeira em 1929 que teve origem no Estados Unidos e que afectou o mundo inteiro. Seguidamente a esta crise outra ameaça surge na Europa: a ascensão do nacionalismo na Alemanha e na Itália. Cria-se uma tensão no resto dos países europeus e em 1939 inicia-se segunda Guerra Mundial que se prolonga até 1945. Os países que participaram directamente na guerra requerem mão-de-obra para poder reconstruir o que a guerra destruíra. Assim, os dois principais países com deficit de mão-de-obra são a França e a Alemanha.



2. A diáspora europeia

Cerca de um milhão e quinhentos mil portugueses na época de 1958 e 1974 deixaram Portugal atravessaram as fronteiras e radicam-se particular e preferencialmente na Europa Central.

O tradicional destino dos portugueses que até finais dos anos 50 tinha sido o Brasil muda-se para países onde o desenvolvimento socio-económico está em franca progressão e cujas fronteiras distam do nosso país, um “salto terrestre”.

“Le Portugal a une longue tradition d’émigration. Du XVI au XX siècle, un courant migratoire d’inégale ampleur mais pratiquement ininterrompu relie le Portugal aux Amériques. A partir des années 1960, le Brésil impose des restrictions à l’entrée. En 1964, en particulier la décision est prise de refuser l’entrée aux *immigrants pauvres et non qualifiés* (Georges Tapinos, 1975)”⁹.

⁹ “Portugal tem uma longa tradição de emigração. Do século XVI ao XX uma corrente migratória de inegável amplitude mas praticamente ininterrupta liga Portugal às Américas. A partir dos anos 60, o Brasil impõe restrições à entrada a imigrantes pobres e não qualificados.”

A **tabela 1** mostra claramente que, a partir de meados do século XX, houve uma mudança nos destinos que os emigrantes escolhiam, diminuindo significativamente as deslocações para os países transoceânicos e aumentando os fluxos para países da Europa.

Tabela 1

Emigração Portuguesa de 1901 a 1967

Países	1901 - 1930	1930 - 1950	(a) 1951 - 1960	(a) - (b) 1961 - 1967
Brasil	754.147	148.699	235.635	54.767
Argentina	23.122	11.766	13.225	2.375
EUA	170.807	4.610	20.934	38.043
Venezuela	?	818	37.185	26.497
França	?	?	17.998	342.190
Canadá	?	?	16.245	32.175
RFA	?	?	?	27.304
Holanda	?	?	?	2.085
R. Africa do Sul	?	735	6.649	13.471
Outros Países	136.786	21.839	10.834	16.597
Total	1.084.862	188.467	358.705	555.504

Notas:

(a): Excluídos os movimentos com as possessões ultramarinas

(b): Incluídos os clandestinos salvo para 1966 e 1967. Consideramos que a totalidade da corrente clandestina se dirigiu para França.

?: Valor ignorado: As estatísticas oficiais só incluem certos países a partir de datas relativamente recentes: Argentina - 1914; RFA - 1964; Canadá - 1956; França - 1949; Holanda - 1964; África do Sul - 1968; Venezuela - 1868. Antes destas datas, os países citados estavam na rubrica geral "outros países".

Fontes: "*Boletim de Emigração*"; Anuário demográfico - 1966, INE; Estatísticas demográficas - 1967, INE; J. Ferreira de Almeida

Fonte: "*Capitalismo e Emigração em Portugal*" - 3ª Edição, Carlos Almeida e António Barreto, Lisboa, 1976, p.176

É como que a queda completa da emigração transatlântica pois os seus números são tão despidiendos que nem vale a pena percentualizá-los. Este fluxo diminui com a queda do regime corporativista e com fim do “boom” desenvolvimentista na Europa.

Nos princípios de 1974 o fluxo de emigrantes para a Europa sofre uma acentuada baixa devido a um período de crise que obriga os governos – que tantos imigrantes tinham aceite - a tomar medidas de restrição. Em Portugal dá-se, contudo, uma hemorragia de empresários e de gestores no segundo trimestre de 1974 receosos do desfecho da revolução e a “fuga em massa” dos portugueses que viviam nos territórios ultramarinos. Centenas de milhares dos nossos compatriotas demandaram à África do Sul – pela proximidade territorial com Angola e Moçambique – o Brasil, Estados Unidos, Canadá e o próprio território continental português. É uma nova emigração transoceânica. É a alma portuguesa, o espírito aventureiro da epopeia dos descobrimentos a comandar uma diáspora para fora das fronteiras europeias.

Pode dizer-se que renasceu nos emigrantes portugueses a necessidade de criar novos mundos pelo mundo. Agora vibrava na alma portuguesa a chama dum Infante D. Henrique, dum Albuquerque, dum Camões...

“Da emigração transoceânica, marcada pela irreversibilidade, subsiste o núcleo de base das comunidades portuguesas na América, na Ásia e em África. Estima-se, por exemplo, que a população de origem portuguesa nos EUA seja de 1.153.351 indivíduos, dos quais 210.122 nascidos em Portugal” (Lopes, 1997: 76).

3. Emigração legal e emigração clandestina

Não se pode falar nos primeiros fluxos de emigração para a Europa sem sublinharmos a emigração clandestina, “emigração a salto”. Este segmento da emigração foi crescendo a um ritmo tão elevado que entre 1958 e 1964 e de 1966 1971 as frequências relativas de clandestinos, sobretudo nos três últimos anos do segundo período eram de 60% e de 70%. A emigração clandestina não é exclusiva de qualquer período da história da emigração. Em todas as levas da emigração deste fenómeno houve saídas e/ou entradas clandestinas e em números consideráveis. Em (um século de população portuguesa, 1864 – 1960, pagina 123) João Evangelista estimou que a parte da emigração feita a descoberta da lei entre 1801 e 1960 eram um terço das legais.

Para o período de 1958 – 1974, a comparação das estatísticas portuguesas e francesas permite apurar a parte das emigrações portuguesas indocumentadas para aquele país. É bem significativa dois terços dos emigrantes portugueses recenseados em França. É sobretudo em 1964 que o maior número efectua o “salto”, 94% do total.

Sem documentos que lhes permitissem a legalização – impossibilitados, portanto, da acessibilidade às estruturas dos serviços de saúde, de acção social, de habitação condigna nascem como cogumelos - -nas cinturas urbanas sobretudo na de Paris – barracas miseráveis onde milhares de portugueses vivem em condições infra-humanas. São os “bidonville” que os emigrantes aguentam sempre com fé de juntar um pecúlio que lhes permita regressar a Portugal para gozar uma vida desafogada.

Temos, pois, uma imensa colónia de portugueses na Europa central mas que o faz às margens das leis. As razões desta emigração, quase compulsiva, têm de encontrar-se nos países de origem e no país de acolhimento. Este é a Europa industrializada, para onde, principalmente, até ao último decénio dos anos 50, largos milhares de italianos seguidos de vagas de espanhóis tinham imigrado. Quando estes dois países começam a desenvolver-se e a industrializar-se foi diminuindo a saída dos seus cidadãos. Criou, este facto, uma maior falta de mão-de-obra e começa então o fluxo emigratório dos portugueses para este país.

Segundo Maria Beatriz Rocha Trindade, “as partidas de um país e a chegada a outro, constituindo momentos decisivos de concretização do processo emigratório, foram desde sempre preocupações de Estado, quer para as autoridades do país de origem quer para as do país de destino” (Rocha Trindade, 1995).

Tabela 2**Emigrantes legais portugueses, por países de destino, de 1956 a 1988.**

<i>Europa</i>								
Anos	Alemanha	França	Países Baixos	Luxemburgo	Reino Unido	Suiça	Outros Países	Total
1956	6	772	8		97	4	58	945
1957	5	3102	8	1	60	14	16	3206
1958	2	4694	6		103	9	9	4823
1959	6	3542	2	2	76	8	42	3678
1960	54	3593	3	2	84	8	61	3805
1961	277	5446	55	20	137	49	43	6027
1962	483	8245	70	4	163	20	178	9163
1963	1039	15223	152	115	239	53	278	17099
1964	3868	32641	297	328	331	193	756	38414
1965	11713	57319	480	363	421	171	1032	71499
1966	9686	73419	1308	462	597	205	1296	86973
1967	2042	59415	401	205	631	191	1033	63918
1968	4886	46515	467	215	537	176	642	53438
1969	13279	27234	420	361	783	276	429	42782
1970	19775	21962	393	269	506	362	434	43701
1971	16997	10023	338	175	303	344	258	28438
1972	14377	17800	149	529	309	527	271	33962
1973	31471	20692	394	2870	586	1246	152	57411
1974	3049	10568	278	2123	666	735	156	17575
1975	1072	2866	44	649	630	123	123	5507
1976	346	1780	19	137	299	94	36	2711
1977	210	1417	34	198	201	238	102	2400
1978	112	1604	25	155	145	212	69	2322
1979	76	2159	19	519	177	30	69	3049
1980	69	1867	38	448	99	40	567	3128
1981	41	1565	50	188	46	50	75	2015
1982	25	546	12	92	27	48	106	856
1983	23	665	15	49	24	45	33	854
1984	25	658	16	15	24	31	30	799
1985	18	1180	13	23	16	27	30	1307
1986	25	924	18	13	16	55	178	1229
1987	26	167	13	12	11	91	31	351
1988	38	370	5	28	6	112	47	606

Fonte: Rocha Trindade, 1995: 157

Tabela 3**POPULAÇÃO PORTUGUESA E DE ORIGEM PORTUGUESA RESIDENTE NA EUROPA**

(Estimativa - Abril/2002)

EUROPA	nº		%
ALEMANHA	133 700	a)	2,93%
ANDORRA	9 000		0,20%
ÁUSTRIA	500		0,01%
BÉLGICA	38 000		0,83%
BULGÁRIA	20		0,00%
CHECA, REP.	30		0,00%
CHIPRE	41		0,00%
DINAMARCA	272		0,01%
ESLOVACA, REP.	5		0,00%
ESPAÑA	80 153		1,76%
FINLÂNDIA	157		0,00%
FRANÇA	553 663	b)	12,15%
GRÉCIA	300		0,01%
HOLANDA	9 220		0,20%
HUNGRIA	44		0,00%
IRLANDA	94		0,00%
ISLÂNDIA	13		0,00%
ITÁLIA	5 741		0,13%
JUGOSLÁVIA, REP. FED.	20	c)	0,00%
LIECHTENSTEIN	524		0,01%
LUXEMBURGO	62 020		1,36%
MONACO	1 000		0,02%
NORUEGA	675		0,01%
POLÓNIA	164		0,00%
REINO UNIDO E ILHAS DO CANAL	180 000	d)	3,95%
ROMÉNIA	123		0,00%
RÚSSIA	177		0,00%
SUÉCIA	1 800		0,04%
SUIÇA	156 542		3,44%
TOTAL	1 233 998		27,08%
TOTAL GERAL DE EMIGRANTES PORTUGUESES	4 556 682		100%

NOTAS:

- a) Segundo dados do Instituto Federal de Estatística Alemão.
- b) Censo de 1999. Dos 533 663 monos nacionais (pessoas que possuem unicamente a nacionalidade portuguesa), 454.488 nasceram em Portugal e 99.175 em França.
- c) Informação reportada a 5/10/2000.
- d) Entre 12.000 e 14.000 nas Ilhas do Canal

FONTE:

MNE/DGACCP-DAX-Divisão de Informação e Documentação, segundo informações transmitidas pelas Embaixadas e Consulados de Portugal, tendo por base as estatísticas dos países de acolhimento e inscrições consulares.

Abril de 2002

Na análise da **tabela 2** podemos constatar que existe um aumento de saída de portugueses para os países europeus nos finais da segunda metade dos anos 50 e que se prolonga até aos finais dos anos 60. Sendo a França o destino favorito dos emigrantes, seguido da Alemanha. No entanto nos fins dos anos 60 e inícios dos anos 70 outros destinos europeus começam a ganhar importância, como é o exemplo do Luxemburgo ou da Suíça em 1973. Outro fenómeno que se analisa é que, a partir da segunda metade dos anos 70, o número de emigrantes começa a diminuir ligeiramente. A França é o país que mais emigrantes recebe, a Alemanha, no entanto, deixou de ser o segundo destino europeu, para ocuparem o seu lugar o Reino Unido, a Suíça e o Luxemburgo. Se no início dos anos 80 a emigração tende a decrescer, o caso muda de figura na segunda metade dessa década onde se vê um ligeiro aumento na emigração portuguesa. A Suíça é, depois da França, o país que mais emigrantes tem em 1988. Na análise da **tabela 3** elaborada em Abril de 2002 – com valores pouco fiáveis, já que a maior parte dos emigrantes portugueses não estão inscritos no consulado - vemos que o país onde residem mais emigrantes portugueses é a França, com 553.663, representando 12,15% do total de emigrantes portugueses espalhados pelo globo, seguido do Reino Unido (3,95%), da Suíça (3,44%) e da Alemanha (2,93%). A Espanha é o quinto país europeu com mais emigrantes portugueses seguido pelo Luxemburgo onde residem 62.020 emigrantes e da Bélgica com 38.000. Os outros países europeus têm uma percentagem de emigrantes portugueses inferior a 0,20%. Constata-se que, relativamente ao tamanho do território, é o Luxemburgo que tem maior percentagem de portugueses. Para que a densidade da emigração portuguesa no Luxemburgo fosse igual, por exemplo à da França ou à da Suíça, o Luxemburgo só podia receber no primeiro caso 2611 emigrantes portugueses e no segundo caso só poderia receber cerca de dez mil portugueses.

Os países europeus que acolhem mais emigrantes portugueses, são os países considerados da Europa central. Estes países que tiveram um papel importante na segunda guerra mundial e que sofreram grandes destruições; como a França, a Alemanha, o Reino Unido incluindo o Luxemburgo, são os países que acolhem mais emigrantes portugueses. A Suíça sendo um caso especial, porque não participou neste conflito, acolhe um número significativo de emigrantes.

As grandes empresas, durante a guerra, foram mobilizadas para produzirem material bélico. Com o fim do conflito terminou a justificação para a existência dessas empresas. Também as populações locais sofreram muitas baixas pois milhares dos seus homens participaram na guerra tendo nela perdido as suas vidas. Foi então, como já devidamente explicado, que surgiu a necessidade de chamar emigrantes para a reconstrução de edifícios, rede viária, pontes, vias-férreas, saneamentos toda a espécie de estruturas e infra-estruturas destruídas pela aviação alemã sob a batuta de Hitler.

Neste novo desenvolvimento socio-económico, a mão-de-obra portuguesa foi essencial para a retoma dos vários países. Como os portugueses tinham pouca qualificação profissional tiveram de trabalhar nas áreas de trabalhos mais pesados, enquanto os autóctones tinham a seu cargo trabalhos mais ligeiros, melhor remunerados. Eram geralmente cargos de chefia.

Regra geral, na emigração portuguesa, os homens são os primeiros a partir, deixando para trás a família ou esposas e crianças, o que também acontece na maioria dos povos que emigram. Só depois de terem passado um certo tempo no país de acolhimento e reunindo certas condições sociais é que planeiam uma possível reunião familiar.

Muitos dos emigrantes portugueses fizeram projectos ou planos para um dia regressar à terra natal. A ideia de regresso está presente na mente de qualquer emigrante. O emigrante português que teve como destino a Europa escolhe, em grande maioria como destino de férias o seu país natal e principalmente a sua terra de origem.

Custódio Cónim afirma, “ao nível do continente, o regresso de emigrante portugueses tem registado uma evolução caracterizada pelo acréscimo constante dos fluxos ao longo dos últimos 20 anos. Entre 1960 e 1970 o regresso de emigrantes quase que duplica, passando de 7000 para 13000 indivíduos de ambos os sexos, atingindo em 1980 um valor próximo de 51000 indivíduos. Entre os quinquénios de 1966-70 e 1976-80, o fluxo de regresso passa de 22000 para 126000” (Cónim, 1985).

O emigrante vem para “matar saudades dos seus familiares” e conviver com os amigos, para assistir às festas anuais em honra do santo padroeiro da aldeia, da vila ou da cidade que deixou. Estes convívios estão limitados no tempo, são os dias que o emigrante tem à sua disposição como férias; por isso, ele aproveita para estar com a família, onde conta sinteticamente as peripécias vividas no seio da família, no trabalho, nos tempos de lazer passados no país de acolhimento.

São reuniões que o emigrante não dispensa pois elas mitigam um pouco a nostalgia da pátria. Aproveita para contar os problemas que teve ou tem de enfrentar e, com certo orgulho, fala da evolução escolar dos filhos (se for o caso). Estes convívios, com a família na terra natal, fazem crescer a vontade de um dia regressar para junto dela.

“O emigrante madeirense tradicional gozava de uma reputação de trabalhador honesto, muito empenhado no seu trabalho e interessado em manter as tradições da sua terra de origem (Garcia e Almeida, 1998)”.

Este comentário adequa-se à realidade de qualquer emigrante português. Como bom trabalhador que é, adapta-se à nova sociedade de acolhimento encontrando, porém, algumas dificuldades: a barreira da língua, a conduta dos filhos influenciada muitas vezes pela conduta dos naturais, e tantos outros motivos. É, contudo, humilde não esquecer que o país de acolhimento é o anfitrião. Tem sempre presente a asserção que, talvez a mãe ou o pai, lhe tenham sussurrado ao ouvido na hora da primeira despedida: *“Na terra para onde fores viver, faz como vires fazer”*. O emigrante português está dividido, porque se por um lado tem de se adaptar ao seu país de acolhimento, tenta não esquecer as suas raízes. Não se separa totalmente dos costumes e tenta por sua vez transmiti-los à segunda geração.

Os emigrantes portugueses são muito solidários, criam rapidamente amizades. Agrupam-se e até arranjam residência perto de outros que vieram da mesma freguesia ou concelho. E sendo muito unidos foram, nos quatro cantos do mundo, criando comunidades importantes. Estas comunidades servem de apoio a qualquer novo emigrante português, porque no seio delas se encontram pessoas que estão inteiramente integradas no país de acolhimento. Os “veteranos” emigrantes portugueses estão bem organizados, visto que conhecem bem a sociedade onde vivem, e com mérito foram desenvolvendo estruturas para unificar ainda mais as suas comunidades.

Estas estruturas são variadas passando por estações de rádio que transmitem unicamente em português, alguns periódicos, associações de variados tipos, clubes de futebol, etc. As duas primeiras são muito importantes porque através delas é que passam em língua portuguesa as principais notícias sobre o país de acolhimento e algumas sobre Portugal.

Tanto a rádio como os jornais e a televisão, são meios perfeitos para fazer passar anúncios de trabalho, novas leis que dizem respeito à emigração, ao trabalho, às normas de comportamento a respeitarem sobre como deitar o lixo, por na rua trastes de consideráveis dimensões, todas e quaisquer normas de higiene, etc. que sejam relevantes pois permitem que os novos imigrantes se integrem com mais facilidade, sabendo onde procurar as informações de que necessitam. Estas informações são importantes e revelam que os emigrantes portugueses são unidos e solidários com os que chegam e juntos conseguem ultrapassar as barreiras que se levantam: têm que adaptar o seu *modus vivendi* ao modo de vida dos naturais pois são eles os anfitriões.

O emigrante português, como qualquer emigrante, corre um risco grande em partir à aventura para outro país. Mas esse risco pode ser compensado, de maneira significativa quando, os seus objectivos são atingidos. Vejamos que a maioria dos emigrantes se deslocaram para outros países para conseguirem ter melhor qualidade de vida. Os emigrantes venceram por duas vezes essas barreiras. Passo a explicar. Tiveram duas vezes mais dificuldades que as pessoas que não emigraram. Enquanto muitos portugueses não se deslocaram e se contentaram com as condições de vida que levavam, os emigrantes foram para um país estranho. A primeira dificuldade que o emigrante enfrenta é o corte com a família, deixar as suas terras para trás, e então enfrenta a segunda barreira que é no país de acolhimento, onde tudo lhe é estranho, desde a língua aos costumes, à vida em sociedade, etc.

Estas barreiras são consideráveis, pois para o imigrante torna-se sempre difícil a adaptação. Quando chega a primeira preocupação é arranjar alojamento condigno, instalar a família – quando a leva – e procurar trabalho. Conta com a ajuda de alguns amigos ou conterrâneos já radicados e recorre – como se disse atrás – a jornais em português, às rádios também na sua língua. Encontrado o trabalho, desempenha-o com empenho e tenta adaptar-se ao país de acolhimento (com sacrifícios de várias ordens), o que já se considera como uma vitória. O emigrante português quando chega ao seu país de destino começa a sua vida do nada. Tem de organizá-la de forma a poder criar condições à reunião familiar, e condições suficientes para que os seus filhos possam estudar e ter um melhor futuro. É por isso que um emigrante é vitorioso, porque do nada consegue “re” fazer a sua vida.

O emigrante português sabe que trabalha em condições muito difíceis, mas mesmo assim continua e “luta”, não só para o bem-estar dele, mas sim a pensar “muito” na segunda geração. Muitos conseguem, ultrapassar certas barreiras e ter, através de muito trabalho e muito sacrifício, uma vida economicamente estável. Outros, no entanto, não superaram estas barreiras e regressaram a Portugal ao seio das suas famílias e ao ambiente das terras que os viram nascer.

Outros ainda desenvolvem negócios com espírito empreendedor, abrem os seus próprios comércios. Estes são essencialmente dedicados aos outros emigrantes portugueses. Neles se encontram preferencialmente produtos que lhes são familiares e lhes amenizam um pouco as saudades da Pátria. Como existem os comércios também existem os cafés, que são, frequentemente, o ponto de encontro dos portugueses depois de um dia de trabalho. É nestes pequenos lugares que vão trocando algumas informações que podem ser de grande utilidade e falando sobre as suas famílias, as suas aldeias, vilas ou cidades.

Estes imigrantes portugueses, de certa forma, ajudam muito a comunidade, porque vão dando trabalho aos seus conterrâneos. E se o negócio for rentável, podem aumentá-lo e começar a abrir novos espaços comerciais: pequenos supermercados, padarias, bares, agências de viagens, etc.¹⁰.

Se o emigrante português se adaptou ao seu país de destino, não podemos esquecer os sacrifícios que passou para conseguir lá chegar. Os “veteranos” que chegaram aos países de acolhimento, não tinham sítio onde dormir recordando tantas e tantas vezes aos vãos de escadas dos edifícios tendo como colchão uns simples cartões e enganando o frio intenso com papelões que lhes cobriam o corpo mal vestido e mal alimentado. Estes imigrantes sujeitavam-se a estas condições de vida, mas sabiam que o dinheiro que receberiam como paga do seu trabalho lhes permitiria sair daquela miséria em pouco tempo. Sujeitavam-se porque o salário era bem mais do que aquele que recebiam em Portugal. Nestas condições infra-humanas encontravam-se muitos que – tendo levado a família – se viram obrigados a chamar “casa” a metades de “bidons” ou a barracas feitas de lata ou cartões colados uns aos outros. São os imigrantes dos tristemente “bidonville” que habitavam nas cinturas industriais dos grandes centros urbanos.

¹⁰ Estes comércios, como referi, são dirigidos em primeira hipótese para os portugueses, embora e cada vez mais os autóctones visitem estes locais e se tornem clientes. Isto também é uma prova de sucesso económico.

“Os bairros de lata são uma forma de habitação e de *acolhimento* mais conhecidos dos trabalhadores portugueses na região de Paris. Um exemplo bem célebre desse tipo de alojamento é o bairro de lata de Champigny, onde residiam, em 1967, 14025 portugueses e que foi também, durante cerca de 10 anos, centro de distribuição destes trabalhadores por toda a França. Por esta razão também se chamou a este bairro a *capital dos portugueses em França*.” (Serrão, 1976: 208).

Nos anos 50 os Invernos são muito rigorosos, e alguns morrem de frio por viverem miseravelmente. Esta situação, chocante, é apontada por *Abbé Pierre* que em Fevereiro de 1954 faz um discurso numa rádio local, dizendo: “Mes amis! Au secours! Une femme vient de geler cette nuit, à 3 heures, sur le trottoir du boulevard de Sébastopol, serrant sur elle le papier par lequel on l'avait expulsée, avant-hier. Chaque nuit, ils sont plus de deux mille, recroquevillés sous le gel, sans toit, sans pain, plus d'un presque nu. Écoutez-moi: en trois heures, deux centres de dépannage viennent de se créer. Ils regorgent déjà. Il faut en ouvrir partout. Il faut que ce soir même, dans toutes les villes de France, dans chaque quartier de Paris, des pancartes s'accrochent sous une lumière, dans la nuit, à la porte des mieux lotis, où il y ait des couvertures, paille, soupe, et où on lise: "Centre fraternel de dépannage. Toi qui souffres, qui que tu sois, entre, dors, mange, reprends espoir. Ici, on t'aime. (Encyclopaedia Universalis, 2000)”¹¹.

É nestas e noutras condições, semelhantes, que o papel das missões religiosas prova fazer um trabalho eficaz e muito importante ao ajudar os indivíduos, e neste caso alguns imigrantes portugueses que se encontram em Paris a viver em condições miseráveis, a guardar a esperança de uma possível reinserção social ou uma ajuda para se integrar no caso de imigrantes.

Como se não bastasse a fria realidade de morar em condições quase desumanas, muitas vezes os chefes ou patrões não lhes pagavam. Isto obrigava o emigrante a procurar um novo trabalho que fosse fiável. São estas situações que fazem com que as barreiras sejam ainda mais difíceis de transpor. Felizmente nem todos os “veteranos” emigrantes portugueses passaram por esta situação.

¹¹ “Meus amigos! Socorro! Uma mulher acaba de gelar esta noite, às 3 horas, sobre o passeio da avenida Sébastopol, apartando sobre ela o papel através do qual a tinham expulsado antes de ontem. Cada noite, são mais de 2000, queimados pelo gelo, sem teto, sem pão, vários quase nus. Escutai-me: em 3 horas, 2 centros de acolhimento acabaram de ser criados e já estão completamente cheios. É preciso abrir centros como este por todo o lado. É preciso que esta mesma noite, em todas as cidades de França, em cada bairro de Paris, cartazes se colemba debaixo de uma luz, à noite, à porta dos melhores prédios, onde haja cobertores, palha e onde se leia: “Centro fraternal de acolhimento. Tu que sofres, quem quer que sejas, entra, dorme, come, recupera esperanças. Aqui, Amamos-te.”

“L’accord signé avec la France en 1963 (accord du 31 Décembre 1963 concernant les migrations, le recrutement et le placement des travailleurs portugais en France, Journal Officiel. du 4 Janvier 1964), premier accord de main d’œuvre avec un pays européen, arrive à point nommé et va fixer un cadre juridique au renversement de la tendance séculaire. En réalité les restrictions de droit et de fait apportées par les autorités portugaises freinent considérablement l’émigration légale. Une émigration clandestine s’organise et prend de l’ampleur. Progressivement, sont mises en place des filières de passage. L’émigration se développe dans des conditions qui ne sont ni à l’honneur du pays d’origine, ni à celui du pays d’arrivée. Les drames de *la traversée*, l’installation en bidonvilles, sont les signes les plus éclatants de cet échec (Tapinos, 1975: 60).”¹²

Nos anos 60 o número de emigrantes portugueses aumenta com destino para os países do centro da Europa que necessitam de mão-de-obra barata para a (re) construção, é o caso, nomeadamente, da França, da Alemanha, da Bélgica, do Luxemburgo. Esta mão-de-obra barata serve de motor de arranque para o crescimento económico e para o desenvolvimento dos respectivos países. Portugal, como outros países do sul, contribui com grandes números de emigrantes que provêm essencialmente de regiões economicamente desfavorecidas. No entanto começam a emigrar, nos anos seguintes, indivíduos oriundos dos mais diversos pontos do país à procura de uma qualidade de vida melhor (Rocha Trindade, 1995).

Os “veteranos” emigrantes portugueses eram, na sua maioria, analfabetos e contentavam-se com os trabalhos mais rudes que lhes eram distributivos. No entanto, o imigrante português sempre soube ser humilde e demonstrava-o nas atitudes perante os seus superiores. Demonstrava interesse pelo trabalho que fazia, e gostava de o fazer bem. Estava sempre disponível para fazer alguns trabalhos extras, pois era mais uma forma de ganhar algum dinheiro.

¹² “O acordo assinado com a França em 1963 (acordo de 31 de Dezembro de 1963 dizendo respeito às migrações, o recrutamento e colocação dos trabalhadores portugueses em França, Jornal Oficial du 4 Janvier 1964), primeiro acordo de mão-de-obra com um país europeu, chegou a bom termo e vai fixar um quadro jurídico ao invés da tendência secular. Na realidade as restrições de direito e de factos trazidos pelas autoridades portuguesas travão consideravelmente a emigração legal. Uma emigração clandestina organiza-se e ganha amplitude. Progressivamente, são posto em marcha as filiais de passagem. A emigração desenvolve-se em condições que não são em honra do país de origem nem do país de acolhimento. Os dramas da travessia, a instalação em bairros de lata, são os sinais mais flagrantes deste fracasso.”

“Estes emigrantes, apesar de tudo, e em muitos casos, aceitavam permanecer em barracões de obra (sobretudo na construção civil, que não dispunham de condições mínimas e sendo construídas muitas vezes com materiais recolhidos ao acaso), o que lhes evitava as dificuldades, o dinheiro e o tempo dos transportes e que, por outro lado, lhes permitia fazer maior número de horas suplementares. A isto se juntava o facto, na maioria dos casos, não pagarem nada pela habitação ou pagarem somas relativamente modestas. [...] Além disso, os trabalhadores estrangeiros não podiam, na prática, defender-se contra as decisões arbitrárias e unilaterais dos patrões, uma vez que não conheciam suficientemente a língua.” (Serrão, 1976).

Ao contrário dos primeiros emigrantes, os que se deslocaram nos anos 70 não eram, na sua maioria, analfabetos pois tinham completado a quarta classe. O que iria ajudar muito nas questões práticas dos contratos e foi um passo fundamental no que diz respeito ao entendimento do país de acolhimento.

O destino para os países europeus deve-se, essencialmente, a três factores. A necessidade dos países em obter uma mão-de-obra barata, a proximidade dos países com Portugal, que tem um peso considerável na decisão do possível regresso e por fim a possibilidade de lutar por uma qualidade de vida melhor.

4. Os portugueses no mundo

Os países mais desenvolvidos da Europa continuavam a necessitar de mão-de-obra barata para continuarem a ter grandes evoluções nas suas indústrias e tecnologias. “A necessidade de mão-de-obra estrangeira levou a Alemanha a celebrar acordos bilaterais com diversos países, entre os quais Portugal em 1964” (Garcia, 1998). Antes de existir a liberdade de circulação de pessoas e bens acordada em Schengen pelos países que então integravam a CEE (Comunidade Económica Europeia), os portugueses emigravam muito para a Europa. Muitos deles eram clandestinos, porque fugiram da miséria que estavam a passar nas suas terras, e/ou queriam sair de um sistema político ditatorial, havendo ainda outras razões em desprecienda percentagem. O maior número de clandestinos entrava em França através dos Pirinéus levados por “passadores” sem escrúpulos que tantas vezes lhes extorquiam os últimos centavos.

Melhoradas as condições de vida em Portugal e com a esperança na revolução de Abril, diminuíram estas dramáticas situações.

Com a adesão à CEE, que foi benéfica para Portugal e trouxe vantagens em vários sectores, que não podemos negar, mudou a vida dos emigrantes¹³.

A partir do período dos descobrimentos os portugueses tinham como destinos preferenciais os países novos, o mundo novo, a África e a Ásia destacando-se neste continente a Índia. Estas viagens, eram devidas a desejo da nova classe social – a burguesia - de rápido enriquecimento e porque Portugal tinha necessidade de reforçar sua posição para segurar as praças conquistadas e para as defender da cobiça de outros países que também se tinham lançado na corrida da colonização.

A emigração para o que é hoje os Estados Unidos remonta ao século XVII, embora a chegada maciça de emigrantes só tenha começado a ser significativa a partir de meados do século passado. O grande surto migratório para a Europa só arranca contudo, como é de conhecimento geral, depois da segunda guerra mundial.

¹³ As várias estruturas do Estado Português foram-se modernizando e a emigração sofreu uma acentuada baixa.

Existe uma grande diferença de integração no país de acolhimento entre o imigrante português que opta pelos Estados Unidos ou pela Europa. O primeiro vai geralmente com a intenção de ficar. Este facto implica que os seus esforços se orientem logo de início para a busca de uma forma de vida que assegure estabilidade: a compra e recheio de uma casa. No segundo caso, por oposição, mantém em geral os olhos postos na pátria: regressa uma ou duas vezes por ano, ocasionalmente por períodos prolongados e a sua maior preocupação consiste na compra de uma ou mais casas na sua terra natal. A intenção predominante é amealhar um pé-de-meia para poder passar desafogadamente o resto dos seus dias em Portugal.

O tipo de trabalho também é diferente: enquanto um imigrante português nos Estados Unidos ou no Canadá tem mais facilidades de criar a sua própria empresa especializada em diversas áreas e de tamanho considerável, tendo neste aspecto maior sucesso. Na Europa o português tem-se ficado com maior, frequência, ao nível de operariado não especializado da construção civil (França, Bélgica, Luxemburgo, Espanha), de empregado em de limpeza (França, Holanda, Luxemburgo), de mineiro (Espanha, Bélgica), de trabalhador rural (Espanha, Luxemburgo, Suíça), de operário fabril (um pouco por toda a parte) ou de empregado de hotelaria (Inglaterra, Suíça). As mulheres ocupam-se quase sempre em serviços domésticos (França, Luxemburgo, Espanha) ou nos escalões mais baixos da hotelaria (França, Inglaterra, Suíça). Esta situação também se verifica nos Estados Unidos e Canadá, mas nos tempos presentes com menos frequência.

Na emigração portuguesa, na década de 70, nota-se uma evolução significativa, visto que os emigrantes já não eram na sua maioria analfabetos como os dos anos 50. Por este facto entraram em competição com o mercado de trabalho do país de acolhimento.

Podemos dizer que estão espalhados pelos quatro cantos do mundo, onde se foram integrando e ganhando aos poucos uma certa importância. Este bem-estar económico nunca os fez esquecer o seu “Torrão natal” mantendo com ele laços importantes. Não é raro encontrarmos estruturas desportivas (cortes de ténis, pavilhões polivalentes, piscinas, ...) restauração de capelas, nas mais recônditas aldeias e vilas de Portugal feitas por emigrantes radicados sobretudo no Brasil, nos Estados Unidos e no Canadá.

Seguem as notícias de perto, pelos jornais, rádio, televisão e com os meios tecnológicos de hoje pela Internet. O emigrante português não consegue, de forma alguma, cortar esse cordão umbilical que o liga ao seu país e à sua cultura.

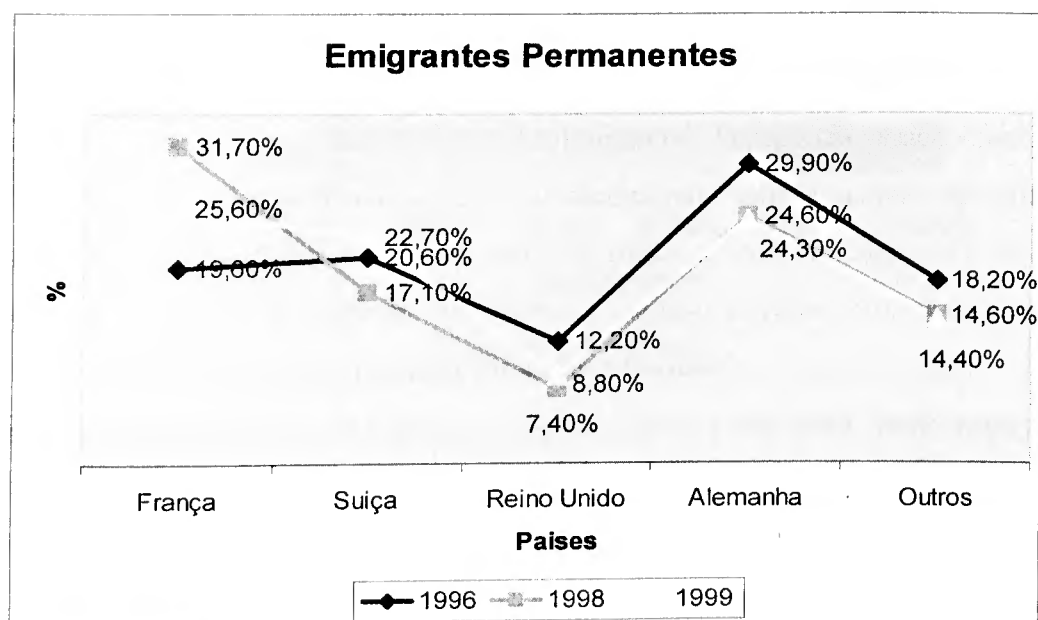
Os emigrantes, para além de se integrarem nos países de acolhimento, ensinam aos seus filhos os costumes que lhes foram inculcados. Desta forma os ensinamentos vão passando de geração para geração, para não se esquecerem das suas origens e para não esquecerem o “sofrimento” que tiveram quando saíram do país para procurar vida melhor.

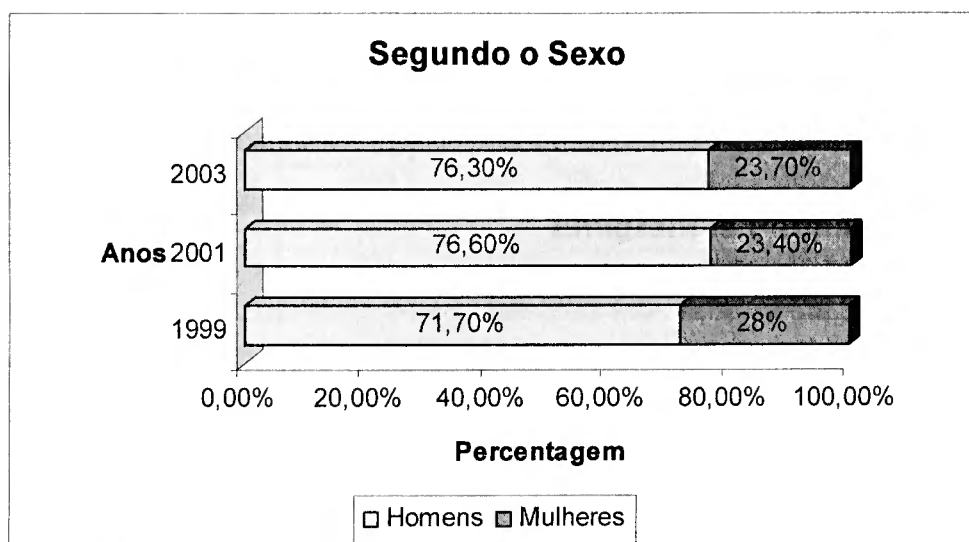
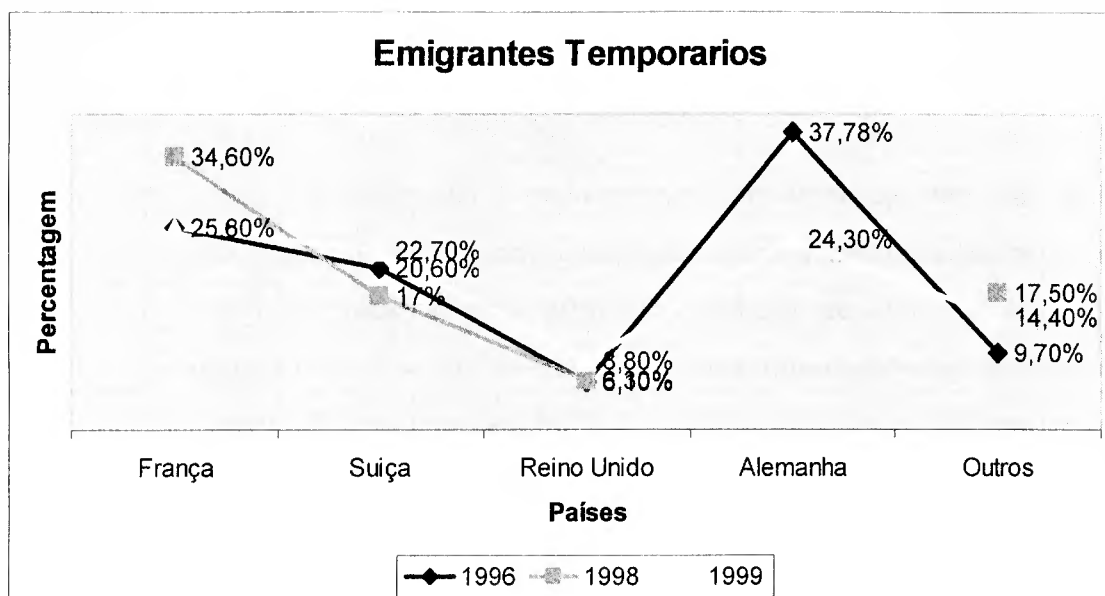
O emigrante português não esquece, de maneira nenhuma, a vontade de regressar a Portugal. Existe em todos eles o sonho do regresso à sua terra natal. Este sonho começa a dissipar-se lentamente à medida que os filhos vão crescendo, estudando, casando e tendo os seus próprios filhos. Já avô sente-se mais preso ao país de acolhimento mas não deixa de vir, de quando em quando, matar saudades da pátria. Os emigrantes da segunda geração não sentem a vontade de “regresso” como os seus pais. E não se sentem imigrantes, porque o país de acolhimento dos pais é o seu país natal e, desta forma, sentem-se como autóctones. Por isso não querem vir com os pais para Portugal, porque se o fizerem são eles que se vão sentir como imigrantes na terra natal dos seus pais. Os imigrantes da segunda geração preferem continuar a viver no seu país natal, o que leva muitos pais a ficar no país de acolhimento para dar apoio aos filhos ou, como acima se afirma a viverem entre “*cá e lá*”. É desta forma que o sonho do regresso “definitivo” vai desfalecendo. Outros emigrantes, no entanto, regressam para Portugal gozar a suas reformas.

5. A migração no século XXI

A emigração permanente tem diminuído de 1996 até 2001, no entanto em 2002 tem um pico elevado com cerca de 53% e volta a baixar no ano seguinte para 24,8%. A emigração temporária tem conhecido um aumento desde 1992 até 1999, que atinge 85,5%, e só em 2002 é que tem uma diminuição onde se regista 25%, que no ano seguinte dispara para os 75,2%. A saída de emigrantes também tem flutuado entre os 2000 e os 28000. O ano que mais regista emigrantes é o de 1999 com 28000.

Outro dado importante, são os indivíduos que têm entre 15 e 29 anos, que emigram mais. Sendo estes a força de trabalho, com espírito empreendedor e que procuram resolutamente uma qualidade de vida melhor no estrangeiro. Dos emigrantes portugueses, os homens continuam em termos percentuais o grupo com maiores saídas. Os países europeus que mais acolhem emigrantes portugueses são a França, a Suíça e a Alemanha (os gráficos seguintes são fruto de dados recolhidos no INE).





Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas, para os anos de 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003.

Tabela 3.2

POPULAÇÃO PORTUGUESA E DE ORIGEM PORTUGUESA RESIDENTE NO ESTRANGEIRO					
(Estimativa -Abril/2002)					
EUROPA	nº	%	AMÉRICA	nº	%
ALEMANHA	133 700	2,93%	ANTÍGUA E BARBADA	25	0,00%
ANDORRA	9 000	0,20%	ANTILHAS HOLANDESES	2 540	0,06%
ÁUSTRIA	500	0,01%	ARGENTINA	16 000	0,35%
BÉLGICA	38 000	0,83%	ARUBA	500	0,01%
BULGÁRIA	20	0,00%	BARBADOS	90	0,00%
CHECA, REP.	30	0,00%	BERMUDA	2 500	0,05%
CHIPRE	41	0,00%	BOLÍVIA	40	0,00%
DINAMARCA	272	0,01%	BRASIL	700 000	15,36%
ESLOVACA, REP.	5	0,00%	CANADÁ	506 270	11,11%
ESPAÑHA	80 153	1,76%	CHILE	112	0,00%
FINLÂNDIA	157	0,00%	COLÓMBIA	70	0,00%
FRANÇA	553 663	12,15%	CUBA	14	0,00%
GRÉCIA	300	0,01%	DOMINICA	15	0,00%
HOLANDA	9 220	0,20%	DOMINICANA, REP.	40	0,00%
HUNGRIA	44	0,00%	EQUADOR	267	0,01%
IRLANDA	94	0,00%	E. U. A.	1 153 351	25,31%
ISLÂNDIA	13	0,00%	GRENADA	15	0,00%
ITALIA	5 741	0,13%	GUIANA	20	0,00%
JUGOSLÁVIA, REP. FED.	20	0,00%	JAMAICA	75	0,00%
LIECHTENSTEIN	524	0,01%	MARTINICA	25	0,00%
LUXEMBURGO	62 020	1,36%	MÉXICO	300	0,01%
MONACO	1 000	0,02%	MONTSERRAT	10	0,00%
NORUEGA	675	0,01%	NICARÁGUA	16	0,00%
POLÓNIA	164	0,00%	PANAMÁ	500	0,01%
REINO UNIDO E ILHAS DO CANAL	180 000	3,95%	PERU	95	0,00%
ROMÉNIA	123	0,00%	PORTO RICO	200	0,00%
RÚSSIA	177	0,00%	ST. KITTS	25	0,00%
SUÉCIA	1 800	0,04%	ST. LÚCIA	20	0,00%
SUIÇA	156 542	3,44%	S. VICENTE	12	0,00%
TOTAL	1 233 998	27,08%	TRINDADE E TOBAGO	50	0,00%
			URUGUAI	1 200	0,03%
ÁFRICA	nº	%	VENEZUELA	400 000	8,78%
ÁFRICA DO SUL	300 000	6,58%	TOTAL	2 784 397	61,11%
ANGOLA	20 000	0,44%			
ARGÉLIA	20	0,00%	ÁSIA	nº	%
BENIN	3	0,00%	ARÁBIA SAUDITA	185	0,00%
BOTSWANA	32	0,00%	BAHRAIN	63	0,00%
BURKINA FASO	4	0,00%	BANGLADESH	1	0,00%
BURUNDI	8	0,00%	CHINA	41	0,00%
CABO-VERDE	500	0,01%	COREIA DO SUL	11	0,00%
CONGO, REP. do	111	0,00%	EMIRADOS ÁRABES UN.	268	0,01%
CONGO, REP. DEM. do (ex-ZAIRE)	400	0,01%	FILIPINAS	9	0,00%
COSTA DO MARFIM	48	0,00%	HONG-KONG	20 700	0,45%
EGIPTO	22	0,00%	ÍNDIA	2 392	0,05%
GABÃO	17	0,00%	IRÃO	27	0,00%
GÂMBIA	8	0,00%	ISRAEL	250	0,01%
GHANA	4	0,00%	JAPÃO	400	0,01%
GUINÉ-BISSAU	665	0,01%	JORDÂNIA	4	0,00%
GUINÉ-CONACRY	5	0,00%	KOWEIT	15	0,00%
GUINÉ EQUATORIAL	1	0,00%	MACAU	140 000	3,07%
LESOTO	200	0,00%	MALÁSIA	10	0,00%
LIBÉRIA	1	0,00%	OMAN	36	0,00%
MALAWI	262	0,01%	PAQUISTÃO	50	0,00%
MALI	8	0,00%	SINGAPURA	78	0,00%
MARROCOS	549	0,01%	SÍRIA	2	0,00%
MAURÍCIAS, ILHAS	25	0,00%	SRI LANKA	5	0,00%
MAURITÂNIA	5	0,00%	TAILÂNDIA	260	0,01%
MOÇAMBIQUE	13 299	0,29%	TURQUIA	14	0,00%
NAMÍBIA	794	0,02%	TOTAL	164 819	3,62%
NÍGER	6	0,00%			
NIGÉRIA	65	0,00%	OCEANIA	nº	%
QUÊNIA	497	0,01%	AUSTRÁLIA	31 490	0,69%
REPÚBLICA CENTRO AFRICANA	40	0,00%	NOVA ZELÂNDIA	200	0,00%
S. TOMÉ E PRÍNCIPE	532	0,01%	TOTAL	31 690	0,70%
SENEGAL	180	0,00%			
SUAZILÂNDIA	884	0,02%	TOTAL GERAL.....	4 556 682	100,00%
SUDÃO	3	0,00%			
TANZÂNIA	1	0,00%			
TUNÍSIA	15	0,00%			
ZÂMBIA	64	0,00%			
ZIMBABWE	2 500	0,05%			
TOTAL	341 778	7,50%			

FONTE:

MNE/DGACCP-DAX-Divisão de Informação e Documentação, segundo informações transmitidas pelas Embaixadas e Conselhos de Portugal, tendo por base as estatísticas dos países de acolhimento e inscrições consulares. Abril de 2002.

Na análise da tabela (de Fonte: MNE/DGACCP – DAX - Divisão de informação e documentação, segundo informações transmitidas pelas embaixadas e consulados de Portugal, tendo por base as estatísticas dos países de acolhimento e inscrições consulares) de 1993 e dados mais recentes de 2002 podemos elaborar comparações e retirar conclusões importantes e de certa forma observar a evolução da emigração portuguesa nesta última década no mundo. A comunidade portuguesa na Europa era sensivelmente de 1.127.564 em 1993 e passou para 1.233.988 em 2002. Constatase um ligeiro aumento da comunidade na União Europeia. A observação mais pormenorizada da evolução da emigração portuguesa na Europa divulga quais os países que os emigrantes escolhem como destino. O país que mais emigrantes portugueses acolheu foi a França, e ainda é o destino favorito. Em 1993 contabiliza-se cerca de 798.000 e em 2002 o número baixou para 553.663. Esta diminuição da emigração neste país é significativa, e devida ao regresso de muitos que atingiram a sua reforma, no entanto, como referi, continua a ser o país para o qual o emigrante português mais se desloca. A Suíça é o segundo país, do continente europeu, para o qual vão mais portugueses. O país helvético tinha aproximadamente 149.824 emigrantes em 1993 e passou para 156.542 em 2002 tem aumentado de percentagem pois com facilidade o emigrante arranja trabalho na agricultura, nos hotéis, etc. não precisando de formação profissional. A Alemanha, que é o terceiro país a acolher maior número de imigrantes portugueses, passou em 1993 de 110.000 para 133.700 em 2002. Regista-se aqui igualmente um aumento de emigração para a Alemanha. O Reino Unido também conheceu um aumento importante, mais que o triplo em 10 anos. Se em 1993 se contabilizavam uns 50.000 imigrantes portugueses em 2002 conta-se uns 180.000. A emigração para a Europa conheceu desta forma um aumento razoável absorvendo quase 30% do total da emigração portuguesa. Se tivermos em linha de conta a relatividade do tamanho territorial, e o número de imigrantes nos países europeus, é o Luxemburgo que tem uma muitíssimo maior densidade de emigrantes portugueses.

A África, pelo contrário, conheceu uma forte diminuição. A emigração para este continente estimava-se em 1993 em 641.999 para 341.776 em 2003. A diminuição é superior a 50%. Neste continente encontram-se 7,50% da totalidade da emigração portuguesa. No caso do continente Americano há um aumento da emigração que passa em 1993, de 2.653.530, para 2.764.397. em 2002. Contribui para estes números astronómicos a emigração dos portugueses dos territórios insulares principalmente dos Açores.

É curioso notar que a comunidade de emigrantes portugueses no continente Americano tem um peso mais significativo que no próprio continente Europeu. Estados Unidos, Canadá, Brasil, Venezuela (sobre tudo madeirenses), e outros países da América Latina acolhem 61,1% da emigração total portuguesa. Enquanto a Europa absorve 27,08%. Na Ásia temos um número insignificante de emigrantes a não ser em Macau que, em 16 Km², alberga 140.000 imigrantes portugueses. Neste continente o número de emigrantes aumentou significativamente, pois passou para o quádruplo, de 35.200 para 164819 em 2002, este facto deve-se à circunstância do território de Macau ter passado a ser território Chinês tendo nele permanecido muitos dos portugueses que lá trabalhavam e que passaram de habitantes nacionais e imigrantes.

Cotejando o número de emigrantes portugueses em 1993 com os de 2002 vemos uma diminuição sem grande importância mas mesmo assim uma diminuição (de 4.667.413 para 4.556.682 isto é uma diferença de 110.731).

Com a abolição das fronteiras entre países da União Europeia começou a haver uma flutuação constante de aumento e/ou diminuição de portugueses para estes países.

Segundo estas estatísticas o continente americano acolhe o maior número de emigrantes portugueses. A presença dos emigrantes portugueses nos Estados Unidos de América é de 25,31%, o que representa 1.153.351 emigrantes portugueses. A seguir vem o Brasil, com 15,36% (700.000), seguido pelo Canadá com 11,11% (506.270). Por fim outro país sul-americano, a Venezuela, com 8,78% (400.000).

Na Europa o país que acolhe mais emigrantes portugueses é a França, com 12,15% (553.663), seguido do Reino Unido, com 3,95% (180.000). A Suíça vem logo a seguir, com 3,44% (156.542). A Alemanha só acolhe 2,93% (133.700), a Espanha 1,76% (80.153) e o Luxemburgo 1,36% (62.000).

Quanto ao continente africano, o país que acolhe a maioria dos emigrantes portugueses é a África do Sul, com 6,58% (300.000). Quanto ao continente asiático, é Macau que acolhe mais emigrantes portugueses.

Neste novo milénio os portugueses não deixaram de emigrar. O continente americano continua a ser o principal destino para os emigrantes portugueses, o que revela que a emigração transoceânica nunca deixou de ter importância. Embora a tendência de emigrar para os países transoceânicos tenha diminuído no período pós-guerra ela voltou a ganhar importância já na década de 90 do século passado.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), de 1992 a 2002 os emigrantes portugueses, que estão divididos em duas categorias - os temporários e os definitivos - foram oscilando durante uma década. Enquanto que os emigrantes permanentes foram diminuindo ligeiramente durante a década de 90 para no início do novo século tornar a aumentar. Os emigrantes temporários foram aumentando no meio da década de 90 (sensivelmente em 1996 e 1997) e depois voltaram a ter um fluxo normal, que foi oscilando entre os 15 e 25 milhares de emigrantes.

É de salientar que na entrada para este novo século Portugal tem sido um país acolhedor de imigrantes, sejam eles dos países do Leste Europeu, dos países africanos ou mesmo do Sul da América. A entrada de Portugal para a União Europeia, e o seu desenvolvimento com a construção de estruturas e redes viárias importantíssimas contribuíram fortemente para que esta situação fosse relevante. Ou seja, Portugal, que foi e é um país essencialmente de emigração, passou a ser um país de imigração, o que é um facto importante ao qual devemos prestar atenção.

Saibamos dar aos que nos escolhem um acolhimento condigno, integrá-los na nossa sociedade, integrá-los nos nossos sistemas de saúde e de educação e facultar-lhes o que sempre os nossos emigrantes tentaram nos países de acolhimento.

Capítulo III – A emigração para o Luxemburgo.

1. O Luxemburgo

O Grão-Ducado do Luxemburgo (GDL) é um Estado Europeu limitado a Oeste pela Bélgica, país com o qual formou em 1922 uma união económica que bania entre os dois Estados a fronteira aduaneira, a Sul pela França e a Este pela Alemanha, separada pelos rios Our, Sure e Moselle. Ocupa a parte meridional e oriental das Ardenas. A parte setentrional ou Oesteling tem um clima áspero e é coberta de densas florestas; a parte meridional ou Gutland tem um clima mais suave com vales mais baixos e vastos, como os de Alzette e Moselle, com boas potencialidades agrícolas. É um país trilingue pois os seus naturais falam o luxemburguês – hoje língua oficial – o francês e o alemão.

Poder-se-ia chamar a este tão pequeno país o “Planalto de todos os perigos”.

É realmente dos mais pequenos da Europa mas constitui uma “grande e desproporcionada potência económica”.

A capital, Luxemburgo, acolhe o Banco Europeu de Investimento (BEI), o Tribunal de Justiça (TJ), o Tribunal de Contas (TC), instituições da União Europeia, o que dá elevada relevância a este pequeno país da Europa Ocidental. É, na Europa, um autêntico “El Dorado”, epíteto que deve à produção de aço e ao “oásis” financeiro que atraiu a banca, capitais estrangeiros e muitos milhares de imigrantes que somam já 38% da população geral.

Tudo isto pode ser considerado um feito gigantesco e único na Europa, uma vez que o seu território de 2586 Km² esteve vários séculos sob domínio estrangeiro. Só no fim do século XIX a casa de Nassau tomou, com mão firme, as rédeas do destino do então Ducado. Na origem deste pequeno país parece estar uma premonição histórica com a construção de um castelo chamado “pequena fortaleza”. Foi, realmente, a partir da construção desse castelo “*Lucilinburhuc*”, palavra saxónica que significa “pequena fortaleza”, que nasceu o Luxemburgo. Desde aí até aos nossos dias passou de Condado a Nação independente com poder económico bem maior que o estado entre as suas fronteiras que, como já foi dito, não atinge os 2600 Km² com uma população de cerca de 449 mil habitantes.

Destes, cerca de 38% são estrangeiros, imigrantes de 150 nacionalidades diferentes, dentre os quais se contam perto de 100 mil portugueses que lá habitam, constituindo a maior comunidade estrangeira no Luxemburgo. Sabe-se que o poder de um Estado é proporcional ao seu tamanho geográfico e ao número dos seus habitantes. O Grão-Ducado inverte a equação pois, apesar de pequeno, dos seus poucos habitantes nacionais e com uma tão grande incidência de imigrantes, é proporcionalmente um gigante económico, um país que oferece bem-estar, trabalho e estabilidade social. É, pois, o país que proporcionalmente atrai e tem mais imigrantes. A esta proporcionalidade não é estranho o facto de ser economicamente rico (faz parte dos 20 maiores produtores de aço do mundo) e tem um PIB (Produto Interno Bruto) em PPC (padrão de poder de compra) por habitante superior ao dos maiores países europeus (Eurostat).

Esteve sob domínio estrangeiro durante quatro séculos. Após a segunda Guerra Mundial a sua prosperidade económica tornou-se cada vez mais importante como mais importante se tornou o seu papel na história europeia: foi membro fundador do Tratado Atlântico Norte (NATO) e, em 1949, da Comissão Económica Europeia, embrião da actual União Europeia. Com a Bélgica e os Países Baixos promoveu o tratado do Benelux – primeiro mercado do mundo de mão-de-obra e de mercadorias completa e absolutamente livre.

O nome foi dado pelo Siegfried, conde das Ardenas, quando o território esteve sob domínio do império romano. Poder-se-ia dizer que esta “pequena fortaleza” foi uma premonição de Siegfried, pois do castelo partiu uma realidade histórica, o Condado de *Lucilinburhuc*. Chegou a fornecer ao Sacro Império Romano quatro Imperadores. Foi um desses imperadores, Carlos IV, que deu ao condado a categoria de Grão-Ducado, mantendo o seu território que se estendia dos dois lados da fronteira romano-germânica, até 1830. A partir do século XV a “pequena fortaleza” começou a suportar o jugo de potências estrangeiras, mudando de nacionalidade conforme mudava o peso geopolítico.

Foi longa e complexa a ocupação histórica do actual Grão-Ducado: Holandeses, Italianos, Espanhóis, Austríacos e Franceses foram protagonistas desta ocupação, deparando sempre com a resistência, ânimo e paciência dos naturais. O prémio para estas virtudes chegou, e em 1867 conseguiram a plena independência, embora regidos pelo soberano holandês após a desastrada e fracassada ofensiva francesa pelas forças de Napoleão. Com a morte de Guilherme III de Orange, que reinava nos Países Baixos e no Grão-Ducado este tornou-se totalmente autónomo.

Este acontecimento, que mudou completamente a história do Grão-Ducado, ficou a dever-se ao facto da Constituição Luxemburguesa não permitir uma sucessão feminina ao passo que a holandesa o permitia, por Guilherme III, antes da sua morte, como não tinha filhos varões, ter preceituado constitucionalmente que nos Países Baixos haveria sucessão feminina. Não mexeu, contudo, nos preceitos constitucionais do Luxemburgo e, enquanto na Holanda lhe sucedeu a sua filha Wilhermina, o Grão-Ducado passou a ter um Grão-Duque, Adolfo de Nassau, embora tio-avô de Wilhermina.

Adolfo I, o primeiro Grão-Duque do Luxemburgo independente, teve como sucessor Guilherme IV, casado com Maria-Ana de Bragança, princesa de Portugal. Não conseguiram ter filhos varões e procederam como Guilherme III de Orange, abolindo em 1907 a lei Sabática (que não permitia a sucessão no feminino). Aquando da morte de Guilherme IV sucedeu-lhe a filha mais velha Adelaide, com apenas 18 anos de idade. Era um momento difícil para o país e para o mundo, pois rebentava, pouco depois, a primeira Guerra Mundial. Pouco experiente e pouco hábil, a Grã-Duquesa Adelaide conduz com falhas graves a posição do país. É acusada pelos aliados de abrir a Nação aos alemães e muitos nacionais, com o ideal republicano, e alguns democratas, que punham em causa a monarquia constitucional, agitaram de tal modo a sociedade luxemburguesa que a Grã-Duquesa se viu na necessidade de pedir ajuda às tropas francesas para repor a ordem pública. Mas a contestação a Adelaide continuava e ela, para salvar a monarquia e o bem-estar do país, abdicou a favor da irmã Charlotte, segunda na linha de sucessão. Deixou-lhe a irmã uma herança terrível, pois era necessário restaurar a confiança na causa monárquica, sossegar os ânimos políticos e sujeitar-se à humilhação de esperar pela votação do plebiscito sobre o futuro do Grão-Ducado. Ganha a votação contra a república, Charlotte I começa tranquila a sua obra de modernização e consolidação da Monarquia. Era uma mulher determinada e resoluta de vistas largas e bem aconselhada pelo Príncipe Félix de Bourbon-Parma, com quem entretanto contraiu matrimónio.

Surge a segunda Guerra Mundial e Hitler invade o Grão-Ducado obrigando a Grã-Duquesa, família e governo, a fugir primeiro para Portugal e, depois, porque era um perigo permanecer na Europa, rumaram aos Estados Unidos e Canadá. O príncipe consorte e seu filho, o príncipe herdeiro Jean, regressaram e juntaram-se às forças armadas inglesas, tomando parte nas batalhas que libertaram a Bélgica e o Grão-Ducado.

Com a capitulação da Alemanha a Grã-Duquesa regressa ao Luxemburgo, trazendo na bagagem a esperança aos luxemburgueses. A “pequena fortaleza” sobrevivera mais uma vez. O povo tem por Charlotte I uma admiração e respeito profundos que ainda se mantêm, quase vinte anos após a sua morte. Foi uma mulher extraordinária, cheia de dinamismo e com visão do futuro, num mundo e numa época em que só os homens tinham por hábito ditar a guerra e a paz. Aos 68 anos abdica a favor do seu filho Jean, o herdeiro. Este recebe o leme em 1964 e encontra um Grão-Ducado próspero, respeitado, com voz em todos os areópagos da política internacional, sendo mesmo uma das três “capitais” da Comunidade Europeia (CE). O mundo começava a ver neste país um importante centro financeiro, chegando o sector da banca ao nível do da indústria metalúrgica (a eterna “arma económica” luxemburguesa). A Nação, já ultrapassadas as feridas das guerras, trabalha com entusiasmo como que procurando uma vingança histórica através da alta produtividade para o desenvolvimento económico. Tantos séculos sob jugo de potências estrangeiras, o povo voltou a mostrar que “queremos ser o que somos”, frase que faz parte do hino nacional, e fez do país um pólo tão atractivo para a imigração.

O Grão-Duque Jean, casado com a princesa Josephine, irmã do rei Balduino da Bélgica, com a qual teve cinco filhos, três rapazes e duas raparigas, soube continuar a obra da mãe e em Outubro de 2000 abdica a favor do príncipe Henri, o seu primogénito. Este é casado com a Grã-Duquesa Maria Teresa, uma cubana, filha de banqueiro também cubano, fugidos da revolução. Maria Teresa vai estudar para a Suíça e o príncipe Henri, acabados os estudos militares em Sandhurst, vai também para a Suíça estudar Ciências Políticas na universidade de Genebra. Foi aí que a sua vida mudou, ao apaixonar-se por Maria Teresa, que frequentava a mesma universidade e ate o mesmo curso. Maria Teresa desconhecia a linhagem do colega com o qual estudava e fazia trabalhos em comum.

A paixão do jovem príncipe foi mal aceite pela Grã-Duquesa Josephine, sua mãe, e até por sua avó, a Grã-Duquesa Charlotte. Para elas era um facto gravíssimo Maria Teresa não possuir sangue azul e o facto de ser rica não jogava nada a favor da jovem, pois era filha de um exilado cubano. O próprio Governo punha reticências.

Mas as casas reais europeias começavam a flexibilizar os costumes dos casamentos só com cônjuges de sangue azul – a plebeia que se tornara rainha da Suécia ao casar com Carlos Gustavo e o escândalo que seria o príncipe Henri abdicar da sua herança – havia o caso do rei inglês Eduardo VIII – fizeram com que tanto o governo como a família real acabassem por aceitar mas com bastante relutância.

É agora este casal – um príncipe e uma plebeia que o povo adora – que cumprem as suas funções de Grão-Duque e Grã-Duquesa, casal exemplar, afáveis e sempre prontos a ajudar os mais desfavorecidos. Têm cinco filhos, sendo o mais velho o príncipe Guilherme, o herdeiro deste “El Dorado Europeu”.

Maria Teresa é uma mulher simples que aborda e se deixa abordar por qualquer pessoa na rua. O seu passado de refugiada, longe do solo pátrio, tê-la-á ajudado a compreender melhor a grande percentagem de imigrantes que vivem no Luxemburgo desenraizados das suas famílias e tradições culturais¹⁴.

O seu marido, o Grão-Duque Henri, está à frente dos destinos deste pequeno – grande Estado que ocupa o “coração” da Europa. A sua identidade nacional continua a ser mantida sobretudo pelo uso da língua luxemburguesa, agora língua oficial do Grão-Ducado.

Embora, como já se acentuou, tenha uma desproporcionada projecção mundial e sobretudo europeia, os luxemburgueses são ciosos da sua independência, conquistada após tantos séculos de ocupação estrangeira. Esse espírito de independência e de orgulho pátrio está bem retratado no lema do hino Nacional luxemburguês: “Mir welle bliewe war mir sin” (“queremos ser o que somos”).

A sucessão está assegurada na Pessoa do príncipe Guilherme, jovem discreto de 23 anos, ou em caso extremo por qualquer dos outros quatro filhos dos Grão-duques Henri e Maria Teresa.

¹⁴ Apesar de sentir que pertence a uma terra do mundo, como diz, e a um povo com o qual se identifica totalmente, a “pequena fortaleza” é também a sua terra e nela tem desempenhado, e bem, a contento do povo, vários papéis: o de mãe, o de mulher, e o de representante do povo luxemburguês.

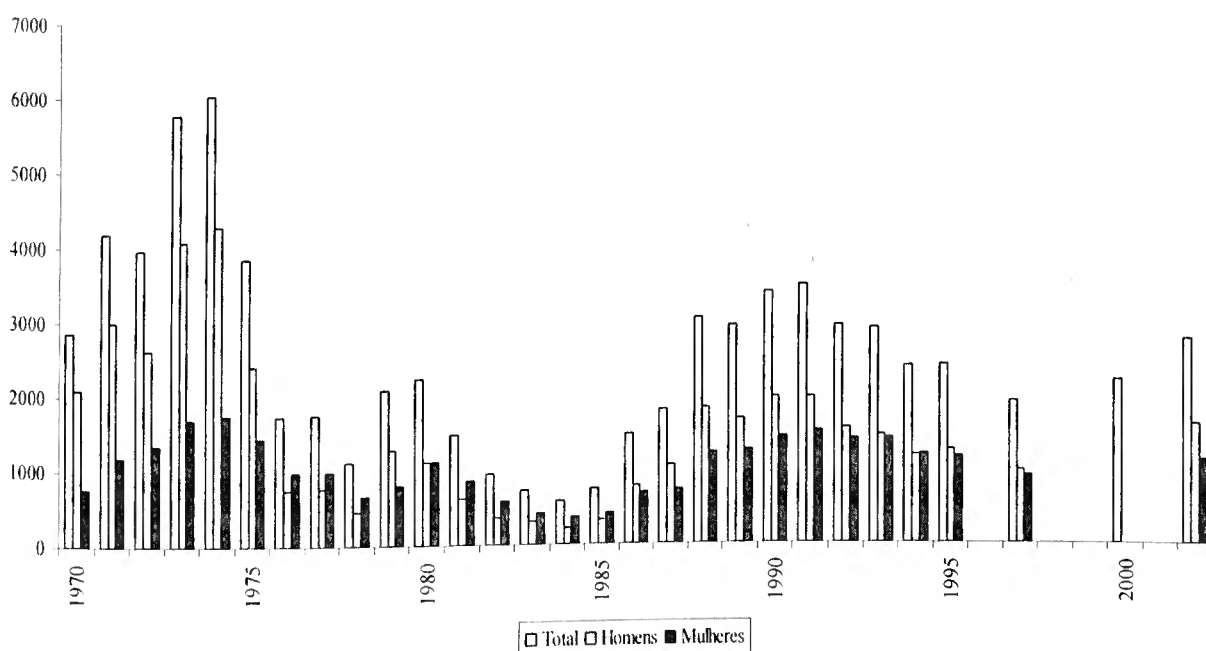
2. Evolução da emigração portuguesa no Luxemburgo

A emigração portuguesa para este pequeno país começou no fim da década de 50. Os fluxos de emigrantes portugueses neste país são muito importantes porque é a nacionalidade estrangeira mais representada, sendo cerca de 14% da população total (STATEC). O estudo desta evolução migratória, limitado ao período entre os anos 70 e o ano 2000, vai permitir interpretar o fluxo de emigrantes portugueses para este país.

O **gráfico 1** contabiliza a entrada anual de emigrantes portugueses no Luxemburgo, o qual indica uma forte vaga de emigrantes na década de 70. A entrada total de emigrantes em 1970 é estimada em 2852 e no ano de 1974 passa para 6020. Na primeira metade dos anos 70 o Luxemburgo acolhe a maior vaga de emigrantes portugueses. Curiosamente, depois da segunda metade dos anos 70, o fluxo migratório português para este país diminui consideravelmente, para um valor de 1116 em 1978. De 1985 até 1995 o fluxo migratório retoma alguma importância, mas não chega aos valores do início dos anos 70, pois o número de emigrantes não ultrapassa os 3471 em 1991.

Gráfico 1

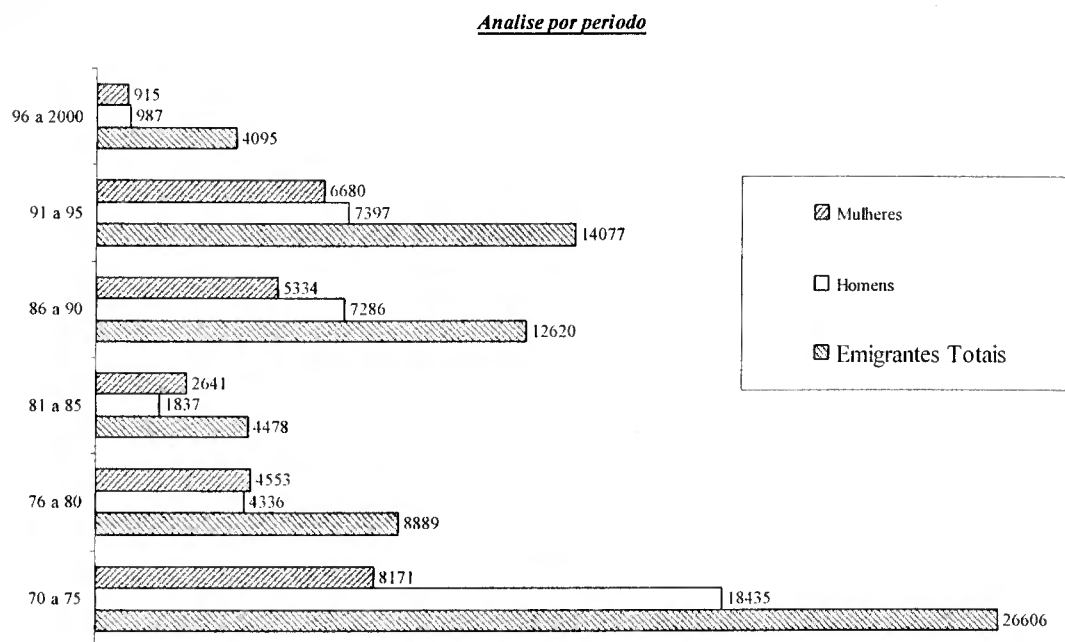
Entrada de emigrantes Portugueses no Luxemburgo



Fonte: STATEC, 2003

Para complementar a análise deste primeiro quadro vamos tentar descortinar em períodos de 5 anos qual é o total de emigrantes e qual é a evolução entre a emigração de homens e mulheres (ver **gráfico2**).

Gráfico 2



Fonte: STATEC, 2000

A primeira metade da década de 70 é o período em que o Luxemburgo acolhe o maior número de portugueses. A maioria dos portugueses a entrar neste país são homens. Os homens atingem, no total de entradas de 1970 a 1975, o número de 18435 (69,3%), enquanto as mulheres só atingem 8171 (30,7%). No entanto, se observarmos a evolução da emigração para o Luxemburgo, vemos que há uma quebra logo depois do ano de 1975. Se no período de 1970 a 1975 os emigrantes contabilizavam 26606, no período de 1976 a 1980 os emigrantes portugueses só atingem um total de 8889. Um facto curioso é que há mais mulheres (53,8%) a emigrar que homens (46,2%) no período de 1976 a 1985. O número elevado de emigrantes na primeira década de 70 é devido aos homens que partem de Portugal para o Luxemburgo, o que não deixa de estar ligado aos problemas económicos e à grande vaga emigratória desse período. Muitos destes homens realizam a reunião familiar passado uns anos, o que explica que no fim da segunda metade dos anos 70 e início da primeira metade dos anos 80 as mulheres emigrem para o Luxemburgo em maior número que os homens.

Sabemos que os homens emigram, por norma, mais cedo que as mulheres. Neste caso, muitos homens emigraram para o Luxemburgo e só passados alguns anos, depois de terem uma vida mais estável, é que reúnem a família. O que sucedeu no caso dos emigrantes portugueses no Luxemburgo foi isso mesmo. Os homens emigravam primeiro, para poderem procurar uma melhor condição de vida e um trabalho que fosse melhor remunerado, e deixavam para trás as esposas ou, nalguns casos, noivas ou namoradas. Depois de terem reunido as condições para o agrupamento familiar mandavam vir as suas esposas para o Luxemburgo. Noutros casos, os homens, durante o período de férias, regressavam a Portugal e casavam, levando depois as suas esposas com eles. Isto pode explicar o número elevado de mulheres a emigrarem para aquele país neste período.

Entre 1985 e 1995 o número de emigrantes portugueses em direcção ao Luxemburgo volta a aumentar, embora não atinja os valores do início dos anos 70. Na segunda metade da década de 80, emigram, para este país, 12620 (7286 homens e 5334 mulheres) e na primeira metade da década de 90 deslocam-se 14077 (7397 homens e 6680 mulheres) portugueses para este Estado. Estes números são bem inferiores aos do início da década de 70.

O número elevado de emigrantes a deslocar-se no início dos anos 70 é causado como já se disse pelos problemas económicos de então. Existe uma diminuição da emigração para o Luxemburgo na segunda metade da década de 70, atribuída à estabilização do regime saído do 25 de Abril.

Em 1974 Portugal conhece um novo ciclo político que teve uma incontornável influência nos indivíduos. De certa forma alguns não emigram porque acreditam que as suas condições de vida podem melhorar devido à mudança política. Desde o fim da década de 70 até aos inícios da década de 90 são poucos os portugueses que emigram para o Luxemburgo e até para outras zonas do globo, já que Portugal conhece um ciclo de estabilidade política, social e um notável desenvolvimento económica.

Emigrantes Portugueses no Luxemburgo

Ano	Homens	Mulheres	Totais
1970	2085	767	2852
1971	3005	1176	4181
1972	2617	1340	3957
1973	4066	1691	5757
1974	4267	1753	6020
1975	2395	1444	3839
1976	746	987	1733
1977	757	989	1746
1978	458	658	1116
1979	1271	801	2072
1980	1104	1118	2222
1981	621	857	1478
1982	368	580	948
1983	301	418	719
1984	223	365	588
1985	324	421	745
1986	781	686	1467
1987	1060	733	1793
1988	1822	1222	3044
1989	1668	1260	2928
1990	1955	1433	3388
1991	1963	1508	3471
1992	1537	1397	2934
1993	1459	1425	2884
1994	1190	1191	2381
1995	1248	1159	2407
1996			
1997	987	915	1902
1998			
1999			
2000			2193
2001			
2002	1625	1142	2767

Fonte: STATEC, 2002

Outras estatísticas interessantes mostram a evolução das diferentes nacionalidades dentro do Luxemburgo de 1997 a 2003 (ver **tabela 4**). O primeiro facto curioso é que embora a população luxemburguesa tenha aumentado ligeiramente (de 275211 em 1997 para 276666 em 2003), e comparando com as outras nacionalidades presentes neste país, ela perdeu alguns pontos percentuais. Em Janeiro de 1997 os Luxemburgueses representavam 63,6% da população e em 2003 só representavam 58,9%. Os emigrantes portugueses presentes no Grão-Ducado aumentaram significativamente, pois passaram de 56893, em 1997, para 66876, em 2003. Em 5 anos houve um aumento de cerca de dez mil emigrantes portugueses no Luxemburgo, sendo assim a nacionalidade que neste período de tempo mais projecção teve neste país. Se, no caso dos cidadãos luxemburgueses, há uma percentual de mais de 4 pontos percentuais, passa-se o contrário, no caso português, pois este conheceu um aumento que passou de 13,1%, em 1997, para 14,2%, em 2003. Embora o aumento seja só de um ponto percentual, os emigrantes portugueses continuam a ser a nacionalidade estrangeira mais representada do Luxemburgo.

Pela **tabela 5** a partir de 1997 até 2003 temos os dados fidedignos da evolução desses números:

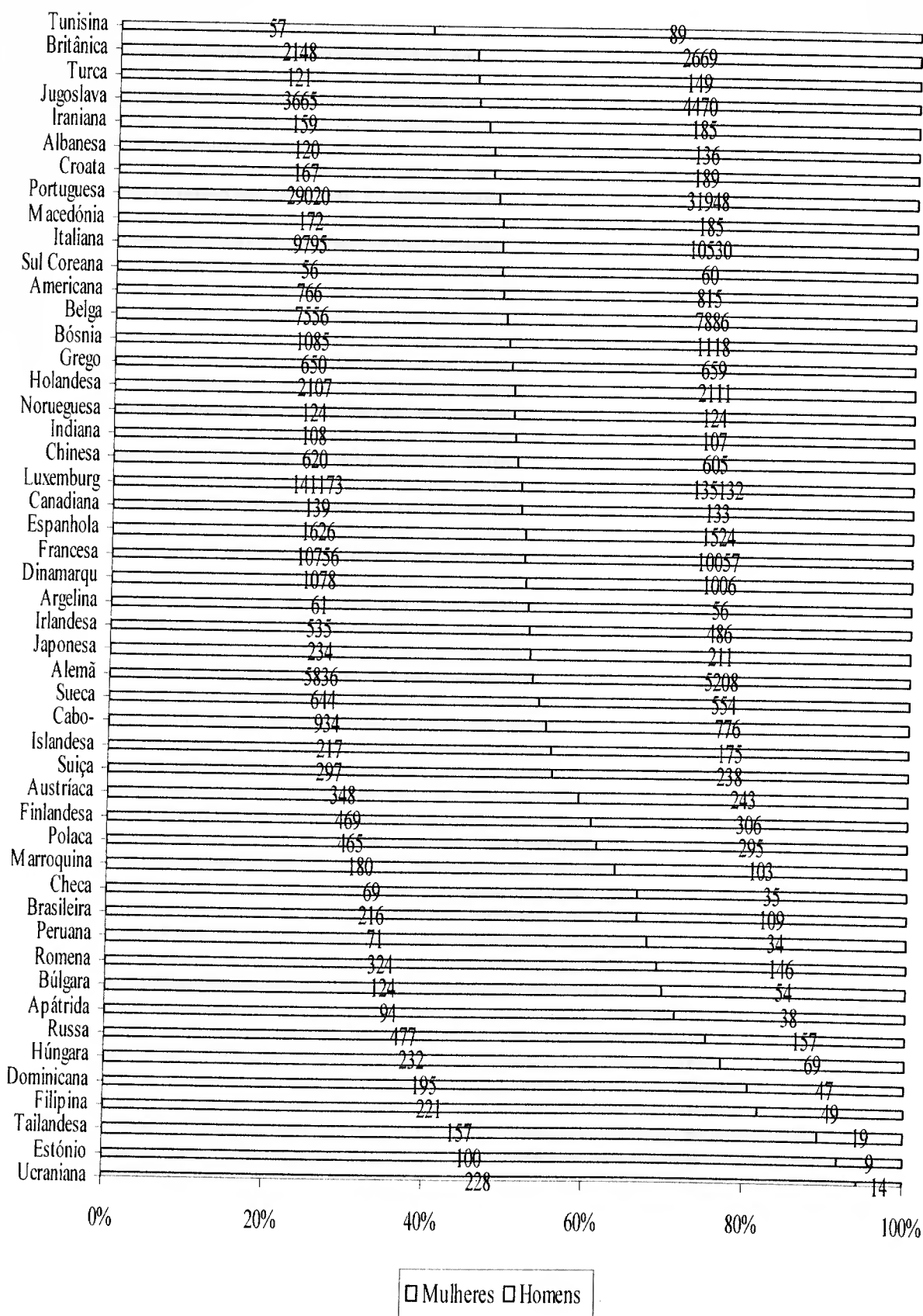
Tabela 5

	1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003	
Nacionalidade	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Luxemburguesa	275211	63,6	275812	62,8	276159	62,7	276305	61,4	276628	60,5	276580	59,6	276666	58,9
Portuguesa	56893	13,1	58422	13,3	59402	13,5	60968	13,5	62793	13,7	64584	13,9	66876	14,2
Italiana	20154	4,7	20262	4,6	20121	4,6	20325	4,5	20502	4,5	20702	4,5	20658	4,4
Francesa	17750	4,1	18836	4,3	19215	4,4	20813	4,6	22458	4,9	23745	5,1	24603	5,2
Belga	13356	3,1	14150	3,2	14623	3,3	15442	3,4	16097	3,5	16929	3,7	17484	3,7
Alemã	10696	2,5	10906	2,5	10822	2,5	11044	2,5	11236	2,5	11446	2,5	11556	2,5
Outras	8611	2	9487	2,2	8417	1,9	9194	2	9996	2,2	265	0,1	330	0,1
Eslovaca	4776	1,1	4802	1,1	5789	1,3	8135	1,8	8219	1,8	8221	1,8	8397	1,8
Inglesa	4650	1,1	4769	1,1	4523	1	4817	1,1	5190	1,1	5527	1,2	5690	1,2
Holandesa	4095	0,9	4136	0,9	4135	0,9	4218	0,9	4241	0,9	4221	0,9	4258	0,9
Espanhola	3008	0,7	3122	0,7	3097	0,7	3150	0,7	3260	0,7	3350	0,7	3448	0,7
Marquesa	1985	0,5	2062	0,5	1971	0,4	2084	0,5	2237	0,5	2350	0,5	2352	0,5
Bosnia	1510	0,3	1778	0,4	1952	0,4	2203	0,5	2366	0,5	2565	0,6	2718	0,6
Americana	1650	0,4	1619	0,4	1542	0,3	1581	0,4	1693	0,4	1751	0,4	1703	0,4
Albo-verdiana	1549	0,4	1611	0,4	1654	0,4	1710	0,4	1731	0,4	1827	0,4	1938	0,4
Grego	1241	0,3	1329	0,3	1250	0,3	1309	0,3	1380	0,3	1407	0,3	1416	0,3
Chinesa	1077	0,2	1031	0,2	1116	0,2	1225	0,3	1272	0,3	1334	0,3	1393	0,3
Reca	853	0,2	981	0,2	1062	0,2	1198	0,3	1313	0,3	1428	0,3	1472	0,3
Holandesa	921	0,2	977	0,2	941	0,2	1021	0,2	1138	0,2	1241	0,3	1313	0,3
Polaca	733	0,2	779	0,2	434	0,1	760	0,2	788	0,2	830	0,2	885	0,2
Russa	632	0,1	678	0,2	730	0,2	634	0,1	735	0,2	956	0,2	1086	0,2
Holandesa	555	0,1	664	0,2	707	0,1	775	0,2	841	0,2	903	0,2	941	0,2
Alça	565	0,1	572	0,1	535	0,1	535	0,1	541	0,1	549	0,1	542	0,1
Austriaca	500	0,1	523	0,1	535	0,1	591	0,1	612	0,1	632	0,1	661	0,1
Craniana											597	0,1	792	0,2
determinada											588	0,1	586	0,1
pmena											584	0,1	596	0,1
ponesa											453	0,1	475	0,1
acedónia											429	0,1	486	0,1
landesa											424	0,1	423	0,1
roata											412	0,1	420	0,1
úngara											388	0,1	417	0,1
rasileira											370	0,1	415	0,1
larroquina											340	0,1	365	0,1
anadiana											338	0,1	340	0,1
anesa											337	0,1	320	0,1
urca											311	0,1	313	0,1
adiana											266	0,1	269	0,1
ilbanesa											264	0,1	271	0,1
orueguesa											263	0,1	263	0,1
dominicana											262	0,1	268	0,1
ilipina											259	0,1	276	0,1
Total	432971	100	439308	100,1	440732	100	450037	100	457267	100	460228	100	465681	100

nte: <http://www-internal.etat.lu/ECP/st-200301.htm>

Gráfico 3

Proporção de Mulheres e Homens no Luxemburgo segundo a nacionalidade em 2000

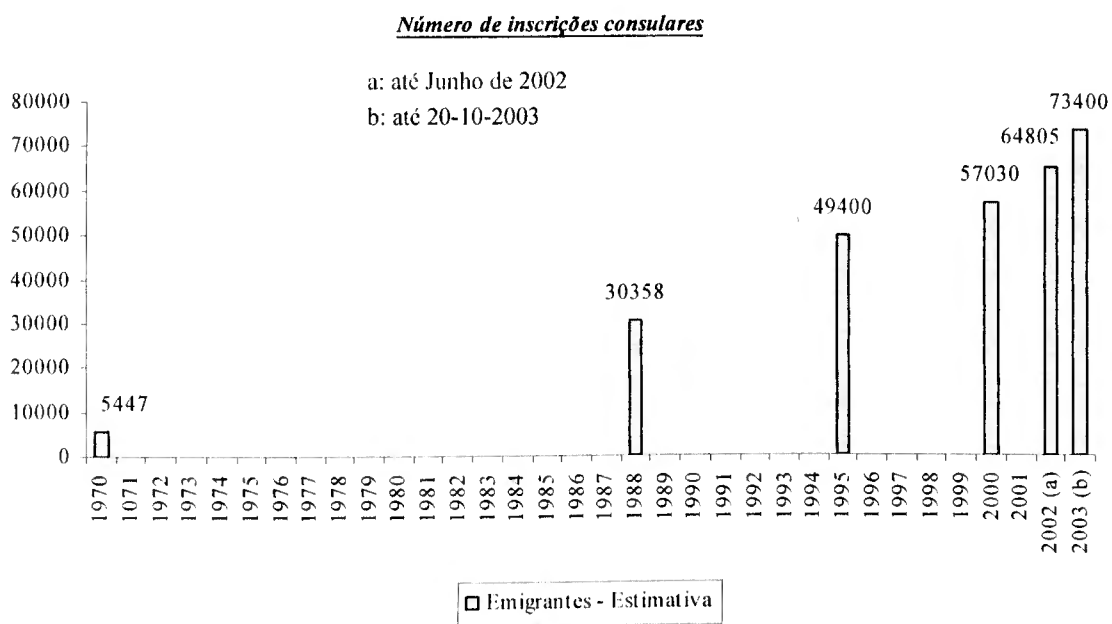


Fonte : RGPP, Date: 1.1.2000 © SESOPI – Centre Intercommunautaire

Como nos indica o **gráfico 3** os portugueses são a nacionalidade mais presente no Luxemburgo. Se antigamente, no fim da década de 70 e início da década de 80, havia mais mulheres portuguesas a emigrar para este país, o quadro mostra que em 2000 a proporção entre homens e mulheres é quase semelhante. Existem 29020 mulheres portuguesas para 31948 homens, ou seja, as mulheres representam uma fatia de 47,6% e os homens são cerca de 52,4%.

Os dados gentilmente fornecidos pela Embaixada Portuguesa no Luxemburgo (ver **gráfico 4**) também demonstram que, *de facto*, há um aumento significativo dos emigrantes portugueses neste país. No entanto não podemos dar valores absolutos de emigrantes portugueses no Luxemburgo, pois muitos, sensivelmente a maioria, inscrevem-se no Consulado de Portugal, mas uma minoria não o faz. Por isso temos uma evolução histórica da emigração portuguesa para este país baseada, neste caso, em estimativas. Em 1970 estima-se que o Luxemburgo acolhe cerca de 5447 portugueses. Passados dezoito anos, esse valor é multiplicado por seis, logo acolhe em 1988 cerca de 30.358. Em 1995 os emigrantes portugueses são cerca de 49400. Comparando com os outros dados, esta é uma altura em que a emigração portuguesa para este país é menos elevada. No entanto, em 2003, houve um aumento significativo, o que faz com que o Luxemburgo conte com cerca de 73.400 emigrantes portugueses.

Gráfico 4



Fonte: Embaixada do Portugal no Luxemburgo, 2003

É por assim dizer um ciclo vicioso: melhora a situação económica em Portugal diminui a emigração, piora a situação económica aumenta a emigração. Logo que se inicia a “*recessão*”, os portugueses, receosos e com falta de emprego, partem à procura de melhor vida. Começa a “*retoma*”, as empresas absorvem mais mão-de-obra, a população aumenta a confiança e a emigração diminui. Muitos dos que partiram até regressam confiantes.

Tabela 6

Número de inscrições consulares

<u>Ano</u>	<u>Emigrantes - Estimativa</u>	<u>Aumento</u>
1970	5447	
1988	30358	24911
1995	49400	19042
2000	57030	7630
2002 (a)	64805	7775
2003 (b)	73400	8595

a: até Junho de 2002

b: até 20-10-2003

Fonte: Embaixada de Portugal no Luxemburgo

A leitura que se faz da **tabela 6** é mais clara. Existe um aumento em 18 anos, entre 1970 e 1988, de 24911 emigrantes, o que faz uma média de mais de 1000 inscrições de emigrantes portugueses no Luxemburgo por ano. Se olharmos para os anos que seguem a média é diferente. No período de 1988 a 1995 há um aumento de inscrições consulares de 19042 indivíduos, o que quer dizer que por ano houve cerca de 2700 inscrições no consulado. Como vimos no **gráfico 1**, a maior vaga da emigração portuguesa dá-se no início dos anos 70, diminuindo logo na metade da mesma década. No entanto, notamos que nos finais dos anos 80 e inícios dos anos 90 a emigração portuguesa para este Estado volta a aumentar. O aumento, calculado na diferença dos períodos, mostra-nos que a média continua a ser cerca de 1000 inscrições consulares por ano. O Luxemburgo é, sem dúvida, um país de emigração portuguesa.

É um país de imigração porque, entre 1954 e 1996, 380000 pessoas de todas as nacionalidades vieram instalar-se no Luxemburgo, um número praticamente igual ao da população residente, que era a 1 de Janeiro de 1996 de 412800 habitantes. Nesse mesmo período de tempo, 293000 pessoas deixaram o Luxemburgo. Nos últimos 42 anos, o Luxemburgo regista portanto um saldo migratório positivo de 104000 novos residentes (Le Sondage «Baleine», 1998: 56).

Depois da segunda guerra mundial, o Luxemburgo precisa de mão-de-obra para voltar a crescer economicamente. O motor do crescimento económico é devido à siderurgia e à metalurgia, onde muitos portugueses trabalham nesse período. A construção civil também é um sector que acolheu muita força de trabalho dos imigrantes portugueses.

Segundo Delfina Beirão, “quando no princípio do século, o Grão-Ducado conheceu um desenvolvimento rápido da indústria siderúrgica, teve de recorrer, por falta de mão-de-obra, a técnicos estrangeiros, sobretudo alemães, e trabalhadores sem qualificações, essencialmente italianos, que constituíram uma mão-de-obra indispensável ao bom funcionamento e ao desenvolvimento da economia luxemburguesa. Esta situação prevalece ainda hoje, embora a siderurgia tenha sido substituída pelo sector terciário: a economia do Luxemburgo não teria nem poderia evoluir ao mesmo ritmo sem o contributo dos trabalhadores estrangeiros.” (Beirão, 2002).

No que diz respeito à intenção de ficar no Luxemburgo, os emigrantes portugueses não têm uma decisão uniforme. A maioria, 56%, deseja ficar definitivamente a viver no país de acolhimento. Os restantes estão divididos: 17% pensam que não vão ficar e 23% estão indecisos, 4% não respondem (Le Sondage «Baleine», 1998: 63). Podemos supor que as pessoas que desejam, de facto, ficar a viver no Luxemburgo já tenham as suas “vidas” organizadas. Isto quer dizer que já se sentem integradas na sociedade luxemburguesa e não sentem a necessidade de regressar a Portugal. Na mesma óptica, estes emigrantes podem ter criado os seus filhos neste país com o qual se identificam. Outro ponto que pode pesar na decisão dos emigrantes de não regressar à sua terra é o facto de os seus filhos terem nascido lá, terem lá os seus amigos, considerarem o Luxemburgo como o seu país, se terem formado, casado, tido os seus filhos e poucos ou nenhuns considerarem que têm raízes que os prendam às terras de origem dos seus pais. Além de tudo isto, o nível de vida é superior ao de Portugal (isto no aspecto da educação, da saúde, da segurança social, etc.).

Delfina Beirão afirma “o facto de a grande maioria dos portugueses se terem instalado no Luxemburgo por um período longo, ou mesmo para a vida, não quer dizer que não exista um fluxo migratório no seio desta comunidade.” (Beirão, 2002).

Os imigrantes que estão indecisos são os que ainda não se sentem completamente integrados na sociedade de acolhimento. E ainda não têm as suas “vidas organizadas” de maneira a desejar ficar definitivamente. Os imigrantes que pensam em regressar são os indivíduos que, de certa forma, sempre pensaram no regresso. Este regresso é muito importante para eles, pois uns tiveram um sonho de construir em Portugal as suas casas e estar perto das suas famílias. Consideram muitos que não podem esquecer as suas raízes. Mas nem todos os casos são idênticos. Embora, nalguns casos, já se sintam integrados, o sonho do regresso é mais importante e domina-os psicologicamente.

Outros emigrantes regressaram porque têm os filhos a fazer estudos superiores em Portugal. O caso do regresso muda, de família para família, embora se encontrem alguns pontos comuns.

Sendo o Luxemburgo um país de pequena dimensão tem conhecido um crescimento económico importante. Tem um nível de vida elevado, um modesto deficit público e as taxas de desemprego baixas. Este tipo de situação é devido à alta produtividade dos seus trabalhadores e a uma excelente e estável governação política. No entanto, o país é pequeno geograficamente e depende muito do estrangeiro e principalmente da mão-de-obra dos emigrantes e dos seus países vizinhos. É esta necessidade de capital humano que explica que muitos técnicos fronteiriços venham para o Luxemburgo aumentar os seus recursos financeiros, trazendo novas tecnologias.

Devido à sua dimensão e situação geográfica o Luxemburgo abriu-se ao estrangeiro. A abertura é importante e ajuda o país a prosperar, mas em contrapartida o Luxemburgo conhece igualmente uma fragilidade social, pois a população luxemburguesa tem de lidar com o crescimento significativo da população estrangeira, à qual os políticos dão uma atenção particular.

No passado a estabilidade económica foi baseada na actividade siderúrgica e metalúrgica. O Luxemburgo, sendo sede da CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço), teve um papel importante neste âmbito, porque apostou no desenvolvimento da sua indústria pesada. Com o passar dos anos, na década de 70 e 80, o país deu mais importância às actividades financeiras. No novo milénio o motor de prosperidade económica repousa, essencialmente, nos serviços bancários.

O Luxemburgo lida com vários desafios, uns de natureza económica e outros de natureza social, e por isso é que a política tem um papel importante. Esta política tem também a finalidade de consolidar e modernizar a economia. O Grão-Ducado é, no entanto, caracterizado pela sua performance e eficácia económica e pelo seu elaborado e desenvolvido sistema de segurança social. O outro desafio é de classe social, pois a sua população é caracterizada por uma diversidade de culturas e diversidade de línguas. A diversidade de culturas é devida ao facto de haver um aumento da população estrangeira muito diversificada.

O Grão-Ducado tem vários desafios a superar, uns de cariz económico outros de cariz social, sendo estes tão importantes como os económicos. Não é de omitir ou minimizar o papel que os emigrantes tiveram neste país, principalmente na retoma económica e na reconstrução do pós-guerra. O papel da política tem tido, e continua a ter, um papel muito importante no que diz respeito a enfrentar estes desafios sempre presentes no Luxemburgo.

3. Características demográficas e vida familiar

Neste ponto vamos falar sobre as características demográficas e da vida familiar dos imigrantes portugueses no Grão-Ducado do Luxemburgo, tentar saber como é que elas evoluíram desde o início das imigrações até aos nossos dias.

O passo seguinte é ver quais são as características demográficas dos imigrantes portugueses. A **tabela 7** vai permitir-nos ver qual é o número de portugueses segundo a idade e segundo o sexo.

Tabela 7

Emigrantes Portugueses no Grão-Ducado do Luxemburgo segundo a idade e o sexo

Idade	Homens	Mulheres	Total
0-4 Anos	2.604	2.373	4.977
5-9 Anos	2.490	2.410	4.900
10-14 Anos	2.243	2.036	4.279
15-19 Anos	2.203	2.188	4.391
20-24 Anos	2.614	2.671	5.285
25-29 Anos	3.100	3.111	6.211
30-34 Anos	3.309	3.266	6.575
35-39 Anos	3.248	2.993	6.241
40-44 Anos	2.713	2.254	4.967
45-49 Anos	2.097	1.810	3.907
50-54 Anos	1.983	1.356	3.339
55-59 Anos	973	757	1.730
60-64 Anos	438	441	879
65-69 Anos	248	245	493
70-74 Anos	112	156	268
75-79 Anos	46	82	128
80-84 Anos	9	48	57
85-89 Anos	6	21	27
90-94 Anos	0	2	2
94-99 Anos	0	1	1
Total	30.436	28.221	58.657

Fonte: STATEC, 2003

A população de imigrantes portugueses residentes no Luxemburgo é relativamente jovem. Logicamente são poucos os imigrantes portugueses com uma idade superior aos 60 anos, para ambos os sexos. Observamos que os que têm entre os 20 e 39 anos, cerca de um terço, são bastante representativos. Estes imigrantes têm uma presença importante, pois são exactamente eles que representam a força de trabalho.

Se supusermos que os primeiros imigrantes que se deslocaram para o Grão-Ducado, nos anos 70, constituindo a primeira grande vaga de emigração e atingindo o seu pico em 1974, tinham uma idade entre os 15 e os 30 anos (sendo estes que teriam mais sucesso na emigração), teriam hoje uma idade entre os 45 e 60 anos. Estes indivíduos fazem ainda parte da força de trabalho no Luxemburgo, embora com números pouco significativos.

Como vimos, existe igualmente uma segunda vaga de emigração no fim da década de 80, quando em Portugal se começa a entrar em recessão e o desemprego começa a aumentar. Partindo do mesmo princípio que no exemplo anterior, estes indivíduos atingem hoje uma idade entre 35 e 50, anos constituindo ainda uma faixa etária com importante desempenho na percentagem dos que concorrem para o enriquecimento do país que os acolhe.¹⁵

Estas duas vagas de emigrantes contribuíram de outra forma para os resultados obtidos nesta tabela. Não podemos esquecer a reunião das famílias e a importância da segunda geração. Se os números dos jovens emigrantes portugueses, neste país, são tão elevados é graças à reunião familiar e aos membros que integram as famílias.

Outros dados importantes (**tabela 7**) dizem que são os indivíduos que têm entre 20 e 39 anos a emigrar mais. Este é um grupo maioritário, no entanto também há outro que não passa despercebido que é o grupo de 4 a 19 anos. Os indivíduos que têm mais de 35 anos são muito poucos (Langers, 1999: pp.6).

¹⁵ Esta pequena explicação poderá ajudar a entender que os emigrantes portugueses que viajaram para este país têm uma idade e uma presença forte no mercado de trabalho.

Tabela 8

A população estrangeira comunitária de menos de 18 anos e mais, segundo as nacionalidades, o sexo e as classe de idade vivendo no Luxemburgo em 1998

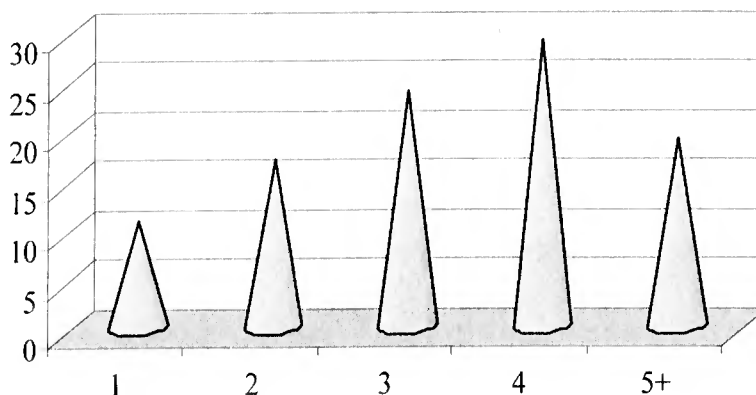
<u>Nacionalidades</u>	<u>Total</u>	<u>Sexo</u>		<u>Classes de idade</u>						
		<u>Homens</u>	<u>Mulheres</u>	<u>< 18</u>	<u>18 - 24</u>	<u>25 - 34</u>	<u>35 - 44</u>	<u>45 - 54</u>	<u>55 - 64</u>	<u>≥ 65</u>
Alemã	10906	47,2	52,8	12,9	3,9	16,5	21,8	15,7	16	13,2
Austriaca	523	39,6	60,4	8	3,4	22,2	25,2	17,2	16,3	7,5
Belga	14150	50,4	49,6	16,9	4,5	20,5	21,4	16,7	9,1	10,9
Britânica	4769	54,5	45,5	22,3	5,8	19,7	22	19	8,3	2,9
Dinamarquesa	2062	48,3	51,7	22,4	8,1	19,4	21,3	20,3	6,7	1,8
Espanhola	3122	49,4	50,6	20,1	7,6	18,1	22,9	17,5	8,9	5
Finlandesa	664	37,8	62,2	24,1	2,7	27,1	32,8	9,6	3	0,6
Francesa	18836	47,6	52,4	16,2	5,4	24,8	20	16,8	8,3	8,5
Grega	1329	51	49	23,5	4,4	13,6	27,6	20,2	5,7	4,9
Irlandesa	977	47,3	52,7	20,6	7	29,6	21,4	14,5	5,3	1,6
Italiana	20262	52	48	15,8	6,2	17,7	16,3	14,4	15	14,7
Holandesa	4136	49,9	50,1	15,6	5,1	18,3	20,2	17,9	11,6	11,4
Portuguesa	58422	52,4	47,6	27,1	10,6	23,1	19,7	13,1	4,6	1,9
Sueca	981	44,4	55,6	21,2	3,9	26	28,2	12,7	6,9	1
Total dos res. Com.	141139	50,8	49,2	21	7,5	21,3	20	14,9	8,4	6,8
Luxemburguesa	275812	48,8	51,2	19,8	6,2	13	15,7	13,2	11,6	20,6

Fonte: RGPP 1/1/98

Neste **gráfico 5** iremos ver de que maneira são compostos os lares dos emigrantes portugueses. A composição das células familiares é importante na análise das famílias dos emigrantes portugueses que vivem no Luxemburgo, pois do seu número resultam benefícios traduzidos em abonos, ajudas na escolaridade, etc.

Gráfico 5

Tamanho das células familiares dos emigrantes portugueses presentes no Luxemburgo



Fonte : Statec, 2002

Cerca de 50% dos emigrantes portugueses têm uma célula familiar com 4 ou mais pessoas. Os que vivem sós são relativamente pouco numerosos, são cerca de 10%. Um quarto tem, no entanto, uma célula familiar com 4 pessoas. Perto de 20% tem no seio da sua célula familiar 3 pessoas.

Pelo **gráfico 5** podemos concluir que são consideráveis as famílias que contam com 5 ou mais pessoas. Os luxemburgueses têm uma taxa de nascimentos baixa o que afecta a demografia. Recorrem porém amiudadamente à adopção, que é facilitada por leis devidamente regulamentadas. Implementou-se uma lei que veio incentivar os casais a ter mais filhos. Os dirigentes tomaram medidas que supunham fazer fomentar o crescimento da taxa de natalidade. Essas medidas são ajudas às famílias numerosas, no que diz respeito a educação e escolarização e uma redução nos impostos. Estas medidas, que visam mais os casais luxemburgueses, também chegam a influenciar muitos casais portugueses, que vêem nelas uma forma de melhorar a sua qualidade de vida.

A questão do país de origem dos filhos também é importante, porque fornece igualmente informações sobre a constituição das famílias dos emigrantes. Trata-se de saber se os emigrantes levaram os filhos do país de origem ou se os filhos nasceram no Luxemburgo. Também podemos encontrar casos em que emigrantes portugueses tenham tido o primeiro ou os primeiros filhos em Portugal e o segundo ou outros no Luxemburgo.

A maioria dos emigrantes do Luxemburgo têm os filhos nascidos neste país (**tabela 9**). São a chamada segunda geração. A segunda geração, na sua maior parte, conhece mal o país, de origem dos pais pois em alguns casos só lá vão para acompanharem os pais durante as férias que passam nas suas terras de origem. O pouco contacto com os membros da família que ficou, a falta dos amigos e o ambiente, tanto físico como social, tão diferentes do luxemburguês, fá-los sentirem-se desenraizados tal qual os pais nos primeiros tempo de Luxemburgo.

Tabela 9**País onde nasceram as crianças**

	Amostra ponderada Efectivo	País onde nasceram as crianças					
		Luxemburgo	Portugal	Itália	Bélgica	França	Alemanha
Total	1373	89,2	5,1	1,4	2,5	2,2	1,5
<u>País de origem dos pais</u>							
Luxemburgo	882	98,1	0,1	0,3	0,5	0,3	0,5
Portugal	181	76,4	35	0	1,4	0	0
Itália	53	86,8	0	23,9	1,1	0	0
Bélgica	50	65	0	0	46	1,9	1,5
França	61	67,2	0,9	4,4	0,9	33,5	1,1
Alemanha	49	75,8	1,3	0	0	4,7	23,9

Fonte : Le Sondage «Baleine», 1998

A **tabela 9** é importante, pois põe em paralelo a percentagem de indivíduos portugueses da segunda geração e indivíduos italianos também da segunda geração. Nota-se uma aproximação, o que quer dizer que os portugueses, ao atingirem o tempo de imigração dos italianos, terão filhos nascidos no Luxemburgo numa percentagem igual ou superior à dos italianos. Demonstração incontornável de que os emigrantes italianos se sentem integrados no Grão-Ducado é o número elevado de filhos que nascem neste país, cerca de 87%, e são poucos os filhos de emigrantes que nasceram na Itália.

A análise da evolução da família dos emigrantes passa por estudar os seus casamentos, tentar entender como é que eles são organizados. Alguns dos casamentos civis entre emigrantes portugueses do Luxemburgo são celebrados no consulado português neste país, outros aproveitam as férias do verão para os realizarem na sua terra natal ou na de seus pais, tendo neste caso oportunidade de juntarem todos os familiares e amigos.

Na **tabela 10** iremos ver como é que os emigrantes portugueses se casam. Se no passado a comunidade destes emigrantes era fechada, nos nossos dias esta situação mudou. Os emigrantes portugueses costumavam casar com indivíduos vindos do mesmo país, pessoas que eram da mesma região ou de perto. No entanto esta situação alterou-se ligeiramente.

A situação matrimonial

	<u>Amostra ponderada</u>	<u>País de origem do cônjuge</u>					
	<u>Efectivo</u>	<u>Luxemburgo</u>	<u>Portugal</u>	<u>Itália</u>	<u>Bélgica</u>	<u>França</u>	<u>Alemanha</u>
Total	1747	61,6	12,8	5,1	4,3	4,5	4
País de Origem							
Luxemburgo	1145	83,1	2,3	3	2,2	2,6	3,5
Portugal	203	8,2	86,6	0,4	0,7	1	0
Itália	64	23,3	3,1	63,7	2,6	6,6	0,8
Bélgica	69	28,9	1,9	1,1	58,1	3,8	2,2
França	81	31,9	8,8	6,6	3,2	38,6	0,8
Alemanha	63	39,9	1,8	2,4	1,9	8,6	35,9

Fonte : Le sondage «Baleine», 1998

Uma observação geral evidencia que os indivíduos continuam a casar, em grande maioria, com indivíduos da mesma nacionalidade. Os luxemburgueses e os portugueses são os que têm uma percentagem de casamento com compatriotas superior a 80%, enquanto os italianos e os belgas rondam uma percentagem de 60%. Curiosamente, os franceses e os alemães são os que menos casam com indivíduos da mesma nacionalidade, atingindo a percentagem, somente, de 30%.

83,1% dos luxemburgueses têm como cônjuge outros luxemburgueses, e os restantes casam com indivíduos que são de origem de outras nacionalidades. Observamos que os luxemburgueses preferem como cônjuge os alemães (3,5%), seguidos dos italianos (3%), dos franceses (2,6%) e dos belgas (2,2%). Estes números dão-nos a conhecer como os luxemburgueses distribuem as suas preferências no capítulo dos matrimónios. Isto tem a ver com afinidades linguísticas, históricas e até culturais, e mesmo com a proximidade dos seus territórios. Para o caso italiano, outra explicação pode ser tomada em conta, pois foi um dos povos a imigrar mais cedo para o Luxemburgo, logo após o período da segunda guerra mundial, e estando de certa forma mais integrados no Grão-Ducado.

Fica pois provado que os emigrantes portugueses são, das comunidades estrangeiras do Luxemburgo, os que menos casam com indivíduos de outras nacionalidades. Encontramos, no entanto, algumas excepções. Uma minoria tem como cônjuge um indivíduo de nacionalidade luxemburguesa, numa percentagem de 8,2%, por seu lado, 1% escolhe cônjuge de origem francesa, belgas na percentagem de 0,7%, 0,4% escolhem italianos e é nula a percentagem no que diz respeito ao casamento com alemães.

Os emigrantes italianos, belgas, franceses e alemães que vivem no Luxemburgo mostram um comportamento diferente do dos portugueses, embora casem com indivíduos da mesma nacionalidade em percentagens consideráveis. No entanto, os originários dos países vizinhos do Grão-Ducado do Luxemburgo, depois dos seus concidadãos, têm na maioria um cônjuge de origem luxemburguesa. No que diz respeito aos imigrantes italianos, os números da **tabela 10** indicam claramente que estes imigrantes souberam, ao longo dos anos, integrar-se na sociedade luxemburguesa. Embora os italianos sejam imigrantes vindos de um país do sul da Europa, depois de formarem família com outros italianos têm mais tendência a casar com nacionais do país de acolhimento, provando que conseguiram integrar-se na sociedade luxemburguesa. A **tabela 10** indica que estes imigrantes têm como cônjuge indivíduos de nacionalidade luxemburguesa numa percentagem apreciável, 23,3%.

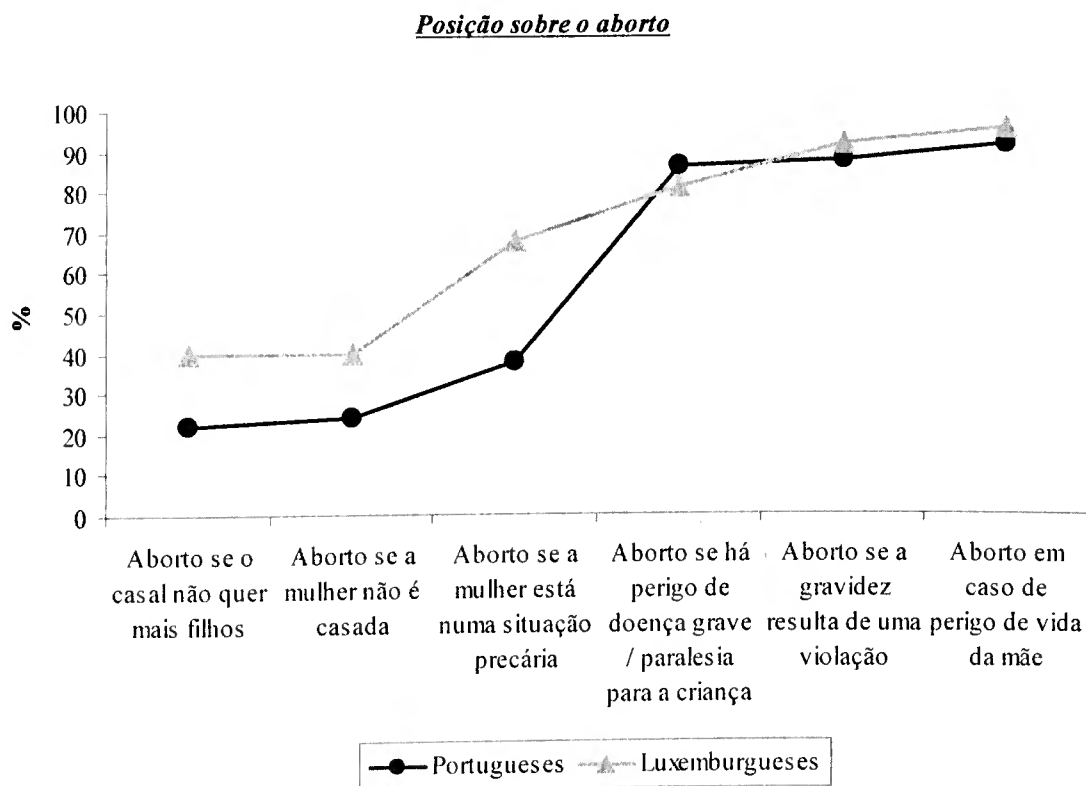
Para analisarmos as famílias dos imigrantes portugueses iremos dissecar vários temas, que abordam: a) o divórcio, b) o aborto, c) a importância de ter e educar os filhos. Estas questões parecem ser fundamentais para entender melhor as famílias dos imigrantes; com esta análise iremos igualmente entender de que forma se distinguem das famílias luxemburguesas. Os portugueses e os luxemburgueses têm opiniões divergentes sobre as diferentes matérias referidas em a), b) e c), e estas divergências vão continuar, pois são fruto de culturas bem diferenciadas. Haverá situações em que as opiniões de uns e outros se aproximem devido à convivência, ao gosto que o “português” tem de imitar, à influência que os melhor instalados na vida têm em relação aos mais fracos.

a) O divórcio: Um inquérito levado a cabo no Luxemburgo, acerca da questão do divórcio, mostra que os homens têm orientações diferentes das mulheres, embora a diferença não seja elevada. O divórcio é mais bem aceite pelas mulheres, mesmo quando as famílias têm filhos. No que diz respeito às diferentes nacionalidades presentes no Luxemburgo sobre o assunto do divórcio, 43% dos emigrantes portugueses dizem que mais vale um divórcio que a progressiva degradação da célula familiar. Enquanto os luxemburgueses têm uma posição diferente e mais pronunciada, pois 66% aceitam com naturalidade, não vendo qualquer obstáculo à dissolução da família (Estgen, 2002).

Os factores susceptíveis de influenciar as posições quanto aos divórcios encontram-se em muitos casos na diferença dos estatutos sociais dos indivíduos. As pessoas que têm um estatuto social mais baixo dizem, na maioria, que um cônjuge tem que ser fiel a todo o custo, enquanto a maioria dos indivíduos de uma classe mais elevada não tem esta visão. Talvez o desejo de estabilidade dum casal de uma classe social menos favorável pondere bem os prós e os contras de uma separação, sobretudo se existem filhos, e por isso, tomam posições mais rígidas sobre o problema do divórcio. Que seria de um casal de classe inferior que passasse por um processo de divórcio? Esta família passaria por graves problemas económicos e sociais (no caso de haver uma ou mais crianças).

b) O aborto: No que diz respeito ao aborto as divergências entre os portugueses e os luxemburgueses continuam a ser importantes. É o que podemos observar no gráfico seguinte.

Gráfico 6



Fonte : Estgen, Paul (2002), La famille, oui ! mais laquelle?

Este **gráfico 6** indica-nos quais são as diferentes posições dos luxemburgueses e dos imigrantes portugueses. Se as opiniões divergem nas três primeiras situações, não é o caso para as três últimas, onde podemos encontrar opiniões semelhantes. Existe um certo consenso entre a opinião dos luxemburgueses e dos imigrantes portugueses quando se fala da prática do aborto quando a gravidez represente perigo para a mãe, quando ela resulta de uma violação ou quando há perigo de mal formação do feto.

As opiniões divergem mais quando se fala do casal não querer mais filhos, quando a mulher não é casada e quando a mulher se encontra numa situação precária. Os emigrantes portugueses têm maioritariamente uma posição de rejeição, enquanto os luxemburgueses adoptam uma posição mais aberta de aceitação.

c) A importância de ter e educar os filhos: Outra questão que é importante é saber se o sucesso de um casamento passa por ter filhos e/ou pela maneira de os educar. No estudo de Paul Estgen encontramos dados interessantes, pois a posição dos emigrantes portugueses que residem no Luxemburgo é bastante diferente da opinião dos conterrâneos que vivem em Portugal, enquanto se aproxima da dos luxemburgueses no segundo ponto da sondagem traduzida na **tabela 11**.

Tabela 11

Sucesso de um casamento passa por ter filhos

População visada	Muito importante	Bastante importante	Pouco importante
Luxemburgueses no Luxemburgo	40	36	21
Luxemburgo (média nacional)	43	38	19
Portugueses no Luxemburgo	52	37	7
Portugal	43	51	6

Fonte : Estgen, Paul (2002). La famille, oui ! mais laquelle?

Os imigrantes portugueses que residem no Grão-Ducado dão mais importância que os luxemburgueses ao facto de ter um filho para que o casal tenha sucesso. Os imigrantes portugueses têm uma posição curiosamente diferente dos portugueses que não emigraram. Para 52% dos emigrantes portugueses ter filhos é muito importante, enquanto que para os residentes em Portugal essa importância atinge somente os 43%.

Será que a procura de uma qualidade de vida melhor e as condições que o país de acolhimento oferece leva os emigrantes a tomar esta posição? Sabemos que os imigrantes portugueses dão muita importância a uma coesão familiar. Esta coesão familiar passa, em primeiro lugar, por ter uma estabilidade económica e, em segundo lugar, por ter filhos. Esta visão é, em parte, resultado da educação que receberam. Se os emigrantes portugueses dão muito valor à família, isto é devido a vários motivos. Eles deixaram para trás, na maioria, os pais e irmãos, por vezes mulher e filhos; é um sentimento de saudade do ambiente familiar que os leva a sobrevalorizar a reunião da família.

Se partiram casados e deixaram esposa e filhos tudo fazem para que a separação não seja prolongada. Uma vez chegada a família sentem-se mais felizes, mais disponíveis para o trabalho. Se possível vêm mais filhos ou o primeiro, segundo, terceiro, etc. Unidos no ideal familiar partilham alegrias e tristezas, vicissitudes e facilidades, prestando aos filhos uma elevada atenção. Querem ensinar-lhes o “valor” da coesão familiar e querem que tenham menos dificuldades em arranjar um trabalho menos penoso e que seja melhor remunerado.

Os valores da educação são muito importantes para os imigrantes, sobretudo quando se trata de os transmitir a uma futura geração. Os pais tentam inculcar nos seus filhos modos de educação que têm por base duas aprendizagens: uma delas é a de transmitir a educação na base da cultura portuguesa, e a segunda está baseada na integração na sociedade luxemburguesa.

“Crescer no seio de uma família imigrante foi, desde sempre, um difícil processo de conciliação da língua e das orientações culturais de pais nascidos no estrangeiro com as solicitações para a assimilação da sociedade anfitriã” (Portes, 1999: 97).

Sabemos, no entanto, que a repartição dos papéis sociais segundo o género (papéis dos homens versus papéis das mulheres) resulta de uma educação em que podemos encontrar uma diferença relativamente importante entre estes dois géneros, sobretudo no que diz respeito à educação a inculcar nos filhos.

Os resultados indicam que há uma certa concordância nos objectivos da educação. No entanto, as diferenças são mais marcadas no seio dos imigrantes portugueses, pois na **tabela 12** vemos que a percentagem entre homens e mulheres indica uma diferença de mais de 10%, sendo esta mais sensível nos dois últimos itens (generosidade e obediência). Destacam-se ainda as divergências na determinação e na perseverança cujo item é mais valorizado pelos homens.

Os valores que têm mais importância para ambos os sexos são as boas maneiras, o sentido de responsabilidade, a tolerância e o respeito pelos outros. Estes valores podem ser explicados de uma maneira muito simples, pois são eles que vão permitir aos seus filhos uma boa integração, uma sã convivência, uma estreita colaboração com todos os que formam a sociedade em que vivem ou passam a viver.

Tabela 12

Qualidades a inculcarem na educação dos filhos

<u>Qualidade a inculcar</u>	<u>Luxemburgueses</u>			<u>Portugueses</u>		
	<u>Homens</u>	<u>Mulheres</u>	<u>Diferença H - M</u>	<u>Homens</u>	<u>Mulheres</u>	<u>Diferença H - M</u>
As boas maneiras	85	81	4	93	92	1
A independência	46	52	-6	34	35	-1
Ser aplicado no trabalho	61	55	6	64	64	0
O sentido de responsabilidade	75	82	-7	85	77	8
A imaginação	28	24	4	22	13	9
A tolerância e o respeito dos outros	76	80	-4	74	76	-2
O espírito de poupança	48	51	-3	49	43	6
A determinação, a perseverança	41	47	-6	30	20	10
A fé religiosa	18	18	0	19	21	-2
A generosidade	20	21	-1	36	50	-14
A obediência	25	23	2	33	47	-14

Fonte : Estgen, Paul (2002 La famille, oui ! mais laquelle?

Os valores educativos estão fortemente ligados à cultura do país e à educação dos pais. A educação que os imigrantes portugueses transmitem aos filhos vai ter um papel fundamental na repercussão social e cultural e no sentimento de integração desta segunda geração.

Existem concepções diferentes entre os luxemburgueses e os imigrantes portugueses. Certos pontos de vista, assim como as opiniões que estes têm, diferem dos daqueles, sobretudo no que diz respeito à questão da importância da contribuição dos casais na melhoria dos recursos para o bom funcionamento da célula familiar. Os imigrantes portugueses dão mais importância a que um casal trabalhe para a estabilidade e o sucesso da família, enquanto os luxemburgueses não pensam desta forma. São 80% dos imigrantes portugueses contra 46% dos luxemburgueses. A diferença entre os dois é bastante elevada, o que demonstra que os imigrantes insistem mais neste ponto.

Esta importância dada pelos imigrantes portugueses talvez se explique pelas condições económicas e sociais em que vivem e que diferem muito das dos luxemburgueses. Visto que os imigrantes passaram por um processo migratório, estes indivíduos dão mais importância à dimensão de estabilidade económica (pela qual lutam) e social. Estes passos que os imigrantes dão para chegar a um patamar de integração fá-los ver se valeu a pena deixarem a sua terra natal. O trabalho da mulher é essencial, pois os dois salários são uma necessidade económica.

Enquanto os homens desempenham trabalhos mais pesado, as mulheres, para ajudarem no orçamento familiar, ocupam-se na sua maioria de trabalhos mais leves: trabalhos de limpeza em casas particulares, em edifícios públicos, em laboratórios, em escritórios, etc. São as chamadas "*femmes de ménage*"¹⁶. Também elas são remuneradas com justiça e gozam de todas as regalias sociais. Para além da remuneração é importante o facto da mulher trabalhar, pois nos locais onde desempenha a sua actividade vai tendo contacto com a língua e, tal como para os homens, é a principal condição para uma progressiva integração.

¹⁶ Mulheres a dias.

4. Escola e Educação

Uma das principais preocupações dos imigrantes portugueses no Luxemburgo é a formação escolar dos seus filhos, levados de Portugal ou nascidos no país de acolhimento, a segunda geração. Muitos, com filhos nascidos em Portugal e idade escolar na altura da partida, deixam-nos com as famílias para evitar-lhes o choque de três idiomas diferentes: luxemburguês, francês e alemão. Este procedimento facilita a aprendizagem das crianças nas escolas das terras onde nasceram mas tem também o reverso da medalha, pois os seus pais transformam-se em pais completamente ausentes e a criança fica tão saudosa que modifica o seu temperamento, contribuindo negativamente na formação do seu carácter. Isto leva a que muitos pais, que as deixaram, acabem por levá-las compreendendo que só as prejudicaram, pois o tempo que ficaram em Portugal seria suficiente para a aprendizagem da língua, pelo menos a francesa. A idade mais plástica da criança perde-se ingloriamente.

Os que levam os filhos, ou os que os têm já lá, têm a vida facilitada, porque a criança aprende, desde pequena, a falar as línguas do Luxemburgo, com francês em primeiro lugar. O português só o falam com os pais e amigos destes.

O sistema escolar luxemburguês compreende, tanto para os nacionais como para os imigrantes, uma *Escola de Educação Precoce*, que acolhe as crianças com a idade de três anos, idade bem plástica para a aprendizagem da língua ou das línguas; uma *Escola Maternal* com a duração de dois anos e que precede a escola primária; vem depois a *Escola Primária*, com a duração de seis anos.

Para as crianças imigrantes, que chegam em idade de entrar na primária, o sistema escolar luxemburguês tem em conta a suas dificuldades de aprendizagem devido ao desconhecimento da língua e faculta-lhes aulas de “*rattrapage*” – recuperação ou classes de acolhimento (*classes d'accueil*), que depressa as habilita para a compreensão das matérias dadas na escola.

Terminado o ciclo primário os professores fazem uma avaliação dos alunos um “dossier” psico-pedagógico. Os alunos aptos podem escolher um dos dois ramos distintos que integram:

- O ensino secundário geral, o secundário técnico e o liceu clássico, grau “*noble*” que tem a duração de sete anos e conduz ao bacharelato que dá acesso à Universidade.

- O ensino secundário técnico, cuja estrutura é mais complexa porque inclui matérias muito diversas. As três primeiras classes do secundário técnico chamam-se sétimo, oitavo e nono anos e no decurso deles os alunos são orientados em categorias de acordo com as suas aptidões reveladas em entrevistas. Recebem então a graduação um, dois ou três, mas que oficialmente se chamam nono teórico, nono polivalente e nono prático.

Segundo o grau conseguido o aluno tem diferentes possibilidades: os melhores, os de grau um, poderão obter um diploma de técnicos, chegar a um bacharelato técnico; os outros farão a aprendizagem de uma profissão, procurando uma maior ou menor especialização no domínio industrial, artesanal, ou administrativo.

Neste patamar o sistema escolar luxemburguês, tal como o alemão, são diferentes do sistema francês. Os primeiros têm uma aprendizagem dual: os alunos são contratados pelos patrões, como aprendizes, seguindo paralelamente a sua escolaridade para completar os seus conhecimentos teóricos e a sua cultura geral. A duração varia segundo a tecnicidade do curso: menos para um cabeleireiro ou um vendedor que para um mecânico ou um torneiro.

É de suma importância analisar aqui a escolaridade das crianças imigrantes no Luxemburgo com incidência nas portuguesas. Além de seguirem o sistema educativo luxemburguês são incitadas pelos pais a aprenderem a sua língua materna.

Vários governos dos seus países de origem põem à disposição das crianças professores especializados no ensino da sua língua e cultura.

Como só o caso das crianças imigrantes portuguesas nos interessa neste estudo vejamos como funciona este ensino.

A. A escola portuguesa no Luxemburgo

Na maior parte das escolas o ensino da língua e cultura portuguesas é um ensino feito em paralelo com o luxemburguês. Em todo o Grão-Ducado só uma meia dúzia de escolas tem ensino integrado. Esta situação torna o ensino da língua e cultura bastante penoso para as crianças. Quando esta frequenta o segundo ano do ciclo primário luxemburguês pode matricular-se no primeiro ano da escola portuguesa. Esta funciona nos edifícios e salas de aulas onde funciona o ensino luxemburguês. Quando as salas ficam vagas, porque o horário das aulas chegou ao fim ou porque os alunos vão para outros edifícios assistir a aulas de música, de natação, de educação física, etc., começam as aulas de português.

Ocupam vinte e duas horas semanais distribuídas da seguinte forma: 2as feiras das 17h às 19h; 3as feiras das 13h às 19h; 4as feiras das 17h às 19h; 5as feiras das 13h às 19h; 6as feiras é dia livre e sábados das 13h às 19h. Considere-se a sobrecarga das crianças e o esforço dos professores para tornarem suaves sobretudo os três dias por semana de seis horas cada um.

Findo o primeiro ciclo do ensino básico do português, enquanto vai seguindo o seu ritmo escolar luxemburguês, a criança imigrante passa para o segundo ciclo do ensino básico, ou seja, o quinto ano. Vai continuando o estudo da língua, da História de Portugal, dos costumes portugueses, da gastronomia, de toda a etnografia, etc., tudo quanto tenha interesse para o aluno e contribua para melhor conhecer a sua pátria. Pode prosseguir os estudos em português até ao nono ano. Se opta pelos estudos luxemburgueses pode deixar a escola portuguesa e, já vimos, escolher as alternativas. Se opta por continuar os estudos portugueses pode continuar até completar o décimo segundo ano, tendo em seguida de rumar para Portugal onde completará a universidade.

Feito este esboço do sistema escolar seguido pelos alunos imigrantes no Luxemburgo importa ainda acrescentar que muitos pais enviam os seus filhos para o ensino particular na Bélgica cujo sistema mais se assemelha ao seguido em Portugal, com a vantagem de ser ministrado em língua francesa.

Confirmemos no quadro abaixo a organização do sistema escolar luxemburguês, desde a Escola de Educação precoce passando pela Educação Pré-escolar, pelo Ensino primário, com os seus seis anos de duração, pela *Orientação* para o liceu clássico “noble”, Estudos técnicos, Ensino Técnico e culminando no Superior e Universitário, no Diploma de técnico ou de profissional. Tudo depende dos factores já avaliados neste pequeno apanhado do sistema de ensino luxemburguês.

Só resta acrescentar que o sistema escolar do Grão-Ducado é gratuito durante todo o percurso do aluno. Quando este ingressa na universidade em qualquer país – no seu de origem ou de origem dos seus pais ou noutro qualquer (uma vez que o Luxemburgo não possui universidades) – o Estado luxemburguês ajuda com uma determinada quantia, que cresce conforme o número de filhos a estudar. Se o aluno carece de ajuda total para tirar a sua licenciatura pode ainda optar pelo sistema de empréstimo, que só pagará quando começar a exercer as suas funções profissionais e auferir o seu vencimento.

De facto muitos benefícios traz este sistema, pois alguns pais não teriam capacidade económica para custearem a formação superior dos seus filhos.

B. O insucesso escolar

Pela descrição do sistema escolar luxemburguês e pelo funcionamento do ensino de português, que quase em todas as escolas funciona como ensino paralelo, já atrás citado, facilmente se pode inferir que o insucesso escolar das crianças imigrantes portuguesas atinge percentagens elevadas. Estas sofrem uma curva descendente quando o aluno é imigrante da segunda geração, se chegou ao país de acolhimento antes dos três primeiros anos de vida, se frequenta o ensino particular no Luxemburgo e/ou se vive numa família com formação sócio-intelectual elevada. Estamos a falar evidentemente dos alunos imigrantes portugueses permanentes, pois no que diz respeito aos filhos dos diplomatas, funcionários da Embaixada ou do Consulado, filhos de professores e/ou de vários quadros acima dos médios, frequentam a escola Europeia onde a percentagem de sucesso escolar é elevada.

Chegamos à conclusão de que as línguas, francesa para os luxemburgueses ou para outros estrangeiros cuja língua pátria seja de origem latina (portugueses, franceses, espanhóis, italianos), funcionam como um autêntico filtro, no seio de um sistema de ensino que exige o domínio das três línguas usadas no país. É esta exigência um “handicap” para as crianças imigrantes, cuja língua tem raízes latinas, enquanto beneficia as crianças naturais ou imigrantes de países cujas línguas têm raízes germânico-saxónicas.

As crianças repetentes – muitas ficam nos vários graus dois anos – sentem-se deprimidas e perdem a auto-estima e confiança nas suas capacidades. O sistema tem falhas que se agravam de ano para ano – à medida que os graus de ensino se vão tornando mais elevados e mais exigentes – e cuja completa solução é difícil de encontrar. Ultimamente têm-se dado alguns passos positivos: recorde-se o fim do exame de alemão, que os alunos tinham de prestar com aproveitamento, para avaliação do “dossier” psico-pedagógico de cada aluno.

Para fazer esta avaliação, que é presidida pelo inspector da zona, há um júri composto pelo professor titular do sexto ano dos estudos primários, assim como um professor com experiência de ensino secundário e ainda um outro professor com experiência de ensino secundário técnico. Desde o ano lectivo 1997 – 1998 um psicólogo do Centro de Psicologia e de Orientação Escolar participa no conselho de orientação como voz consultiva, se os pais optam pela sua intervenção.

Concluamos estas considerações dizendo que os filhos dos trabalhadores portugueses imigrantes no Luxemburgo enfrentam problemas escolares ligados a variadíssimos factores, que são do domínio social e familiar, mas também e principalmente a dificuldade de adaptação ao sistema escolar, com a manutenção das três línguas e falta de compreensão dos pais desse mesmo sistema. A única coisa que eles entendem é se os seus filhos têm sucesso ou insucesso no fim do ano lectivo.

O insucesso escolar das crianças estrangeiras é devido ao ensino selectivo que impõe, desde a escola primária, a aprendizagem do alemão, do francês e do luxemburguês. É com este sistema que as crianças portuguesas são confrontadas na aprendizagem de quatro línguas, situação difícil de ser ultrapassada. As crianças portuguesas falam português em casa (por razões óbvias), têm de falar o luxemburguês, o francês e o alemão, com os professores e com os colegas da turma, sendo as matérias curriculares ensinados nestas línguas. Este facto é um problema acrescido para as famílias estrangeiras que vivem no Grão-Ducado do Luxemburgo pois, são poucos e/ou nenhuns, que dominam a língua luxemburguesa, o que se torna difícil para ajudar os filhos nos seus trabalhos de casa e para acompanhar a evolução escolar (Beirão, 2002).

Resumindo, poderemos então dizer que, sendo o francês a língua mais prestigiada e mais usada – a sua utilização aumenta à medida que aumentam os níveis de ensino –, acaba por ser um elemento de discriminação para os alunos de línguas derivadas do latim, por causa das suas carências de conhecimentos da língua alemã, língua em que o ensino é ministrado e o seu domínio é exigido para acesso a ensino mais selectivo. Acabam por não ter acesso às classes ou tipos de ensino onde o seu domínio do francês lhes poderia proporcionar a “*chance*” (sorte) de seguir o liceu clássico.

5. Mercado de Trabalho

Os emigrantes portugueses que se encontram no Luxemburgo trabalham essencialmente na construção civil. No entanto, há um período em que os emigrantes trabalharam na maioria na siderurgia e na metalurgia, período que corresponde igualmente ao início da ascensão da economia deste país. Hoje em dia, os emigrantes portugueses já estão espalhados por vários sectores de trabalho. A maioria dos emigrantes continua a trabalhar na construção civil, pois é um sector que necessita sempre de “homens”. Outros continuam a trabalhar na metalurgia e siderurgia, outros começam a trabalhar como mecânicos, electricistas, etc. Muitos já se aventuraram no mundo dos negócios, criando pequenos comércios, cafés, restaurantes, agências de viagens, etc. No campo da restauração têm efectuado uma divulgação da nossa gastronomia. É importantíssima esta actividade para a inserção e compreensão dos luxemburgueses em relação à nossa cultura. Tal como os emigrantes portugueses assimilam e se integram nos costumes luxemburgueses, também estes aceitam com agrado e gostam de conhecer os nossos costumes. Em muitos casos há intercâmbio entre patrões e empregados, chegando aqueles a vir ao nosso país passar uns agradáveis dias de férias, gozar do nosso sol e das nossas praias nas casas que os empregados portugueses põem à sua disposição.

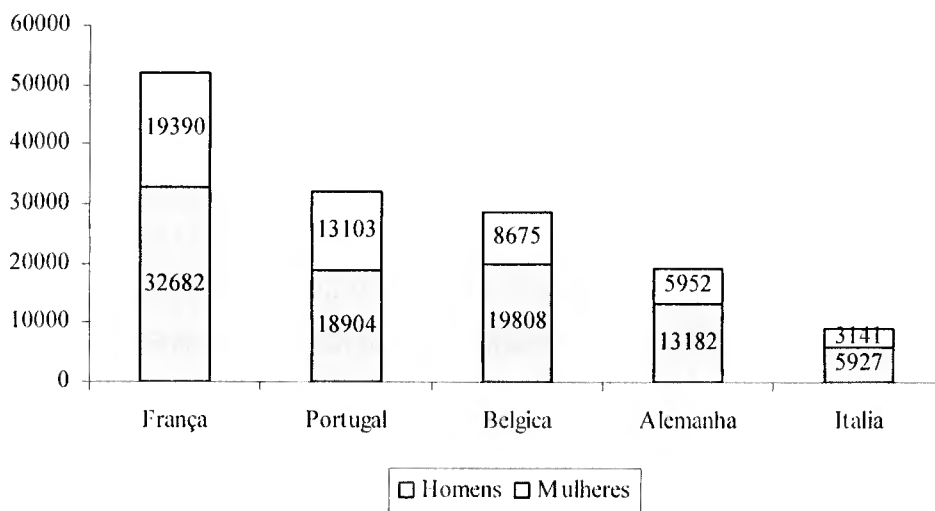
Quanto ao mundo do trabalho das mulheres, também já se diversificou, pois antigamente restringia-se às limpezas (“*femme de ménage*”), e hoje já trabalham em ramos como a costura, atendimento em lojas de vendas diversas, consultórios médicos, enfermagem, secretariado, etc.

“Durante mais de um século, o Grão-Ducado apelou aos trabalhadores estrangeiros para suprir as suas necessidades de mão-de-obra. Esta imigração foi indispensável para permitir a evolução económica que o país conheceu. Uma das consequências foi a diversidade desta população activa” (Beirão, 2002).

Na análise do **gráfico 8**, podemos constatar que os emigrantes têm o segundo lugar como população, estrangeira, activa no Luxemburgo.

Gráfico 8

As nacionalidades estrangeiras mais representadas na população activa segundo o sexo



Fonte: IGSS, Data: 31.3.2000 © SESOPI-Centre Intercommunautaire

O gráfico indica claramente que os franceses são os estrangeiros mais representados no mercado de trabalho do Luxemburgo. Isto pode ser explicado por o Luxemburgo ser vizinho directo da França e também pode ter influência, visto a língua francesa ser a mais utilizada no mercado de trabalho e até nas relações interpessoais.

Os emigrantes portugueses obtêm o segundo lugar neste exemplo. No entanto podemos observar que não existe uma grande diferença entre população activa de homens e de mulheres. Esta aproximação nota-se mais nas populações portuguesas e italianas, enquanto os estrangeiros vindos dos países vizinhos têm uma diferença mais acentuada entre homens e mulheres. Notamos que são os homens dos países vizinhos que emigram mais para o Luxemburgo para trabalhar. É importante realçar que muitos destes trabalhadores não residem no Luxemburgo, pois na sua maioria vêm diariamente do seus país para o Luxemburgo e regressam ao seu país depois de um dia de trabalho, fazendo assim um vai e vem diário.

Na **tabela 13** iremos ter uma ideia mais sintética sobre o estatuto da população activa no Luxemburgo.

Tabela 13**Estatuto profissional da população activa no Luxemburgo**

<i>Nacionalidade</i>	<i>Total</i>	<i>Operários</i>	<i>Empregado</i>	<i>Funcionários nacionais</i>	<i>Comércio Industrial</i>	<i>Intelectuais / Independentes</i>	<i>Agricultores e ajudantes</i>
Austriaca	214	34,1	53,7	0	7,5	2,3	2,3
Belga	5345	17,1	71,4	0	5,9	5,3	0,2
Alemã	3423	23,8	63,8	0,1	7,9	4	0,4
Dinamarquesa	441	6,1	86,2	0	2,9	4,8	0
Espanhola	897	57,1	36,3	0,1	5,5	1	0
Francesa	7064	40,5	48,7	0,1	7,7	2,8	0,2
Britânica	1342	10,7	78,7	0	5,1	5,4	0,1
Grega	143	25,2	67,1	0	3,5	4,2	0
Italiana	6963	50,6	38,6	0,1	9,7	1	0
Irlandesa	258	8,1	84,1	0	3,5	4,3	0
Holandesa	1592	33,9	48,2	0,1	10,6	2,4	4,8
Portuguesa	27839	88,6	8,7	0	2,6	0,1	0
Sueca	237	3,4	92	0	3	1,7	0
Finlandesa	95	2,1	90,5	0	2,1	5,3	0
Total Res. Com.	55853	61,1	31,9	0	5,2	1,6	0,2
Luxemburguesa	99552	25,7	41,3	20,2	6,2	2,5	4,1

Fonte: IGSS 3/97. *: não incluindo os 7600 funcionários internacionais

Esta tabela indica bem qual é o estatuto profissional dos emigrantes portugueses no Luxemburgo. A maioria trabalha como operários, enquanto que uma fracção mais reduzida trabalha como empregados ou como comerciantes.

A **tabela 14** indica qual é o sector de actividade da população activa.

Tabela 14**Sector de actividade dos activos assalariados**

<i>Nacionalidade</i>	<i>Total</i>	<i>Agricultura</i>	<i>Industria</i>	<i>Construção</i>	<i>Comercio</i>	<i>Outras</i>	<i>Transp. / Com</i>	<i>Bancos / Seguros</i>	<i>Imobiliário / Ser. Emp.</i>	<i>Admin. Púb.</i>	<i>Outros Ser.</i>
Austriaca	188	0,5	10,1	4,3	12,8	5,9	30,3	13,8	5,3	1,6	15,4
Belga	4731	0,4	13	3,5	15,7	3,9	4,7	26,9	14,7	2,5	14,8
Alemã	3002	0,7	12,4	5	14,4	3,2	6,4	29	8,5	4,3	16,1
Dinamarquesa	407	0	2,7	0,2	3,7	2,9	7,1	63,9	10,1	1	8,4
Espanhola	839	0,4	15,1	13,7	17,6	6,2	6,3	9,1	10,4	5,7	15,5
Francesa	6311	0,3	13	4,6	16,6	21	3,6	13,8	11,5	2,6	13
Britânica	1199	0,1	6,4	1,7	4,8	6,7	8,6	41,1	16	0,4	14,2
Grega	132	0,8	9,1	3,8	6,8	9,1	9,8	13,6	23,5	1,5	22
Italiana	6215	0,1	16,5	13,4	19,7	7,1	4,3	14,5	7,5	4,5	12,5
Irlandesa	238	0,4	3,4	0,8	2,9	5	9,2	53,4	16,4	0,8	7,6
Holandesa	1308	3,1	9,8	6,7	11,8	8	21,6	16,6	8,9	2,9	10,5
Portuguesa	27075	1,6	12,5	31,9	13,4	8,7	3,3	1,8	8,1	3,3	15,3
Sueca	226	0	1,3	0,4	5,3	1,3	7,5	56,6	19	0	8,4
Finlandesa	88	1,1	6,8	3,4	2,3	0	2,3	36,4	30,7	1,1	15,9
Total. Res. Com	51959	1	12,7	19,9	14,4	9	4,6	11,1	9,5	3,3	14,5
Luxemburgueses	86748	0,4	16,6	3,8	13,2	1,2	10	11,2	4,4	28	11,2

Fonte: IGSS 3/97

A **tabela 13** indica que 88,6% dos imigrantes portugueses têm o estatuto de operário. A **tabela 14** vem ao encontro desse mesmo número: como esta tabela indica, 31,9 % dos imigrantes portugueses trabalham na construção civil. O segundo sector em que o imigrante português mais aparece é o comércio e a indústria. Constatase que em relação aos sectores, que requerem mais qualificações, os imigrantes portugueses têm uma presença quase irrelevante.

Desde a chegada dos primeiros emigrantes portugueses ao Luxemburgo, no que diz respeito ao mercado de trabalho, a situação pouco se alterou, pois continuam, na maioria, com os trabalhos mais pesados. No entanto, também constatamos que já começa a haver uma certa progressão, embora lenta, no sentido de haver cada vez mais portugueses a concorrer a cargos que requerem alguma qualificação. Muitos deles foi já no Luxemburgo que adquiriram essa qualificação.

Tabela 15

Profissão por nacionalidade

<i>Profissão</i>	<i>Luxemburgo</i>	<i>França</i>	<i>Bélgica</i>	<i>Alemanha</i>	<i>Itália</i>	<i>Portugal</i>	<i>Fronteiriços</i>
Dirigentes, Intelectuais, Científicos	17,7	30,3	40,6	32,5	17,6	1,5	13,6
Técnicos, empregados administrativos	45,4	31,6	41,3	48,4	30,1	8,4	29,8
Trabalhadores manuais	36,4	37,6	18	19,1	51,7	90,1	56,5
Forças militares	0,5	0,5	0,1	0	0,6	0	0
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Inquérito sobre as forças de trabalho e sobre a estrutura dos salários 1995

Esta **tabela 15** confirma a tabela anterior. Constatase que os emigrantes portugueses ainda trabalham muito no sector onde a sua força é necessária. Na maioria, os emigrantes portugueses tem um trabalho árduo e que requer poucas qualificações. No entanto, aos poucos, embora ainda com uma percentagem pouco elevada, os emigrantes portugueses tentam conquistar cargos mais importantes, cargos que requerem um certo nível de estudos e de qualificações.

É de salientar que os primeiros emigrantes que se deslocaram para o Luxemburgo, na sua maioria, tinham a quarta classe unicamente; tinham por isso um nível cultural baixo. A segunda geração, filhos dos primeiros emigrantes, esforça-se para conquistar cargos mais elevados e trabalhos menos pesados. Os pais desta geração querem que os seus filhos possam ter um trabalho melhor, e que passem menos “sacrifícios” para poderem lutar por uma qualidade de vida melhor. Desta forma os pais dão um grande incentivo aos filhos para estes estudarem e poderem aceder a cargos melhores. Este caminho está agora a ter uma resposta bastante positiva.

Na **tabela 16** podemos ver os estreitos laços que existem entre o nível de instrução e a profissão exercida. Desta forma constatamos que 95% dos portugueses contam com uma escolaridade primária e/ou secundária inferior. Enquanto só 5% chegou ao ensino secundário e/ou superior.

Tabela 16

Nível de instrução segundo a nacionalidade

<u>Nível de instrução</u>	<u>Residentes por nacionalidade</u>						<u>Fronteiriços</u>
	<u>Luxemburgo</u>	<u>França</u>	<u>Bélgica</u>	<u>Alemanha</u>	<u>Itália</u>	<u>Portugal</u>	
Primário	20	20	10	10	40	75	25
Secundário inferior	40	30	15	25	40	20	40
Secundário superior	25	20	35	30	10	3	20
Superior	15	30	40	35	10	2	15
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Inquérito sobre forças de Trabalho - Inquérito sobre a estrutura dos salários (1996)

No entanto, outra tabela interessante indica-nos qual é a importância de ter nascido no Luxemburgo e a de ter vindo entre os 6 e 7 anos para o Luxemburgo. Embora as diferenças não sejam muitas, podem ser análises importantes para fazer.

Tabela 17

Profissão dos emigrantes portugueses segundo o local de nascimento e chegada no Luxemburgo
1997/1998

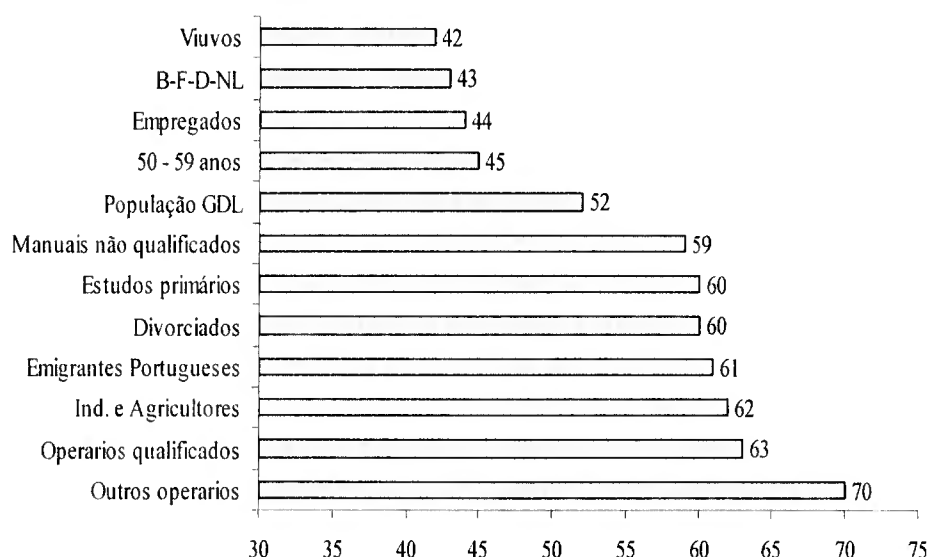
<u>Profissão</u>	<u>Nascidos no Lux.</u>	<u>Chegados ao Lux. > 6nos</u>	<u>Chegados ao Lux. < 7 anos</u>
Dirigentes de empresas / Quadros superiores	1	2	0
Prof. Intelectuais e Científicos	0	1,3	1,7
Prof. Intermediários	5,5	1,4	4,9
Empregados de tipo administrativos	21,1	3,6	15,8
Pessoal de serviços e vendedores	28,4	9,7	24,2
Agricultores	0	1,8	1,9
Artesão	19,4	32,7	22,8
Manobradores de maquinas	10,1	11,5	16,9
Manobras, Operários não qualificados	14,6	36,1	12
Total	100	100	100

Fonte: Inquérito sobre as forças de Trabalho - Inquérito sobre a estrutura dos salários (1996)

Será que o facto de ter nascido no Luxemburgo influencia os imigrantes portugueses no mercado de trabalho deste país? Parece que não será uma mudança radical, porque os imigrantes, mesmo que tenham vindo muito novos e aqueles que já nasceram neste país, continuam a ocupar os lugares que exigem menos qualificação. Podemos destacar o facto de 21% de imigrantes portugueses nascidos no Luxemburgo já desempenharem trabalhos administrativos. No entanto, verifica-se nos dados das tabelas que a maioria continua com trabalhos pesados, mesmo os nascidos no Luxemburgo. Porém, a realidade começa a ser diferente nos dias de hoje. Com efeito, a chamada segunda geração sai das escolas superiores ou profissionais com preparação para desempenhar trabalhos adaptados à sua preparação específica. É pois evidente que os imigrantes da segunda geração já começam a concorrer a cargos administrativos, cargos que necessitam de alguma qualificação.

No quadro 6, o trabalho é considerado por 52% dos habitantes do Grão-Ducado como sendo de “grande importância”. Os grupos que dão mais importância ao seu trabalho são os indivíduos que têm um nível de escolaridade baixo, os que têm trabalhos mais penosos e os emigrantes portugueses. São os agricultores e os operários não qualificados que dão mais importância ao seu trabalho. Esta situação torna-se compreensível visto que são estes indivíduos que dependem dos seus trabalhos para garantir uma certa qualidade de vida às suas famílias. Estes indivíduos vêm a sua posição fragilizada caso o seu sector seja atingido por uma crise. Supomos que sejam estes indivíduos que ganham mais numa célula familiar e o bem-estar da família depende directamente deles; em caso de crise estas pessoas teriam grandes dificuldades em encontrar outro trabalho, devido à idade e à pouca qualificação profissional

Grande importância do valor dado ao "trabalho" nos diferentes grupos.



Fonte: Legrand, Michel (2002) Qu'est-ce qui fait vivre les habitants au Grand-duché de Luxembourg ?

Na **tabela 18** podemos encontrar algumas diferenças significativas entre os imigrantes portugueses e os luxemburgueses no que diz respeito às condições materiais e elementos de conforto proporcionado pelo trabalho. Quanto ao desenvolvimento pessoal no trabalho, as diferenças entre as duas nacionalidades são pouco relevantes.

Esta tabela mostra até que ponto o trabalho é importante para os imigrantes no Luxemburgo. Nota-se que dão importância aos feriados, aos fins-de-semana sem trabalho e aos horários. Esta importância dada aos seus tempos “livres” pode ser explicada por os emigrantes quererem passar mais tempo junto da família. Como o trabalho da maioria dos emigrantes é árduo e cansativo, estes momentos servem também para eles descansarem, para voltar a ganhar energias para o trabalho. Observamos que os emigrantes portugueses dão mais importância à segurança do trabalho, na esperança de obterem uma possível promoção e calculam que os seus trabalhos são bem considerados. É sabido que a maioria dos imigrantes portugueses têm trabalhos penosos; com a ajuda da leitura desta tabela podemos considerar que julgam fazer um trabalho que é útil para a sociedade e que é bem considerado, trabalho que também tem as suas responsabilidades. Mesmo que tenham os trabalhos mais rudes, a maioria deles sente-se bem fazendo o seu trabalho, pois para eles é um trabalho honesto, como outro qualquer.

Tabela 18

Nacionalidades e qualidades de um trabalho

	<u>Luxemburgueses</u>	<u>Portugueses</u>	<u>Diferença entre Port. E Lux.</u>	<u>Outras nacionalidades</u>
<u>Condições materiais</u>				
Ganha-se bem a vida	65,4	68,3	2,9	64,8
Não temem o desemprego	58,3	78,8	20,5	50,2
Esperam alcançar uma promoção	31	53,8	22,8	38,2

<u>Elementos de conforto</u>				
O ambiente de trabalho é bom	72,5	82,1	9,6	73,7
As condições de trabalho são boas	58,2	68,3	10,1	60,5
O horário é satisfatório	49,5	68,5	19	50,2
Estar livre os fins-de-semana	38,1	65,5	27,4	47,9
Há muitos feriados	32,2	60	27,8	37,5
Não se sentem interessados	31,5	53,4	21,9	39,5

<u>Desenvolvimento pessoal</u>				
O que se faz é interessante	61,4	66,9	5,5	71,3
É um trabalho onde pode empregar as suas capacidades	54,8	59,3	4,5	62,5
É um trabalho que dá impressão de conseguir algo	54,4	50,3	-4,1	59
Têm responsabilidades	54,4	52,4	-2	58
Têm iniciativa	48,3	51,4	3,1	49,8
Permite fazer encontros	45,1	53,1	8	52,3
Trabalho útil para a sociedade	41,8	46,2	4,4	48,7
Trabalho bem considerado	32,6	58,9	26,3	38,5

Fonte: Mertz, Frédéric (2002), Les représentations sociales du travail, de l'économie et de la justice.

Para os residentes no Grão-Ducado do Luxemburgo o carácter de justiça de uma sociedade passa antes de tudo por uma garantia das necessidades básicas de todos. Em segundo lugar encontra-se, a percepção do valor do dinheiro. Em terceiro, a consideração em função dos méritos, e por último, a eliminação das desigualdades dos salários. Desta forma, o Luxemburgo valoriza uma sociedade baseada no mérito dos indivíduos (Mertz, 2002).

Assimilados estes princípios tão caros aos luxemburgueses, o imigrante português sabe que, ao fazer deles sua bandeira está a abrir cominho a um futuro promissor para os seus descendentes, enquanto ele próprio vive a vida de uma maneira bem mais cómoda, mais desafogada economicamente, mais dedicada à família e até aos amigos. Eis por que não são estranhos os números da **tabela 18**. O emigrante sente-se orgulhoso por apreciarem o seu trabalho, por mais humilde que seja, e corresponde com eficiência e disponibilidade. Somos um “povo de brandos costumes” e nos países de acolhimento, neste caso no Grão-Ducado do Luxemburgo, os portugueses são apreciados, respeitados e respeitadores. Foi com estes ingredientes que se orgulham de ter contribuído para a riqueza de quem os acolheu.

6. A vida associativa e política.

A. A vida associativa

Para os emigrantes, a integração na sociedade que os acolhe não se reduz unicamente a um factor económico, a uma força de trabalho ou a uma mão-de-obra. Numa sociedade democrática, integrar-se, ser integrado, significa também ser um cidadão, um actor social, cultural, político e religioso (Le sondage «Baleine», 1998).

Tabela 19

A vida associativa segundo a nacionalidade de origem

	<u>Média</u>	<u>Luxemburgueses</u>	<u>Portugueses</u>	<u>Italianos</u>	<u>Franceses</u>	<u>Belgas</u>	<u>Alemães</u>
Clube desportivo	44,9	51,3	24,5	29,5	26,3	33	51,1
Clube de jovens	25,9	36	5,1	8,8	3,7	4,1	7,4
Sindicato	21,6	25,1	18,9	23,1	13,3	8	12,5
Fanfarra / Coro	17,7	23,7	1,1	2,6	5,5	6,5	15,7
Associação Cultural	14,7	17,9	2,6	7,3	10,4	11,1	11,7
Grupo religioso	6,3	7,8	4,6	2,1	1,5	2,4	5,3
Grupo político	6,1	8	1,3	4,3	0	2,4	5,3
Associação de estrangeiros	3,2	1,3	4,6	9,4	6,7	3,2	4,3
Grupo folclóricos	2,6	2,3	5,8	2,4	0,8	1,4	0

Fonte: Le sondage «Baleine», 1998

A participação dos imigrantes portugueses em clubes desportivos está muito abaixo da média dos naturais do Grão-Ducado, e também das outras nacionalidades. Até a participação em clubes de jovens tem fraca representação. No entanto, no que diz respeito à associação em sindicatos, os portugueses já têm uma participação mais próxima das outras nacionalidades. Esta atitude pode ter a sua explicação no facto de ser através dos sindicatos que conseguem assimilar melhor as leis do trabalhador e terem uma voz que defenda os seus direitos, uma vez que a língua é uma barreira. São sindicalizados e é nos seus sindicatos que discutem deveres e direitos e recebem informações das mudanças de leis, etc.

A participação em grupos religiosos é semelhante à média nacional luxemburguesa. Os portugueses levaram consigo as celebrações mais importantes da sua pátria. A quinta-feira de Ascensão, em Wiltz, uma cidade do Norte, acolhe anualmente a procissão da Nossa Senhora de Fátima. Notamos que a participação em grupos políticos, por parte dos emigrantes, é muito baixa ou quase inexistente embora a média nacional luxemburguesa também seja irrelevante.

A participação mais elevada de emigrantes numa associação, em relação a outras nacionalidades, é em grupos folclóricos. Esta participação até ultrapassa a média nacional do Luxemburgo. É natural que assim seja, pois através desses grupos folclóricos os emigrantes revivem os costumes do seu país, mitigam a nostalgia da pátria, encontram e fazem novos amigos, retêm forças para continuarem a sua vida longe do torrão natal.

O Luxemburgo conta, no entanto, com muitas associações criadas por emigrantes portugueses. Estas associações são de cariz desportivo, cultural, recreativo, etc. Eis uma pequena amostra de associações de imigrantes portugueses no Luxemburgo.

Algumas associações portuguesas presentes no GDL (Grão-Ducado do Luxemburgo)

- ✓ C.A.S.A. – Centro de Apoio Social e Associativo
- ✓ Associação Cultural da Bairrada no Luxemburgo
- ✓ Câmara de Comércio e de Indústria Luso-Luxemburguesa
- ✓ UNIÃO – Centro Cooperativo
- ✓ C.C.P.L. – Confederação da Comunidade Portuguesa no Luxemburgo
- ✓ L.P.F.L. – Liga Portuguesa de Futebol no Luxemburgo
- ✓ Grupo Desportivo, Recreativo e Cultural os Lusitanos

São numerosas as associações portuguesas no Luxemburgo. E são também numerosas as associações de pais de alunos em diferentes cidades do Grão-Ducado. Estas associações de pais, são associações relativamente novas, que provam que os emigrantes se preocupam com o sucesso da escolaridade dos seus filhos e tentam acompanhar a evolução destes na escola.

Compreende-se pois que, na sua vida associativa, o emigrante português no Luxemburgo, tente aproximar-se de grupos sindicais e de associações recreativas e culturais que o ajudam a recordar as suas origens. O emigrante português associa-se aos sindicatos porque estes são os meios que lhe permitem ter alguma segurança no que diz respeito à lei laboral; ele tem muitas vezes os trabalhos mais penosos e difíceis, e existe também alguma insegurança sobre o seu futuro no local de trabalho. Por isso, o português necessita também de alguém que o ajude a compreender as leis laborais, porque estas também vão sofrendo alterações, que o emigrante tenta conhecer. Essa ajuda é fornecida pelos sindicatos, que já contam com representantes portugueses em alguns casos.

O sindicato é um elo de ligação entre as leis laborais e os operários portugueses. Este elo de ligação é importante pois, em casos específicos, alguns emigrantes procuram informações junto das associações sindicais acerca da reforma, das suas situações a nível de baixas médicas, etc.

Nas associações desportivas e recreativas, os emigrantes portugueses recriam o ambiente que conheciam nas suas terras natais. Conseguiram criar uma liga portuguesa de futebol no Luxemburgo, que junta muitos portugueses num bom ambiente e num convívio sadio entre eles. Com esta liga, conseguem abrir associações de diversos tipos. Encontramos associações que acolhem imigrantes portugueses vindos de qualquer parte de Portugal, outras ainda são associações que estão abertas aos imigrantes vindos de uma região delimitada. Estes convívios permitem ao imigrante português ter um sentimento “virtual” de estar em Portugal. Embora saiba que não está em Portugal, o convívio com outros imigrantes portugueses ajuda a passar algum tempo e ao mesmo tempo, ajuda também os filhos a saber um pouco mais sobre as origens dos pais. Estes convívios têm lugar muitas vezes aos fins-de-semana, quando a maioria dos imigrantes não trabalha, porque durante a semana, depois de um dia trabalho árduo, sentem necessidade de estar com a família ou encontrar-se com os amigos nos cafés.

B. A vida política

Nesta parte do trabalho iremos tentar entender qual é o grau de participação dos imigrantes na vida política do Luxemburgo. A pequena dimensão deste país dá uma grande importância à actualidade política.

O grau de interesse pela política por parte dos imigrantes portugueses é relativamente baixo, comparado com o grau de interesse dos nacionais.

Tabela 20

<u>Nacionalidades</u>	<u>Grau de interesse pela política</u>			
	<u>Não interessados</u>	<u>Pouco interessados</u>	<u>Interessados</u>	<u>Muito interessados</u>
Luxemburguesa	9	34	46	11
Portuguesa	24	54	19	3
Outros	13	42	38	7

Fonte: Besch, Sylvain (2002), Une citoyenneté en évolution.

A participação na vida política deste país por parte dos imigrantes portugueses é muito baixa, o que podemos constatar pela **tabela 20**. A maioria dos imigrantes portugueses não dá importância à política deste país. Cerca de um quarto deles mostra algum interesse. É interessante notar este contraste. Os imigrantes portugueses não estão interessados pela política do Grão-Ducado, embora esta lhes diga directamente respeito (como as questões da imigração, leis laborais, a segurança social, etc.) e, no entanto, procuram informações junto de outros organismos, como os sindicatos ou por vezes no consulado português.

Estamos perante uma imagem clássica de divisão da sociedade entre as camadas sociais favorecidas e as camadas desfavorecidas: as primeiras têm maior interesse pela política, dotadas, talvez, de uma consciência política mais importante, estando mais à vontade com a linguagem política. Os que têm menos interesse pela política são, geralmente, os indivíduos que têm um nível de instrução baixo ou que têm trabalhos mais pesados, desempenhados em empresas que se situam fora dos grandes centros urbanos. São sempre pouco politizados.

A importância da nacionalidade sobre o grau de interesse na política é porém importante. No que diz respeito aos outros estrangeiros, encontramos 55% que se mostram pouco ou nada interessados em política. No caso dos imigrantes portugueses, o senhor *Sylvain Besch* apresenta uma explicação para os portugueses não terem grande interesse pela política. Apresenta três motivos: têm um grau de instrução pouco elevado; são, na maioria, operários (qualificados ou pouco qualificados); e são originários de um país que conheceu uma ditadura até aos anos 70 do século passado (Besch, 2002).

Os imigrantes portugueses distinguem-se por uma participação política diferente; como se pode observar, não têm grande interesse na política e pouco participam. No entanto, parece que 7% dos emigrantes portugueses dizem já ter sido militantes de um partido e 16% já estiveram ou estão inseridos num sindicato. Estes números ultrapassam os dos próprios luxemburgueses (5% e 7%) e dos restantes dos estrangeiros vivendo no Luxemburgo (4% e 2%). No entanto, temos de ser prudentes ao analisar estes dados, visto que só 12% dos portugueses declaram ser membros de um sindicato e 2% membros de um partido, enquanto os luxemburgueses dizem que 14% são membros de um sindicato e 7% dizem-se membros de um partido político (Besch, 2002).

Na **tabela 21** podemos ver as tendências políticas dos imigrantes portugueses comparados com os luxemburgueses e os outros estrangeiros que vivem no Grão-Ducado.

Tabela 21

Tendência política dos habitantes no Luxemburgo.

	<i><u>Esquerda</u></i>	<i><u>Centro</u></i>	<i><u>Direita</u></i>	<i><u>Sem resposta</u></i>	<i><u>Total</u></i>
Luxemburgueses	21	39	18	22	100
Portugueses	9	36	11	44	100
Outros estrangeiros	21	37	15	27	100
Conjunto	20	38	17	26	100

Fonte Besch,: Sylvain (2002), Une citoyenneté en évolution.

Os estrangeiros têm mais dificuldade que os luxemburgueses em se situar no eixo de tendências políticas. Nota-se esse facto também para os imigrantes portugueses, que como podemos observar são os indivíduos que menos se situam à esquerda. No entanto, observamos que tanto os luxemburgueses como os imigrantes nesse país têm tendência para situar as suas tendências políticas ao centro.

Notamos, também, que os imigrantes portugueses são a maioria a não dar resposta sobre as suas tendências políticas. Os estrangeiros presentes no Grão-Ducado do Luxemburgo têm dificuldades em escolher um partido em caso de eleições; isto também é devido a estes não conhecerem suficientemente os partidos, os seus programas e suas propostas, e também por não darem grande interesse à política, embora confiem nela.

Pela **tabela 22** vemos a importância que os portugueses dão às instituições do Grão-Ducado. Esta confiança prova até que ponto os satisfazem essas instituições, sobretudo o sistema da segurança social, da saúde, da educação e o judicial. Todos eles são indispensáveis a uma vida com qualidade e, de certa forma, facilitada. Exceptuamos a confiança nos partidos políticos, talvez pelos motivos anteriormente apresentados.

Confiança nas instituições

	<u>Conjunto</u>	<u>Luxemburgueses</u>	<u>Portugueses</u>	<u>Outros Estrangeiros</u>
Sistema de segurança social	79	78	80	79
Sistema de saúde	78	77	87	75
Policia	72	73	69	74
Sistema da educação	68	65	84	69
ONU	65	63	70	68
Parlamento	63	62	59	67
NATO	62	60	66	66
Administração	60	58	60	64
Sistema Judicial	59	58	70	54
União Europeia	58	55	70	60
Forças Armadas	54	51	64	59
Sindicatos	52	52	55	53
Igreja	48	44	67	48
Media	46	47	41	45
Grandes Empresas	40	38	42	45
Partidos Políticos	33	35	25	30

Fonte: Besch, Sylvain (2002), Une citoyenneté en évolution.

A confiança depositada nas instituições pelos indivíduos é essencial, na medida em que pode ser considerada como forma de legitimação dos seus órgãos e dos seus poderes. As instituições que perdessem a confiança dos indivíduos dificilmente seriam aceites pelos mesmos e a falta de credibilidade levá-las-ia a ter de criar novas regras. No entanto, se os indivíduos aceitam “espontaneamente” uma instituição, podemos considerar que eles têm o sentimento que esta responde a uma necessidade colectiva legítima ou que permite defender os seus interesses. A coesão da sociedade encontra-se mais reforçada quando existe um consentimento mútuo entre as instituições e os indivíduos.

Os imigrantes portugueses dão uma grande importância a dez instituições, cujos principais sistemas são: o de segurança social, o sistema de saúde, o sistema de ensino. A confiança que os imigrantes depositam nos outros sistemas é quase semelhante à média do Grão-Ducado do Luxemburgo. No entanto, e como já analisámos, os imigrantes portugueses dão pouca importância aos partidos políticos. Um facto curioso é que os imigrantes portugueses dão uma elevada importância à igreja. A religião tem aqui um peso importante, porque os imigrantes portugueses sentem-se muito ligados a esta instituição. É uma forma de convívio também, pois em certas alturas da semana (domingos de manhã e à noite) a missa é celebrada em português.

Os imigrantes continuam ligados a esta instituição não só porque as cerimónias religiosas lhes permitem encontrar outros imigrantes portugueses, assim como também sentem algum (re) conforto. A religião é muito importante para os imigrantes portugueses, porque de certa forma depositam na sua fé a esperança de saúde e de conseguir alcançar uma vida melhor para eles e para a família. Chamamos a atenção que no período de férias (em Agosto) milhares de imigrantes vêm à sua pátria e não faltam à peregrinação que se realiza no Santuário de Fátima. Chama-se mesmo “Peregrinação dos Emigrantes”.

Outro facto estranho que se analisa é que apesar de haver uma taxa elevada de insucesso escolar por parte dos filhos, eles continuam a acreditar no sistema de ensino luxemburguês. A maioria dos imigrantes portugueses que estão no Luxemburgo, os da primeira geração, têm uma escolaridade elementar, pois só têm a quarta classe e por isso não estão preparados para acompanhar o processo escolar dos filhos, como nem sempre se sentem capazes de os ajudar na resolução dos trabalhos de casa (aqui a língua também é uma grande barreira).

Em certos casos os pais não conhecem bem o sistema escolar do Luxemburgo. Podemos esboçar uma justificação plausível que tente explicar este nível de confiança dos imigrantes portugueses perante o sistema escolar luxemburguês. Os pais são de qualquer forma obrigados a confiar os seus filhos a esta instituição, na qual depositam todas as suas esperanças para “assegurar” aos seus filhos um futuro diferente que lhes possa permitir aceder a um outro estatuto social.

O que se torna difícil de analisar neste ponto é a importância que os imigrantes portugueses dão às forças armadas e ao sistema judicial. Como podemos observar, os imigrantes portugueses não dão muita importância aos partidos políticos luxemburgueses. No entanto para a política luxemburguesa o assunto a imigração é um ponto muito importante para tratar, visto que o Luxemburgo acolhe muitos imigrantes provenientes de diversos destinos.

Já observámos o impacto que o interesse político tem sobre os imigrantes portugueses que vivem no Luxemburgo, vejamos agora qual é o sentimento democrático destes emigrantes.

O sentimento democrático segundo a nacionalidade

<i>O sentimento democrático</i>	<i>Conjunto</i>	<i>Luxemburgueses</i>	<i>Portugueses</i>	<i>Italianos</i>	<i>Estrangeiros dos países vizinhos</i>
Democrata resolutivo	28	30	18	34	34
Democrata	27	27	22	33	27
Democrata frágil	38	37	53	25	27
Antidemocrático	7	6	7	8	12

Fonte : Besch, Sylvain (2002), Une citoyenneté en évolution.

Os imigrantes portugueses destacam-se dos das outras nacionalidades por terem um sentimento frágil perante a democracia. Voltamos a recordar que os imigrantes portugueses não têm grande interesse pela política, o que também pode ajudar a entender o facto de o sentimento destes indivíduos perante a democracia ser diminuto.

Há constantemente disparidades entre os luxemburgueses e os imigrantes portugueses, que talvez se expliquem por haver uma diferença cultural, por haver experiências políticas e históricas diferentes.¹⁷

¹⁷ A experiência política vivida pelos imigrantes portugueses é muito diferente da experiência vivida pelos luxemburgueses. Assim estas diferenças políticas podem ajudar a entender os resultados obtidos.

7. O Lazer

A análise dos tempos de lazer dos imigrantes portugueses presentes no Grão-Ducado passa por conhecer os seus hábitos e os seus costumes enquanto comunidade. Incluímos no período de lazer, além da leitura dos jornais, a televisão (RTPi e canais em idioma francófono), escuta de rádios locais em português ou francês (muito interesse pelos noticiários), passeios com a família, “*bricolage*”, jardinagem, cultura de alguns produtos hortícolas, visitas aos familiares e amigos, associações recreativas, culturais e desportivas, preparação de festas, etc.

O descanso também faz parte do lazer, e, como vimos anteriormente, os imigrantes portugueses criaram uma série de associações desportivas e culturais onde se reúnem. Estas associações desportivas e culturais têm diferentes propósitos: um deles passa pela reunião com outros imigrantes, criando desta forma um laço forte entre todos, parecendo uma irmandade.

O idioma mais utilizado para fazer anúncios nos periódicos do Grão-Ducado do Luxemburgo é o francês. A língua tem na população um peso importantíssimo e é esse idioma que os nossos imigrantes mais depressa “arranham”; com esses poucos conhecimentos conseguem encontrar nos anúncios o que muitas vezes procuram. O francês é pois o idioma que escolhem mais para as suas leituras, 89,9%; só 2% preferem os jornais em luxemburguês e estes são imigrantes da segunda geração. Por sua vez, os luxemburgueses lêem mais (como é obvio) em luxemburguês, 57,6%, enquanto 35,1% preferem o francês e só 7,2% escolhem os periódicos escritos em alemão. Ou seja, os imigrantes portugueses participam activamente para este resultado, pois nos locais de trabalho e convívio com outras pessoas utilizam o francês para comunicar. No que diz respeito à nacionalidade, é evidente que os luxemburgueses utilizam fluentemente o luxemburguês na leitura dos seus diários ou hebdomadários.

Os imigrantes portugueses e os italianos escolhem o francês para os anúncios (88% dos italianos e 90% dos imigrantes portugueses). O francês é o idioma que une as diferentes comunidades no Luxemburgo. A utilização do francês marca assim a possibilidade da população estrangeira se fazer compreender pelo conjunto da população estabelecida no Luxemburgo.

Tabela 24**Idioma escolhido para fazer anúncios nos periódicos**

<u>Total</u> <u>Nacionalidade</u>	<u>Efectivo</u>	<u>Francês</u>	<u>Luxemburguês</u>	<u>Alemão</u>
	1938	48,2	42,4	8
Luxemburguês	1349	35,1	57,6	7,2
Português	235	89,9	2	1,4
Italiano	94	87,8	7,9	3,2
Francês	71	89,4	8,5	2,1
Belga	58	82,3	8,9	6,6
Alemão	45	16,5	22,8	59,3

Fonte: Le Sondage «Baleine», 1998

A **tabela 24** indica-nos quais os idiomas mais usados nos periódicos do Grão-Ducado para fazer vários tipos de anúncios. Na tabela seguinte iremos ver quais os jornais que os imigrantes, segundo a idade, lêem mais.

Tabela 25**Idioma principal dos quotidianos e jornais (em %)**

	<u>Efectivo</u>	<u>Alemão</u>	<u>Francês</u>	<u>Luxemburguês</u>	<u>Português</u>	<u>Inglês</u>	<u>Italiano</u>
Total	1790	58,8	29,1	6,3	2,8	1,7	0,7
Idade							
18 - 24	201	60,8	32,1	4,1	1,9	0,6	0,2
25 - 34	429	54,9	34,8	4,8	2,7	1,9	0,5
35 - 49	579	58,5	27,8	4,2	4,4	3	0,8
50 - 59	300	60,8	26,7	7,3	2,5	0,9	1,2
60 - 70	300	61,1	24,1	13,2	0,5	0,3	0,9
Nacionalidade							
Luxemburguesa	1293	71,3	19,7	8,2	0	0,8	0
Portuguesa	184	11	61,3	1	26,7	0	0
Italiana	75	29,2	53,2	0,4	0	0	17,2
Francesa	64	10,3	87,5	2,2	0	0	0
Belga	51	21,6	62,9	3,2	0	4,1	0
Alemã	46	90,7	4,9	1,5	0	2,9	0

Fonte : Le Sondage «Baleine», 1998

Os imigrantes portugueses lêem mais periódicos em francês do que em português. O facto do alemão ser um idioma mais falado que o luxemburguês leva os naturais do Luxemburgo a preferirem os jornais alemães.

Os imigrantes portugueses dão mais importância aos jornais escritos em alemão (11%) do que aos escritos em luxemburguês (1%), devido à dificuldade desta nova língua.

No que diz respeito ao idioma de escuta de rádio e visualização da televisão, os dados vão permitir analisar as atitudes profundas perante os idiomas. Enquanto que o idioma francês é utilizado no trabalho e até para fazer as compras, porque se torna um idioma mais ou menos imposto por coacção externa, os indivíduos são livres de escolher o idioma na televisão ou na rádio. 40% do total dos residentes vêem a televisão em língua alemã, 34% os programas em francês e 18% em língua luxemburguesa. 8% do total dos residentes escolhem idiomas diferentes como o inglês, o italiano, o espanhol e o português.

É interessante conhecer igualmente os idiomas em que os residentes preferem ouvir os programas de rádio. O principal idioma é o luxemburguês, seguido do francês, do alemão e, por último, ao português. Também os luxemburgueses preferem escutar as rádios em luxemburguês, e em segundo lugar, é que escutam as rádios em alemão. Os emigrantes portugueses, no entanto, dão preferência às rádios de expressão portuguesa, escolhem em segundo lugar as rádios de idioma francês e um número significativo houve as rádios em luxemburguês, 20%.

Tabela 26

Principal idioma de escuta de rádio

	<u>Efectivo</u>	<u>Luxemburguês</u>	<u>Francês</u>	<u>Alemão</u>	<u>Português</u>
Total	1824	64,5	16,4	11,9	5,2
Nacionalidade					
Luxemburguesa	1278	81,5	5,4	12,4	0
Portuguesa	226	20,4	35,6	2,2	41,4
Italiana	77	49	40,1	3,7	0
Francesa	68	11	84,9	3	0
Belga	53	14,2	74,9	10	0
Alemã	45	41,5	3,4	55,1	0

Fonte : Le sondage «Baleine», 1998

O facto dos imigrantes portugueses escutarem mais a rádio em português é devido a vários factores. Um deles é porque conseguem ter acesso às notícias de Portugal e conseguem ouvir igualmente músicas portuguesas. Por outro lado, as rádios que emitem em português transmitem informações preciosas sobre o Grão-Ducado.

Existem vários tipos de programas nas rádios destinados a ajudar os imigrantes portugueses. Há um programa na “Rádio Latina” que se destina ao imigrante português em geral e que aborda vários tipos de situações laborais e sociais, esclarecendo o trabalhador emigrante. Nessa estação o imigrante pode informar-se individualmente, colaborar com o programa e ouvir conselhos de peritos.

Outra diferença que podemos apontar nos lares dos imigrantes portugueses em relação aos luxemburgueses é na frequência dos cafés ou bares. Os imigrantes portugueses fazem dos cafés ou bares ponto de encontro para convívio e trocas de informações acerca de trabalho e de experiências de vida. Estes encontros permitem aos imigrantes fugir à realidade dura do trabalho; estes momentos podem relaxá-lo, aliviar-lhe o stress e a pressão nervosa em que tantas vezes se encontra. É que viver com nostalgia da pátria é sempre stressante e psicologicamente torturante.

A assiduidade dos imigrantes portugueses é semelhante à dos luxemburgueses no que diz respeito à frequência de cafés, embora os objectivos não sejam os mesmos, como facilmente se depreende.

Tabela 27

A frequência dos cafés segundo a nacionalidade

<u>Frequência</u>	<u>Todos %</u>	<u>Luxemburgueses</u>	<u>Estrangeiros</u>	<u>Portugueses</u>
	2002	1373	629	258
Quase todos os dias	11,1	10,1	13,3	11,8
Algumas vezes por semana	20,3	21,4	17,9	15,6
1 vez por semana	21	21,1	20,9	22,4
1 a 3 vezes por mês	24,4	24,5	24,2	19,8
Algumas vezes por ano	12	12,4	11,1	14,6
Menos frequente	6,5	6	7,6	10,1
Nunca ou Quase nunca	4,6	4,5	4,9	5,7
Várias vezes por semana	31,4	31,5	31,2	27,4
Uma a quatro vezes por mês	45,4	45,6	45,1	42,2
Algumas vezes por ano ou quase nunca	23,1	22,9	23,6	30,4

Fonte : Le sondage «Baleine», 1998

8. Ligações com Portugal

As questões que vamos analisar focam essencialmente o comportamento dos imigrantes que vivem no Grão-Ducado do Luxemburgo, evidenciando o dos portugueses. Este estudo torna-se interessante na medida em que vai permitir examinar o sentimento dos imigrantes face à sociedade do país de acolhimento. É bem perceptível a diferença entre o comportamento dos que deixaram Portugal e o dos que nasceram no Grão-Ducado (a segunda geração).

Sabemos que na maioria dos imigrantes presentes no Luxemburgo prevalece o sonho de regresso, sendo este uma meta a atingir, mas que só pode ser possível reunidas certas condições: quando um ou os dois pais estão aposentados, quando os filhos terminam o ensino secundário (preparados para entrar na universidade), ou quando julgam ter amealhado um “pé de meia” suficiente para lhes permitir uma permanência desafogada, incluindo a possibilidade da compra de um apartamento na cidade onde os filhos vão frequentar os estudos superiores. Como podemos calcular, certos indivíduos optam pela espera da sua reforma ou fazem tudo para a conseguir antes do tempo (invocando motivos de doenças, causadas muitas vezes pela dureza do trabalho). Em muitos casos os da segunda geração fazem questão em não deixar o Grão-Ducado, seu país natal. Foi nele que deram os primeiros passos, fizeram os primeiros amigos, frequentaram as suas escolas, em suma, viveram a sua infância e sua adolescência. Foi com os costumes luxemburgueses que tiveram os primeiros contactos, razões mais que suficientes para se sentirem filhos dessa pátria. Com ela têm muito mais afinidades do que com a pátria de seus pais, mesmo que a esta os acompanhem todos os anos durante o período de férias.

Segundo Sofia Afonso, a segunda geração de origem ou de naturalidade portuguesa entra na cena cultural, social, económica e política do país de acolhimento dos pais. O grosso dessa segunda geração nasceu nesse país. Portugal torna-se para a sua maioria, um país de referência, mas de origem. Actores diferentes, com dificuldades diferentes, com necessidades diferentes, que pela sua condição de pertença plural, se encontram num plano social, económico e político diferente do dos pais. [...] Não podemos trabalhar com o conceito de regresso para os jovens de origem portuguesa, ou seja, aqueles que nasceram no país de acolhimento dos pais, pois estes não foram os actores directos desse percurso migratório. (Afonso, S., 1997).

Caso os imigrantes chamados da segunda geração sejam naturalizados no Luxemburgo, se quiserem residir em Portugal são eles que, neste país, passam a ser imigrantes (neste caso Portugal tornar-se-ia o seu país de acolhimento). Pelo exposto fica demonstrado que o interesse de permanência – regresso varia consoante as condições socioeconómicas e familiares dos portugueses no Luxemburgo.

O estudo de uma sondagem torna-se importante para obter uma radiografia do pensamento e sentimento dos imigrantes em relação à sua integração no país de acolhimento.

Tabela 28

A que país tem o sentimento de pertencer

	<u>Total dos estrangeiros %</u>	<u>Imigrantes Portugueses %</u>
Ao Luxemburgo	34	19
Ao país de origem	32	48
Ao país de origem dos pais	5	
A um e a outro	23	23
Nem a um, nem ao outro	4	
Sem resposta	2	
Total	100	90

Fonte Dubajic, Néand (2002), Les relations aux autres dans une société multiculturelle.

Constatamos que 34% dos imigrantes (todas as nacionalidades reunidas) que vivem no Luxemburgo têm um sentimento de pertencer a este país, enquanto, com uma percentagem semelhante, 32% dos estrangeiros têm o sentimento de pertencer ao seu país de origem. Curiosamente, 23 % têm afecto aos dois países. Notamos uma disposição moderada por parte dos indivíduos? Entre os imigrantes portugueses, que foram dos últimos a chegar ao Grão-Ducado, encontramos 48% que têm apego a Portugal, 23% que têm o sentimento de pertencer aos dois países e somente 19% têm o sentimento de apego ao Luxemburgo (Dubajic, 2002).

Agora cabe-nos analisar também qual é a relação destes com Portugal. As relações com este país de origem constituem um factor para apreciar a bi-culturalidade ou o modo e valor de integração na sociedade luxemburguesa. Esta relação pode ser observada a partir de projectos de regresso ou por regressos mais ou menos regulares ao país de origem como nos indica a **tabela 29**.

Regresso e projectos de regresso ao país de origem

Quanto tempo deseja ficar no Luxemburgo?	Total	Portugueses	Italianos
Desejo de regresso	14	26	4
Desejo de ficar até a reforma	12	20	6
Para sempre	50	30	87
Sem resposta	24	24	3
Regressa ao seu país durante o período de férias?			
Pelo menos uma vez por ano	59	75	41
Todos os dois anos ou três anos	14	13	33
Menos frequente	14	8	19
Nunca	6	1	3
Acolhimento no regresso ao país de origem			
Sinto-me aceite	76	71	75
Sinto-me como um estrangeiro	16	26	16
Sinto-me rejeitado	1	1	0

Fonte Dubajic, Néand (2002), Les relations aux autres dans une société multiculturelle.

O grau de inserção social dos estrangeiros pode ser medido através do desejo ou a vontade de se instalarem definitivamente no país de acolhimento ou, pelo contrário, através do projecto de regresso ao seu país de origem.

Globalmente, 50% dos estrangeiros que vivem no Grão-Ducado desejam lá ficar para sempre, porque apreciam a maneira de viver no Luxemburgo. Somente 14% exprimem uma intenção de regresso logo que seja possível, 12% esperam pacientemente pela reforma e 24% estão indecisos no que diz respeito ao regresso.

Os indivíduos mais decididos a ficar e a continuar a fazer vida no Luxemburgo são os estrangeiros que para lá se deslocaram há mais tempo (caso dos italianos). No caso português, encontramos 46% de imigrantes que querem regressar a Portugal, contra 30% que desejam instalar-se definitivamente (24% não têm opinião). Desta forma, os portugueses, cuja imigração é mais recente, são relativamente mais numerosos a considerar um regresso definitivo ao país, mas também hesitam entre ficar ou partir.

O apego, mais ou menos importante, ao país pode ser apreciado através das visitas ao seu país de origem. É interessante constatar que os portugueses voltam frequentemente à sua terra natal, exceptuando talvez os que nos primeiros fluxos emigratórios demandaram terras de Vera Cruz. Para estes, que optaram por uma emigração transoceânica, as suas terras de origem ficavam longe e muito dispendiosas se tornavam as viagens, o que inviabilizava visitas frequentes.

O nível de vida que encontraram também lhes não permitia, em muitos casos, um regresso definitivo. Para os que escolheram a emigração transpirenaica o caso é bem diferente, pois conseguiram níveis económicos de razoáveis a bons e as suas terras de origem ficam-lhes a “*dois passos*”.

Neste ponto iremos abordar alguns dos comportamentos socioculturais relevantes dos emigrantes portugueses. Apoiando-nos na **tabela 30** iremos tentar entender este comportamento.

Tabela 30

Algumas práticas dos emigrantes portugueses entre eles e com Portugal

Respostas «importante» e «muito importante»	%
Contactos com os pais que ficaram no país	94
Regresso anual ao país	80
Aprendizagem da língua portuguesa	77
Conviver com portugueses no Luxemburgo	70
Participar nas festas da comunidade	61
Participar na vida das associações da comunidade	55
Celebrar o baptismo na terra de origem	48
Celebrar o casamento na terra de origem	47
Participar nas festas da Nossa Senhora de Fátima em Wiltz	47

Fonte Dubajic, Néand (2002). Les relations aux autres dans une société multiculturelle.

Como já referimos, os laços com a família parecem ter uma grande importância para os portugueses. A vontade e a necessidade de contacto frequente com o solo pátrio são concretizadas pela prática de visita ao país de origem durante as férias anuais.

Quanto aos seus filhos, a aprendizagem da língua e cultura maternas é indispensável para manter os laços com a família que ficou em Portugal, mas também com a comunidade portuguesa no Luxemburgo.

Se o espírito de família tem um grande peso, o espírito de comunidade também tem uma grande relevância. De facto, os encontros entre imigrantes são considerados por 70% como sendo muito importantes, e o facto da participação em festas organizadas pela comunidade ter uma percentagem de 61% mostra como o imigrante português procura a sua cultura. Também é alta a percentagem de participação em associações da comunidade portuguesa (55%).

O imigrante guarda contacto com o país de origem com visitas regulares (uma vez por ano, de dois em dois ou de três em três anos) mas também por outros meios como o telefone e o correio (e recentemente já começa a usar o correio electrónico).

Os portugueses são os que guardam mais contacto directo com as famílias, enquanto que os italianos fazem visitas mais espaçadas ao seu país de origem. Para além das visitas regulares, os portugueses encontram-se mais frequentemente entre eles; quer seja nos locais de trabalho, nas diversas associações ou pelas festas organizadas pela comunidade.

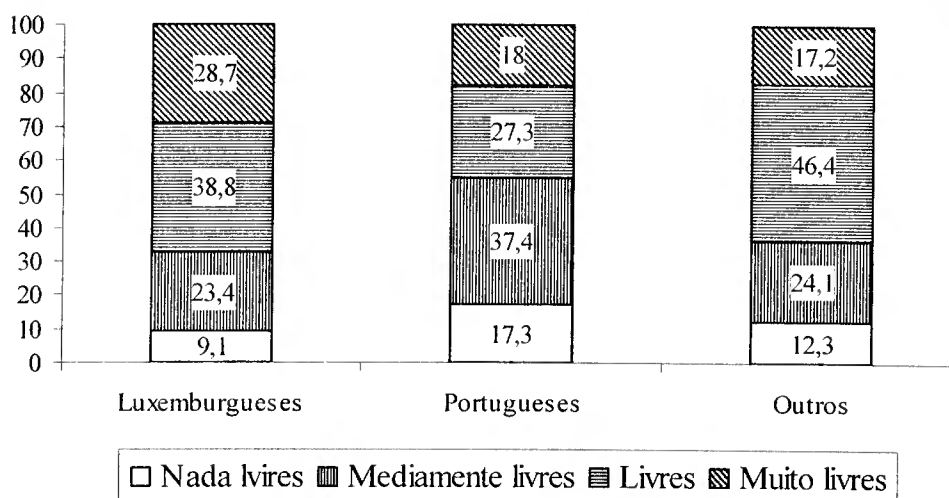
Para concluir este ponto, podemos afirmar que estes procuram funcionar segundo o modelo da “*dupla inserção*”. Este modelo caracteriza-se por um forte apego ao país de origem, alimentado pelas visitas regulares, e pela existência de uma solidariedade com o país de acolhimento, que permite manter os laços entre as duas culturas segundo uma lógica de vai e vem migratório.

O apego ao país de acolhimento existe e é muito forte como constatámos, a maioria dos estrangeiros (de todas as nacionalidades) que vivem no Luxemburgo tem o desejo de aí se instalar definitivamente. A alternativa decisiva entre o regresso ao país de origem e a integração no país de acolhimento não se questiona em termos de ruptura, mas sim em termos de processo. Os italianos que vivem no Luxemburgo fornecem um bom exemplo, pois hoje são indivíduos que marcam a sua presença participando em associações, na política, em clubes sociais... Resta observar como é que as coisas vão evoluir com o passar do tempo, tanto para os italianos, que já provaram estar integrados no Grão-Ducado do Luxemburgo, como para os portugueses, cujo caminho parece estar traçado e parece estar a ser bem percorrido.

Na parte que se segue iremos falar sobre outros sentimentos que os indivíduos (naturais e imigrantes) têm em relação ao seu país (de origem ou de acolhimento). Iremos tentar descobrir se eles julgam ter o domínio sobre as suas vidas. O sentimento de livre arbítrio ou, em alternativa, o das suas vidas serem determinadas por um certo poder que lhes limita as liberdades e/ou lhes impõe um determinismo que eles têm relutância em aceitar. Querem ser senhores das suas próprias vontades, de combinarem no seio das suas famílias a resolução dos seus problemas sem interferências de terceiros.

O sentimento geral é de liberdade e muito difundido nos diversos grupos da população: as diferenças são irrelevantes. Podemos por isso afirmar que os sentimentos que conduzem a vida dos imigrantes no Luxemburgo são comuns ou quase comuns a todos eles.

No entanto, quando se faz uma análise mais pormenorizada, aparecem divergências que merecem ser analisadas. Onde surgem as diferenças é na opinião das diversas nacionalidades, como indica o **gráfico 10**.

O sentimento de livre arbitrio segundo as nacionalidades

Fonte: Michel Legrand, Qu'est-ce qui fait vivre les habitants au Grand-duché de Luxembourg ?2002.

Os residentes portugueses consideram-se os menos totalmente livres (18%) e os luxemburgueses são os que se consideram mais totalmente livres (28,7%), os outros residentes sentem-se livres em maior percentagem que os luxemburgueses e os portugueses, com a curiosidade de se sentirem muito “*livres*” em menor percentagem. O seu sentimento de serem “*livres*” ultrapassa a percentagem dos luxemburgueses, 46,4% contra 38,8%, enquanto os portugueses se ficam pelos 27,3%. Os portugueses atingem a taxa mais elevada quando adicionamos os itens “nada livres” e “medianamente livres” (55%, ou seja, uma diferença de 19 pontos percentuais em relação à média da amostra, que é de 36%).

Os cidadãos do Grão-Ducado parecem estar divididos quanto aos benefícios e aos riscos que correm com presença de estrangeiros.

Mas a análise não se vai cingir à posição dos naturais, como também vai tomar em conta as opiniões dos portugueses; veremos, desta forma, quais as diferenças entre estas duas nacionalidades.

Tabela 31

Factor de integração segundo a nacionalidade e faixa etária

	Conhecer o Luxemburgo	Ter um trabalho	O sucesso escolar dos filhos	Beneficiar dos mesmos direitos e deveres	Partilha das riquezas culturais	Falar as três línguas	Integrar e guardar os costumes	Entrar em associações luxemburguesas	Esforços e compromissos	Adquirir a nacionalidade luxemburguesa
Conjunto	39%	34%	10%	30%	33%	17%	33%	19%	42%	7%
Nacionalidade										
Luxemburgueses	43	36	10	23	28	18	27	22	40	10
Portugueses	21	33	11	55	48	16	42	12	38	2
Outras	33	31	9	39	38	14	44	15	51	2
Faixa etária										
Menos de 25 anos	33	30	8	31	33	16	31	18	38	8
25 a 34 anos	36	28	8	32	34	12	34	12	41	1
35 a 49 anos	35	29	7	34	36	19	38	19	46	6
50 a 59 anos	34	42	6	23	28	16	33	25	41	13
60 anos e mais	51	45	18	26	31	19	26	22	41	11

Fonte: Dubajic, Néand (2002). Les relations aux autres dans une société multiculturelle.

No geral, as opiniões citadas e que têm um valor superior a 30 pontos percentuais são os itens seguintes: esforço e compromisso (42%), conhecer o Luxemburgo (39%), ter um trabalho (34%); a partilha das riquezas culturais e a integração, mas guardando os costumes, atingem a importância de 33% e, por último, surge o facto dos imigrantes poderem beneficiar dos mesmos direitos e deveres, com 30%. Os itens cuja proporção não ultrapassa os 20% são: o facto de entrar em associações luxemburguesas (19%), falar as três línguas usuais do país (17%), o sucesso escolar dos filhos (curiosamente, só obtém 10%) e, por fim, a aquisição da nacionalidade luxemburguesa, que atinge os 7%.

A tabela mostra-nos que a concepção de integração varia, principalmente, em função das nacionalidades e permite compreender as formas de reivindicação que emanam das diferentes comunidades vivendo no Luxemburgo.

Para os luxemburgueses o conhecimento da língua luxemburguesa representa, para além de factor sem o qual não é possível a integração, a vontade dos imigrantes se integrarem no país de acolhimento.

Como veremos a importância que os autóctones dão à língua nacional (língua oficial desde 1984) enquanto factor de unidade da identidade nacional, mas trata-se de conhecer bem a língua luxemburguesa e não o conhecimento das três línguas oficiais do país (luxemburguês, francês, alemão).

Quanto à aquisição da nacionalidade luxemburguesa não aparece como sendo primordial para o Luxemburguês em geral. Será que o conhecimento da língua luxemburguesa por parte dos imigrantes é para aqueles tão importante que quase se poderia afirmar que se trata de uma “*reivindicação*” por parte dos luxemburgueses? É uma questão à qual não vamos responder neste trabalho por estar fora dos seus objectivos.

Os portugueses dão prioridade à igualdade de direitos sociais e políticos e uma grande importância à igualdade cultural, na medida em que a sua concepção de integração se baseia no direito de preservar os costumes do país de origem. Ao item que diz respeito a falar as três línguas os portugueses dão uma importância relativa, cuja percentagem não atinge os 20%. Facto curioso é vermos que o conhecimento da língua é um factor essencial para a integração num país (é a língua que vai permitir a criação de laços entre os nacionais e os estrangeiros).

As outras nacionalidades que estão presentes no Luxemburgo referem-se a uma mistura de princípios gerais e a uma generalidade de ideias concretas: os esforços e os compromissos de integração são articulados com a igualdade dos direitos e deveres e com a partilha das riquezas culturais.

Quando se trata de falar sobre a questão de acolhimento dos estrangeiros os luxemburgueses nem sempre têm respostas muito favoráveis. Estão receptivos ao acolhimento de imigrantes e/ou refugiados se de facto houver condições para os receber. Estas condições de acolhimento passam por proporcionar um certo bem-estar e trabalho a estes indivíduos.

No conjunto podemos constatar os três tipos de posições que os habitantes do Luxemburgo tomam em relação à tolerância e intolerância (ver **tabela 32**). No item que diz respeito à recusa da tolerância, 16% dos indivíduos nunca dão uma resposta favorável a um estrangeiro. O item da indiferença sem ostracismo ronda 60% dos indivíduos que aceitam o próximo sem grandes dificuldades.

O último item – aceitação do outro – atinge os 24%, o que significa que os indivíduos são favoráveis aos estrangeiros qualquer que seja a situação em que estes demandam o seu país.

Tabela 32

Tolerância e intolerância segundo as nacionalidades

	Recusa à tolerância	Indiferença sem ostracismo	Aceitação do outro
Conjunto	16	60	24
Nacionalidade			
Luxemburgueses	20	58	22
Portugueses	6	68	27
Outros	11	62	27

Fonte Dubajic, Néand (2002). Les relations aux autres dans une société multiculturelle.

Constatamos que no critério da “*aceitação do outro*”, as opiniões não divergem muito, segundo a nacionalidade. Das pessoas interrogadas para esta sondagem encontramos 20% dos luxemburgueses que nunca dão uma resposta favorável aos imigrantes; o mesmo item só atinge os 6% no caso dos portugueses e 11% nas outras nacionalidades. Para um país de pequena dimensão geográfica e com 38% de imigrantes, os autóctones têm um grande espírito de abertura perante as outras nacionalidades.

A. Processo de naturalizações

A análise da integração continua o seu rumo com o estudo do processo das naturalizações. Este estudo tem uma grande importância, pois partindo do pressuposto que o imigrante se sente integrado, ele vai querer obter a naturalização, o que revela um sentimento de apego ao país que o acolheu. Como já referimos acima, os da segunda e os da terceira geração são os que mais apego têm ao país onde nasceram, e decorre desta situação que queiram ser considerados como nacionais e não como filhos de outras pátrias.

Ao contrário do que muitos indivíduos julgam, a lei do Luxemburgo não reconhece a dupla nacionalidade. Este ponto é cada vez mais um assunto ao qual os políticos dão uma grande importância. Como já referimos, a política luxemburguesa tem conseguido gerir de maneira exemplar os seus assuntos internos. Face a uma população luxemburguesa que conhece um aumento da sua demografia (ajudado pelos imigrantes de longa data), os políticos têm de ter em consideração o peso que os imigrantes representam para o país mas também a alta percentagem que atingem, não podendo deixar descaracterizar os seus naturais.

Se no passado os políticos tinham como objectivo uma ascensão económica (nos anos do pós guerra) com a ajuda do trabalho dos imigrantes, o pensamento de hoje está sobretudo relacionado com a assimilação dos imigrantes.

Por este motivo é importante conhecer a posição legal do Luxemburgo em matéria de naturalização.

Como já referimos, alguns dos imigrantes procuram obter a nacionalidade luxemburguesa movidos por vários motivos. Um dos principais é a decisão que o imigrante toma de viver definitivamente com a sua família no Grão-Ducado; o segundo é a vontade dos imigrantes da segunda geração e da terceira geração (em alguns casos pontuais) quererem mesmo ter a nacionalidade luxemburguesa para mais fácil acesso a empregos que só podem ser desempenhados por luxemburgueses; por fim, é no Grão-Ducado que têm todas as suas referências.

A maioria dos veteranos portugueses que emigraram para o Luxemburgo, nos anos de grandes fluxos, querem manter a sua nacionalidade. No que diz respeito aos da segunda geração e da terceira geração (e como a maioria dos pais tem o sonho de regresso à sua terra natal), mantêm a nacionalidade dos seus pais para os não contrariarem nem irem contra a sua vontade. Esta medida é perfeitamente lógica: não sabem ao certo qual vai ser o período que vão viver no Luxemburgo, não sabem se vão ficar definitiva ou temporariamente, e os pais optam por fazer as “*démarches*” junto do consulado português para que os seus filhos tenham a nacionalidade portuguesa. No entanto, à medida que os filhos vão crescendo, evoluindo e entrando no mundo do trabalho no Luxemburgo, procuram convencer os seus progenitores dos benefícios que adviriam da sua naturalização¹⁸.

¹⁸ Os da segunda e terceira geração procuram na naturalização uma integração total no país, na sociedade em que cresceram e em que vivem, este é o sentimento do qual já falámos várias vezes.

Como já foi referido, o Estado Luxemburguês não reconhece a dupla nacionalidade aos imigrantes portugueses, por isso estes têm duas vias para se tornarem cidadãos luxemburgueses: a via da naturalização e a via da opção (*La nationalité Luxembourgeoise, Commentaire pratique, Texte coordonné de la loi du 22 février 1968 sur la nationalité luxembourgeoise, telle qu'elle a été modifiée, 2002*).

A) Para a naturalização: o pretendente tem de preencher as seguintes condições:

- ✓ Ter atingido a idade de 18 anos
- ✓ Ter residido de facto no Grão-Ducado durante um período de pelo menos 5 anos consecutivos precedentes ao pedido da naturalização
- ✓ Ter tido autorização de estadia no Grão-Ducado
- ✓ Justificar uma integração suficiente, o que implica ter um conhecimento activo e passivo de pelo menos uma das três línguas oficiais do Grão-Ducado (a saber a língua luxemburguesa, francesa e alemã) e de ter no mínimo um conhecimento básico da língua luxemburguesa.

B) A opção: A lei do Luxemburgo enumera seis hipóteses segundo as quais se pode adquirir a qualidade de luxemburguês por opção.

- ✓ Ter nascido no Luxemburgo de pais estrangeiros (art. 19,1º).
- ✓ Ter nascido de um pai estrangeiro que por sua vez é de origem luxemburguesa (art. 19,2º).
- ✓ Ser estrangeiro(a) casado(a) com um(a) luxemburguês(a). O estrangeiro(a) tem a faculdade de optar pela nacionalidade depois do casamento (art. 19,3º).
- ✓ Ser filho de pais estrangeiros e ter completado a escolaridade obrigatória no Luxemburgo (art. 19,4º).
- ✓ Ter sido adoptado por um(a) Luxemburguês(a) (art. 19,5º).
- ✓ Ter como tutor um individuo que adquiriu a nacionalidade luxemburguesa e que, até à maioridade (18 anos), exercia sobre ele(a) o direito de tutela (art. 19,6º).

Estes dados têm uma grande importância porque nos vão permitir analisar as seguintes tabelas, que nos indicam quais os portugueses que abdicaram da nacionalidade portuguesa para a luxemburguesa e sob que circunstâncias.

No entanto, antes de nos alargarmos pelo estudo das mudanças de nacionalidade, chamamos a atenção para o quarto ponto que permite obter a nacionalidade luxemburguesa pela naturalização. Esta condição, o conhecimento básico da língua luxemburguesa, é um ponto importantíssimo para os nacionais, porque revela que a pessoa fez um esforço para a aprendizagem e domínio da língua, e que está adaptada e *de facto* integrada na sociedade.

No caso das opções, a tabela seguinte vai demonstrar que os portugueses recorrem essencialmente a três tipos de opções: as do artigo 19,1º, artigo 19,3º e a opção do artigo 19,4º. Estas opções mostram claramente quais são os requisitos que os imigrantes portugueses têm de preencher para poderem optar pela nacionalidade luxemburguesa.

A seguir podemos analisar a **tabela 33** e o **gráfico 11**, que nos vai revelar outros dados curiosos.

Tabela 33

Os imigrantes portugueses que adquiriram a nacionalidade luxemburguesa

Ano	Naturalizações	Opção							Procedimentos Totais
		art. 19, 1º	art. 19, 2º	art. 19, 3º	art. 19, 4º	art. 19, 5º	art. 19, 6º	Total	
1961	0	0	0	1				1	1
1962	1	1	0	0				1	2
1963	0	0	0	0				0	0
1964	0	0	0	0				0	0
1965	0	0	0	0				0	0
1966	0	0	0	0				0	0
1967	0	0	0	0				0	0
1968	0	0	0	0				0	0
1969	0	4	0	2				6	6
1970	0	0	0	0				0	0
1971	0	0	0	1				1	1
1972	0	0	0	0				0	0
1973	0	0	0	4				4	4
1974	0	0	0	3				3	3
1975	0	2	0	5				7	7
1976	2	0	0	4				4	6
1977	5	2	0	4				6	11
1978	3	0	0	6				6	9
1979	2	0	0	2				2	4
1980	2	0	0	5				5	7
1981	7	0	0	1				1	8
1982	3	0	0	3				3	6
1983	0	0	0	0				0	0
1984	3	0	0	2				2	5
1985	4	0	0	7				7	11
1986	11	3	0	4				7	18
1987	11							0	11
1988	12							0	12
1989	25	0	0	0				7	32
1990	19	0	0	0				55	74
1991	18							24	42
1992	16	0	0	0				42	58
1993	15							34	49
1994	30							70	100
1995	17							125	142
1996	36							138	174
1997	24	63		7	16			86	110
1998	19	98		16	33			147	166
1999	21	74		13	19			106	127
2000	42	88		8	12			108	150
2001	38	41		5	10			56	94
2002	45							112	157

Fonte: Ministère de la Justice – Luxembourg, 2003

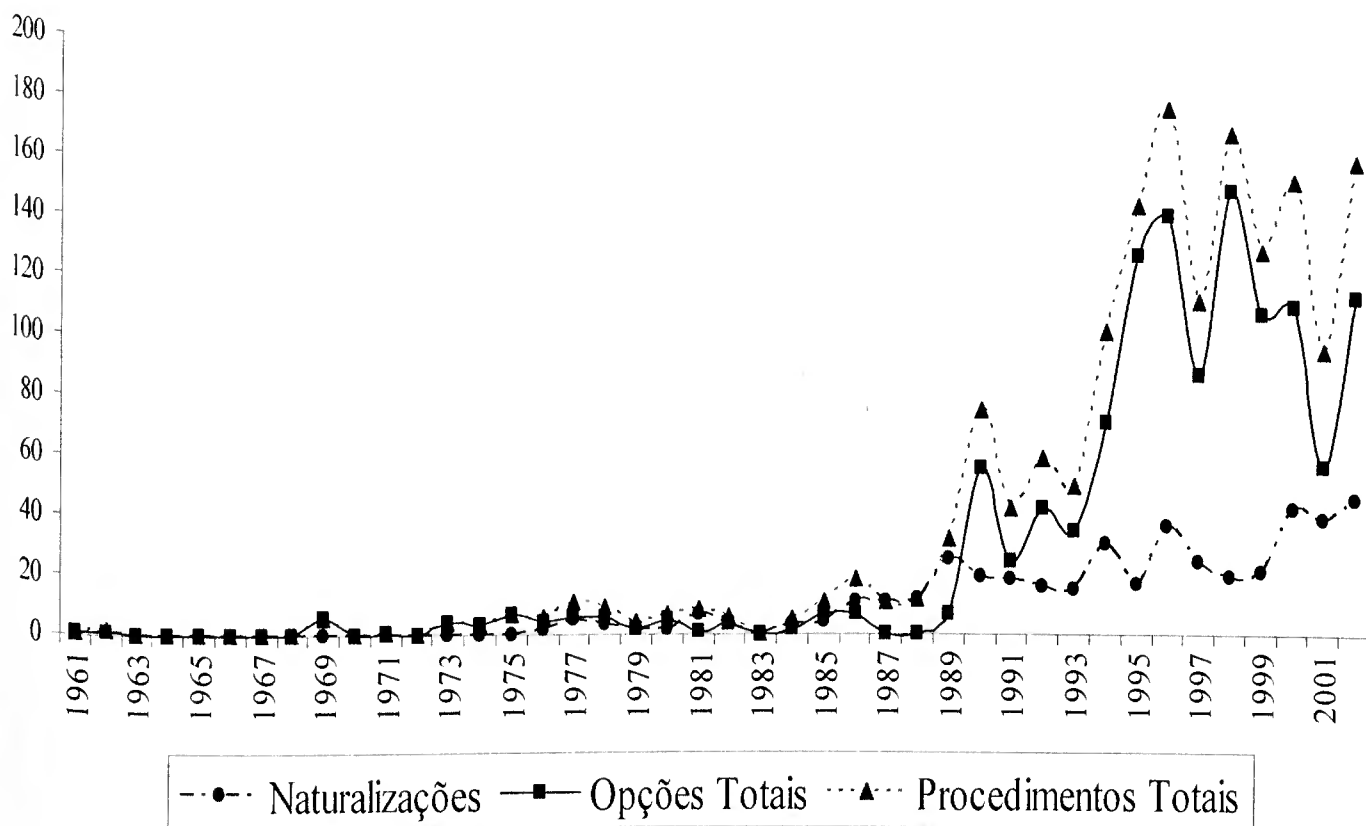
Constatamos que já na década dos anos 60 há casos em que os portugueses mudam de nacionalidade. Vejamos alguns casos. Em 1961, há um imigrante que abdica da sua nacionalidade para a luxemburguesa, preenchendo os requisitos do art.19,3°. Ou seja, casou com um cônjuge luxemburguês. Notamos que, em 1969, 4 indivíduos de nacionalidade portuguesa optaram pela luxemburguesa, porque tinham nascido no Grão-Ducado e preenchiam todos os requisitos a essa naturalização. Já na década de 70 outros dados indicam que alguns mudam de nacionalidade por preencherem a exigência do artigo 19,4° – finalizaram a escolaridade obrigatória no território luxemburguês.

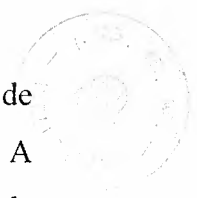
Realçamos aqui o facto de os imigrantes portugueses não pedirem a naturalização ao abrigo do art.19,2°, art.19,5° e art.19,6°.

Para além deste facto relevante também encontramos informações no gráfico (que a tabela também demonstra); podemos ver com clareza a evolução no tempo da mudança das nacionalidades, o que nos vai permitir chegar a outra conclusão importante.

Gráfico 11

Imigrantes tendo adquirido a nacionalidade luxemburguesa





O gráfico mostra claramente que os portugueses começam a mudar de nacionalidade na década de noventa. Porque até então esses casos eram pontuais. A mudança de nacionalidade torna-se importante da década de noventa até aos dias de hoje. Este facto pode ser explicado pelo maior peso das segunda e terceira geração e pelo aumento da identificação e sentimento de integração do país. O pedido de nacionalidade luxemburguesa pelas opções é o mais requisitado. O pedido pela naturalização é o menos utilizado pois continua com uma importância baixa e mostra um comportamento sinusoidal ao longo do tempo.

Conclusão

Muito feliz me sentiria se, com este trabalho, tivesse concorrido para que a problemática da emigração fosse um pouco melhor entendida por aqueles que, nunca tendo tido necessidade de a ela recorrerem, ainda aos emigrantes se referem com alguma ironia e os olham com sobrançeria. Ignoram completamente a história do Homem, a sua inquietação na procura de lugares que lhe proporcionem paz, pão, liberdade de iniciativa de ser o autor das peças que integram o “puzzle” da sua vida, do seu próprio destino.

Referi os sentimentos mais íntimos dos imigrantes – sobretudo enquanto não conseguem integrar-se nas sociedades tão diferentes das que deixaram. Com fidelidade procurei causas e consequências na abundância do que vi, do que conheci, do que senti de perto, do que vivi... Se o imigrante e/ou as causas que o obrigaram a ter esse “*estatuto*” fossem tema de aturado estudo na proporção em que concorre, tanto para a riqueza do país que deixa para trás, como para a daqueles que o recebem, decerto os privilegiados o olhariam como um ser corajoso que a História do Homem sempre honrará: “*dos fracos não reza a história*”. O emigrante é um *aventureiro* – “quem não se aventurou, não perdeu nem ganhou” – que parte com os olhos postos num horizonte onde o seu futuro e o da sua família sejam bem mais risonhos do que a estreiteza de meios que deixa no cais de embarque. É este horizonte limitado a causa do amadurecer da ideia, de realizar o ideal de emigrar, que fazem o Homem demandar paragens tão diversas, tantas vezes tão longínquas, até povos bem inóspitos, climas agrestes, línguas e culturas que em nada se identificam com as suas referências.

Desde sempre este fenómeno social povoou o sonho, o imaginário do Homem, se concretizou em percentagens ora altas ora baixas, conforme os motivos que o impeliam e o atraíam a transpor fronteiras.

Bem demonstrado ficou que causas económicas, políticas, religiosas, são a principal alavanca que impulsionam o emigrante a procurar o *estatuto* de imigrante. Há ainda um motivo que creio pertinente apontar, pelo efeito apelativo que tem nos familiares, amigos e conhecidos do emigrante.

Quando, com a família, chega de visita às suas terras de origem ostenta habitualmente sinais de um bem estar – por vezes só aparente – que desencadeiam, nos que testemunharam o seu modo de vida anterior, um conjunto de reflexões que, não raro, os leva a seguir os seus passos. Poderíamos dizer, pelos dados apurados e constantes neste trabalho que, como António Gedeão (Movimento Perpétuo), eles sabem que são os sonhos que comandam a vida...

Além das citadas há ainda outras causas que despoletam deslocamentos em massa dentro do mesmo continente – emigração transfronteiriça –, ou para outro continente – emigração transoceânica. As mais significativas foram já enumeradas neste trabalho, pelo que se tornaria fastidioso repeti-las. São porém tão importantes nas sociedades donde saem como nas sociedades onde entram. Foi e é esta inegável importância que suscitou e suscita nos especialistas destes fenómenos sociais a curiosidade de os estudar e de confrontar os seus estudos, as suas conclusões. Para tornar possível estes confrontos têm sido organizados congressos nos quais se não dispensam as opiniões dos próprios emigrantes – são eles os actores desta peça que integra o “*teatro*” das suas vidas em terras estranhas. Os economistas debruçam-se sobre o impacto que os imigrantes têm no desenvolvimento económico dos países de acolhimento e nos países de origem. Muitas vezes chegam à conclusão que o imigrante é um factor de desenvolvimento da riqueza do país que o acolhe, ao mesmo tempo que concorre para o desenvolvimento e riqueza do país de origem. Os sociólogos estudam o impacto social dos emigrantes nas sociedades que deixam e sociedades em que ingressam.

Os historiadores preocupam-se com os factos histórico-político-sociais ... - que estão na origem de mais ou menos grandes fluxos emigratórios. Tanto uns como outros chegam à conclusão que não há uma regra definida aplicável a todas as circunstâncias em que se dão esses deslocamentos. Embora as motivações sejam diferentes, há pontos que lhes são comuns. Para citarmos o mais comum lembremos o factor repulsão – atracção.

É bem claro que nem todos os países exercem sobre os emigrantes a mesma atracção, nem todos lhes causam a mesma repulsão. Aquela depende de muitos factores, mas na maioria dos casos os países para onde pretendem ir são escolhidos selectiva e racionalmente tendo em vista vários aspectos.

Esses aspectos podem ir desde a distância no espaço, ao clima, ao acolhimento dado aos estrangeiros pelas populações nativas, às informações obtidas junto de outros emigrantes, à observação do novo modo de vida que estes ostentam e até à comparação deste com a de emigrantes em países diferentes. O nível de vida, a estabilidade social, o sistema político, as leis laborais, os sistemas de saúde, e o sistema escolar (o aproveitamento escolar dos emigrantes da segunda e terceira geração no Luxemburgo vai evoluindo de forma positiva embora não possa comprovar esta tendência com dados oficiais pois não consegui estatísticas nesta matéria).

Concluimos igualmente que a emigração dos nossos dias – refiramos a portuguesa – já pouco ou muito pouco tem a ver com a dos anos 50, 60, 70 e até com a de 80. É que o nível de escolaridade subiu alguns *degraus*, e os meios de comunicação, mormente os áudio-visuais, contribuíram para que o emigrante parta com os conhecimentos mínimos do país de acolhimento que escolhe. É uma emigração menos aventureira mas sempre corajosa para os que hoje se estabelecem. Em países da UE o sentimento de que são imigrantes, estrangeiros em terra alheia, é aligeirado pela convicção de que são cidadãos europeus. Esta lógica convicção não lhes apaga as saudades da família e dos amigos que ficaram nem a nostalgia da pátria, mas mitiga-as.

Particularizo o imigrante português no Luxemburgo que, mesmo com pouca cultura livresca, com baixos níveis de formação académica e até profissional, aproveita a televisão, a conversação nos locais de trabalho, nas estruturas culturais e desportivas, nas festas públicas e religiosas... todos os locais servem para aprendizagem da língua, dos costumes, das leis vigentes, de tudo quanto diga respeito às suas vidas, à dos seus filhos e até à dos seus amigos.

Compreendemos já com clareza que no Grão-Ducado do Luxemburgo a força braçal do imigrante português ajudou a manter este país como um dos mais ricos do mundo.

Com efeito, nunca é demais repeti-lo, a produção do aço – a eterna fonte de riqueza deste *pequeno grande* país – tem na continuidade da sua riqueza muito suor e até a saúde de tantos e tantos portugueses que, nomeadamente em Rodange, Pétange, Esch-Alzette,... extraem das minas o ferro que, com a hulha do Sur e do Sarre, *ali a dois passos*, os nossos compatriotas em altos fornos temperam. Eles transformam-no no aço que incontornavelmente dá ao Luxemburgo uma economia de destaque no *ranking* mundial, ao mesmo tempo que proporciona aos luxemburgueses e aos cerca de 38% de emigrantes uma vida desafogada, com um dos maiores rendimentos *per capita* e uma das mais baixas taxas de desemprego da Europa.

Neste “*El Dorado*” europeu a inflação é baixíssima – por vezes há até desinflação – e as políticas de saúde, de educação, de habitação, de trabalho são incentivos para milhares de imigrantes que, como bem demonstrámos, mesmo após a reforma e o regresso a Portugal, deslocam-se ao Luxemburgo duas ou três vezes por ano para consultas médicas, tratamentos termiais, etc.

É um sentimento de quase gratidão que os atrai. Eles sentem que aquele país os acolheu, lhes devolveu a dignidade que no seu próprio país lhes negavam. Esta negação, já ficou bem explícito, funcionou como factor repulsivo em oposição ao factor atractivo que lhes ficava longe na distância mas perto, muito perto, da plena realização dos seus sonhos.

Socialmente o imigrante português encontrou nos naturais ligeira segregação que depressa se foi transformando em plena aceitação e reconhecimento pela honestidade e espírito de sacrifício e doação com que desempenha o seu “*métier*” trabalho. Comportamentalmente o português é apreciado pois não é desordeiro, acata as leis e regras emanadas pelas autoridades e procura imitar o tipo de vida dos naturais para com eles não colidir. Esta boa impressão encontra a sua expressão máxima na família real, ou não fosse ela directamente descendente de portugueses. Avivamos a memória repetindo aqui o que consta da história do Luxemburgo. O actual Grão-Duque Henri sucedeu há apenas 4 anos ao seu pai, Grão-Duque Jean, bisneto do nosso rei D. Miguel. Este respeito mútuo é o natural corolário da consciência que acompanha o emigrante português: sem esforço e sem disciplina não é possível alcançar sucesso ou felicidade.

Capacitado de que grande percentagem do seu sucesso e de uma vida com qualidade vem da forma como se relaciona com os outros imigrantes e com os luxemburgueses, hoje em dia já procura uma habitação fora dos bairros habitados só por portugueses ou outros imigrantes. É uma busca constante de integração, de prestígio social.

Através dos filhos – imigrantes de segunda geração ou terceira geração –, da educação que lhes dão, e do desempenho profissional que lhes ajudaram a conseguir, os portugueses no Luxemburgo vão despertando para a realidade de que estão conseguindo o desiderato das suas vidas. Não desejam viver em guetos, “*bidonvilles*”, mas integrados na sociedade à qual também cabe o mérito de, com o seu simpático acolhimento, ter desmontado a ideia de que era uma sociedade xenófoba.

A aprendizagem desta sã convivência tem contribuído para que o imigrante em geral, e o português em particular, seja bem sucedido pelo menos em certas esferas da vida.

O emprego seguro, um melhor nível económico, a estabilidade da família, levaram o português do Grão-Ducado a compreender os princípios psicológicos da interacção com os naturais.

Apesar de todos estes avanços na emigração no Luxemburgo dos nossos dias há ainda muito caminho a percorrer. No capítulo de escolaridade – referido no trabalho e apoiado por quadros estatísticos – nem tudo agrada ao imigrante. Com efeito, a aprendizagem pelos seus filhos da sua língua materna é “*ponto de honra*” para ele, ciente que este é o laço mais importante que a eles o liga, ligação que se estenderá à pátria que deixou mas lhe está no coração, à família que no seu rincão o espera e espera entender os seus descendentes que serão os continuadores do seu nome... De facto o ensino da língua e cultura portuguesas funciona em sistema paralelo, não fazendo, por conseguinte, parte da estrutura curricular do ensino luxemburguês.

Conclui-se facilmente que o desejo inabalável dos pais, nem sempre bem aceite pelos filhos, constitui para estes uma sobrecarga que afecta a sua capacidade de aprendizagem. O ensino é ministrado por professores portugueses e coordenado por um(a) coordenador(a), articulados com a embaixada e o consulado português no Luxemburgo.

Como exposto neste item no decurso deste trabalho, concluímos que o ideal seria o “*português*” passar a ser ensinado em sistema integrado ou ser uma disciplina curricular. Não é fácil esta última decisão, uma vez que o Luxemburgo é já um país trilingue – luxemburguês, alemão, francês –, tornando-se a nossa língua na quarta língua curricular durante a escolaridade do aluno. É difícil, mas o interesse demonstrado pelos dois governos conduzirá por certo a bom porto, evitando ao aluno uma sobrecarga que tantas vezes o revolta e lhe diminui o aproveitamento escolar.

Concluímos com certa mágoa que, no domínio das relações comerciais entre Portugal e o Luxemburgo, há uma incompreensível baixíssima penetração de empresas portuguesas no Grão-Ducado. Sabemos que o mercado interno não é de alto nível de consumo – tem uma população de cerca de 460000 habitantes –, mas se nos lembrarmos do tratado do Benelux, que continua a existir mesmo pertencendo os três países signatários à União Europeia –, certamente se encontrarão benefícios na colocação de muitos produtos portugueses no Luxemburgo.

É certo que a mão-de-obra é cara – já se disse que o Luxemburgo tem dos mais altos rendimentos “*per capita*” –, o que dificulta que as empresas se instalem no território. Ainda que alguns imigrantes tenham já investido nalguns negócios dentro do Grão-Ducado, são investimentos de pequena monta que se reportam mais ao tecido comercial. Ainda assim revestem-se de alguma importância pois neles se vendem produtos portugueses, dos quais destacamos os vinhos, enchidos, conservas, artesanato em olaria e outros materiais.

Muito embora estes artigos tenham mais procura por parte da comunidade portuguesa, começam a ser apreciados por muitos luxemburgueses que neles encontram qualidade. Também a nossa gastronomia está a entrar cada vez mais nos hábitos dos naturais, que a vão saboreando em variadíssimos restaurantes que imigrantes portugueses vão abrindo um pouco por todo o território do Grão-Ducado. Seguiram, nesta matéria, o exemplo dos italianos, há mais décadas aí radicados, que se estabeleceram por conta própria com pizzarias onde, para além das pizzas, confeccionam massas e outros pratos da gastronomia própria dos transalpinos. Também esta troca de produtos, de gastronomia, ajuda à interpenetração das respectivas culturas.

Com esta lógica conclusão espero dar uma contribuição, ainda que modesta, para a compreensão deste aliciente e inesgotável tema, o fenómeno da emigração.

Tornou-se mais evidente a globalização e mais fácil ainda a europeização depois dos acordos de Schengen – livre trânsito de pessoas e bens entre fronteiras de vários países da União Europeia –, com o desenvolvimento dos meios de comunicação, com o derrube de barreiras burocráticas, com uma maior equidade entre os povos. Penso que a falta desta maior equidade entre países ricos e países pobres desencadeia no homem a vontade de emigrar na busca de trabalho não precário, estabilidade e qualidade de vida para si e para os seus. Os regimes ditatoriais ainda existentes – que levam a perseguições políticas – acabariam com autênticos êxodos das populações, com fluxos emigratórios de importância transcendental.

Deslocamentos de populações sempre houve e haverá, pois faz parte da natureza humana a necessidade de conhecer novas paragens, novas culturas. Só é preciso que esta necessidade não assente no factor repulsão, que é sempre motivo de sofrimento humano.

Da leitura integral deste trabalho com naturalidade se intui que o Luxemburgo beneficiou, em vários aspectos, com a imigração em geral e com a portuguesa em particular. É motivo de orgulho para Portugal (*abençoada pátria que tais filhos tem...*) a enorme estima e consideração que os luxemburgueses nutrem pelos portugueses, povo ordeiro e trabalhador, disponível e solidário.

Saíram das suas, tão pequenas e fechadas, sociedades para sociedades tão diferentes na língua, nos costumes, no plano económico. Não deixaram os seus “créditos por mão alheias” pois souberam sempre impor-se pelo seu comportamento, pelo seu trabalho e pela sua vontade de melhorar sempre o seu nível de vida sócio-económico. Acatando com simplicidade mas muito interesse as leis vigentes, estes homens e estas mulheres foram, neste país de acolhimento, começar nova vida, tantas vezes partindo do zero.

Para aqueles que regressam há novamente um recomeço em idades em que este já não é nada fácil. Quanto sofrimento não passou o emigrante português para no Luxemburgo, neste caso particular, procurar trabalho, procurar casa, estabelecer-se a si e à família, aprender os primeiros rudimentos de linguagem, ganhar coragem para enfrentar a necessidade de fazer compras, procurar médicos e capacidade para lhes expor os seus males... quantos e quantos “espinhos” não rasgaram os seus corações!

A recompensa também a encontramos bem explícita neste trabalho traduzida na gratidão do povo luxemburguês e dos seus governantes. Também estes, com políticas de respeito pelo trabalho do emigrante em geral, souberam cativá-lo, incentivando-o na sua profissão e proporcionando-lhe até muitas vezes uma preparação mais específica do que aquela que levavam das suas terras.

Bibliografia

- ❖ Afonso, Sofia Isabel Coelho (1997) *A Segunda Geração e o regresso*, Tese de Mestrado, Universidade de Coimbra.
- ❖ Almeida C. e Barreto A. (1976), *Capitalismo e emigração em Portugal*, Cadernos de Hoje, Prelo Editora, Lisboa.
- ❖ Alves, Paula Telo (2003), *Mais de 50% da população é estrangeira*, Semanário Contacto, nº46: pp. 6, Outubro.
- ❖ Arroteia, Jorge Carvalho (1983), *A emigração portuguesa: suas origens e distribuição*, Lisboa, ICLP.
- ❖ Arroteia, Jorge Carvalho (1985), *Atlas da emigração portuguesa*, Secretaria de Estado da Emigração, Porto.
- ❖ Arroteia, Jorge Carvalho (1986), *A emigração portuguesa no Grão-Ducado do Luxemburgo*, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Porto.
- ❖ Badie, Bertrand e Smouts, Marie-Claude (1995), *Le retournement du monde*, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques & Dalloz.
- ❖ Badie, Bertrand. e Wenden, Catherine Whithol de (1994), *Le défi migratoire, Questions de relations internationales*, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- ❖ Baganha, Maria Ioannis e Góis, Pedro (1999), *Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos?* in *Revista Critica de Ciências Sociais* nº52/53.
- ❖ Beirão, Delfina (1999) *Les choses cachées dans la tête, Des familles portugaises racontent leur vie au Luxembourg* L'Harmattan, Paris.
- ❖ Beirão, Delfina (2002), *Luxemburgo* in *Os Movimentos Migratórios Externos e a Sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal*, Observatório do Emprego e Formação Profissional, Lisboa, pp. 287-313.
- ❖ Besch, Sylvain (1997), *Le Luxembourg pays immunisé contre le racisme ? Le débat face au racisme et à la xénophobie au Luxembourg entre 1993 et 1996* in *Cahier RED – SESOPI – CI*, nº2.
- ❖ Besch, Sylvain (2002), *Une citoyenneté en évolution* in *Les valeurs au Luxembourg*, RED, Editions Saint Paul, pp : 391- 533.
- ❖ Bilan des inscriptions aux élections communales et européennes de 1999 (1999), *Bilan des inscriptions aux élections communales et européennes de 1999*, RED – SESOPI – CI, nº4.

- ❖ Borges, Sérgio Ferreira (2003), *Quadro de professores de português completo*, Semanário Contacto, Outubro nº46: pp. 5.
- ❖ Bourdieu, Pierre (1993), *La misère du monde*, Edition du Seuil, Paris.
- ❖ Braudel, Fernand (1981) *Historia e ciências sociais*, Lisboa, Editorial Presença.
- ❖ Candidat étranger aux élections communales et européennes de 1999 : pourquoi ? (2001) *Candidat étranger aux élections communales et européennes de 1999 : pourquoi ?*, RED – SESOPI – CI, Mai, nº6.
- ❖ Carol, A., Carrigues, J. e Ivermel, M (1997), *Resumo de história do século XX*, Plátano Edições Técnicas, Lisboa.
- ❖ Chiffres sur la populations du Luxembourg (2001) Chiffres sur la populations du Luxembourg, RED – SESOPI – CI.
- ❖ Cónim, Custódio (1985), *Emigrantes Portugueses: O regresso, 1960-1990 in Portugal e a Europa*, Centro de Estudos da Dependência, Lisboa, pp. 27-66.
- ❖ Cruz, Á (2003), *A superior qualidade dos nossos produtos*, Semanário Contacto, Outubro nº43: pp. 5.
- ❖ Cruz, Á. (2003), *É importante uma maior participação na vida política do país*, Semanário Contacto, Outubro nº41: pp. 3.
- ❖ Dubajic, Néand (2002), *Les relations aux autres dans une société multiculturelle in Les valeurs au Luxembourg*, RED, Editions Saint Paul, pp : 327-390.
- ❖ Eco, Umberto (1998), *Como se faz uma tese em ciências humanas*, Lisboa: Editorial, Presença.
- ❖ Estgen, Paul (2002), *La famille, oui ! mais laquelle ? in Les valeurs au Luxembourg*, RED, Editions Saint Paul, pp : 189-325.
- ❖ Fehlen, F., Piroth, I. (1998), *Trajectoires migratoires et mobilité sociale in Le Sondage «Baleine»*, RED – SESOPI – CI, Novembre : pp.56-78.
- ❖ Fehlen, F., Piroth, I. et Schmit, C. (1998) *Les Langues au Luxembourg in Le Sondage «Baleine»*, RED – SESOPI – CI, Novembre : pp.28-42.
- ❖ Fehlen, Fernand (1998), *Langues et enjeux sociaux au Luxembourg in Le Sondage «Baleine»*, RED – SESOPI – CI, Novembre : pp.14-25.
- ❖ Garcia, José Luís 1998), *A emigração Portuguesa: Uma Breve Introdução*, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.
- ❖ Hirsch, M. Mario, (2002), *L'évanescence du politique in Les valeurs au Luxembourg*, RED, Editions Saint Paul, pp : 788-791.
- ❖ Jackson, John A., Esher (1991) *Migrações*, Lisboa.

- ❖ Langers, Jean (1999), *L'hétérogénéité de la main d'oeuvre étrangère au Luxembourg in Population et Emploi*, STATEC, Octobre, n°3/99 : pp. 1-4.
- ❖ Langers, Jean (1999), *Les portugais au Luxembourg : quelques enseignements des enquêtes sur les forces de travail in Population et Emploi*, STATEC, Octobre, n°3/99 : pp. 4-6.
- ❖ Legrand, Michel (1998) *Formes de participation à la vie sociale culturelle et politique in Le Sondage «Baleine»*, RED – SESOPI – CI, Novembre : pp.82-118.
- ❖ Legrand, Michel (2002), *Qu'est-ce qui fait vivre les habitants du Grand-Duché de Luxembourg ? in Les valeurs au Luxembourg*, RED, Editions Saint Paul, pp : 31-135.
- ❖ Leite, Joaquim da Costa (1996) *Os negócios da emigração: 1870-1914 in Analise Social*, n°136-137.
- ❖ Les valeurs au Luxembourg, (2002), *Résultats de l'enquête sur les valeurs au Luxembourg in Les valeurs au Luxembourg*, RED, Editions Saint Paul, pp : 814-868.
- ❖ Lopes, Policarpo (1996), *Emigração e comunidades portuguesas no estrangeiro in Janus 97 – Anuário de Relações Exteriores*, Público e UAL.
- ❖ Mertz, Frédéric (2002), *Les représentations sociales du travail de l'économie et de la justice in Les valeurs au Luxembourg*, RED, Editions Saint Paul, pp : 137-187.
- ❖ Miguel, P. (2003), *"17ª em honra de N. Sra. De Fátima, Com Maria, Orar e Agir"*, Semanário Contacto, Outubro n°41: pp. 17.
- ❖ Milza, Pierre (1995), *As relações internacionais de 1871 a 1914*, Nova Biblioteca 70, Edições 70.
- ❖ Milza, Pierre (1995), *As relações internacionais de 1918 a 1939*, Nova Biblioteca 70, Edições 70.
- ❖ Ministère de l'Education Nationale de la Formation Professionnelle et des Sports (2002) *"Les chiffres clés de l'éducation nationale – statistiques et indicateurs"* Service de coordinations de la recherche et de l'innovation pédagogique et technologiques.
- ❖ Ministère de la Justice, *Journal Officiel du Grand-Duché de Luxembourg*, Loi sur la nationalité luxembourgeoise.
- ❖ Miranda, Sacuntala (1999) *A emigração portuguesa e o atlântico 1870-1930*, Lisboa, Edições Salamandra.
- ❖ Pauly, M. Michel, (2002), *L'histoire des valeurs – les valeurs de l'histoire in Les valeurs au Luxembourg*, RED, Editions Saint Paul, pp : 781-787.

- ❖ Peixoto, João (1993) *A emigração portuguesa a partir de 1980: factos estatísticos e mobilidades de evolução*, Estudos demográficos, nº31, INE, pp.35-74.
- ❖ Peixoto, João (1993) *Migrações e mobilidade: as novas formas da emigração portuguesa a partir de 1980 in Emigração – Imigração em Portugal*, Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal séculos XIX e XX: pp.278-307.
- ❖ Peixoto, João (1998), *As migrações dos quadros altamente qualificados em Portugal – Fluxos migratórios inter-regionais w internacionais e mobilidade intra-organizacional* dissertação de doutoramento apresentada no Instituto Superior de Economia e de Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.
- ❖ Peixoto, João (1999) *A emigração in F. Bethencourt e K. Chaudhuri (Dir.), História da expansão portuguesa, Vol. V – Ultimo império e recentramento (1930-1998)*, s.l., Circulo de Leitores, pp.: 152-181.
- ❖ Peixoto, João (2004) *País de emigração ou país de imigração – Mudança e continuidade no regime migratório em Portugal in Socius Working Paper nº2*.
- ❖ Pereira, Miriam Halpern (1981), *A política de emigração (1850-1930)*, Col. “Biblioteca de História”, nº10, A regra do jogo, Lisboa.
- ❖ Pereira, Victor (2004) *La politique d’émigration de l’Estado Novo entre 1958 et 1974 in Portugais de France: immigrants et citoyens d’Europe*, Cahiers de l’Urmis, nº9 : pp15-33.
- ❖ Perotti, M. Antonio, (2002), *Cohésion sociale et pluralisme culturel in Les valeurs au Luxembourg*, RED, Editions Saint Paul, pp : 772-780.
- ❖ Portes, Alejandro (1999), *Migrações Internacionais – origens, tipos e modos de incorporação*. Oeiras: Celta.
- ❖ Relator Martin, Fernando Fernández (2003) *Migrações e deslocações de população in Relatório da XVI Conferência Inter parlamentar União Europeia / América Latina*, Bruxelas, Maio.
- ❖ Represas, João (2004), *Esch sãojoanino*, Semanário Contacto, Outubro, nº27: pp. 9.
- ❖ Rioux, Jean Pierre (1982) *A revolução industrial*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- ❖ Rocha Trindade, Maria Beatriz (1988), *Espaços de herança cultural portuguesa – gentes, factos, políticas in Análise Social*, nº100, Vol. XXIV, Lisboa, pp. 313-351.
- ❖ Rocha Trindade, Maria Beatriz (1995), *Sociologia das Migrações*, Universidade Aberta, Lisboa.

- ❖ Samuelson, Paul A. Nordhaus, William D. (1998), *Economia*, Mem Martins: McGraw-Hill.
- ❖ Semanário Contacto (2003), *Club – emploi uma ajuda na procura de emprego*, Semanário Contacto, Outubro, nº43: pp. 3.
- ❖ Semanário Contacto (2003), *O luxemburguês: uma língua de integração?!*, Semanário Contacto, Outubro, nº46: pp. 8.
- ❖ Semanário Contacto (2003), *Promover a integração dos alunos estrangeiros*, Semanário Contacto, Outubro, nº43:pp 7.
- ❖ Senador Hurtado, Enrique Gomez (2003) *Migrações e deslocações de populações in Relatório da XVI Conferência Inter parlamentar União Europeia / América Latina, Bruxelas, Maio.*
- ❖ Serrão, Joel (1974), *Emigração Portuguesa*, Livros Horizonte, Lisboa.
- ❖ Serrão, Joel (1976), *Testemunhos sobre a Emigração: Antologia*, Livros Horizonte, Lisboa.
- ❖ Serrão, Joel (1982), *A emigração Portuguesa: Sondagem Histórica*, Livros Horizonte, Lisboa.
- ❖ Serrão, Joel (1985), *Notas sobre emigração e mudança social no Portugal Contemporâneo in Análise Social*, nºs. 87-88-89, Vol. XXI, Lisboa, pp.995-1004.
- ❖ Tapinos, Georges (1974), *L'économie des migrations internationales*. Paris : Armand Colin.
- ❖ Tapinos, Georges (1975), *L'immigration Étrangère en France*, Institut National d'Etudes Démographiques, Presses Universitaires de France.
- ❖ Vaisse, Maurice (1996), *As relações internacionais desde 1945*, Nova Biblioteca 70, Edições 70.

Endereços Electrónicos

- ❖ http://epp.eurostat.cec.eu.int/portal/page?_pageid=1090.1137397&_dad=portal&_schema=PORTAL
- ❖ <http://imigrantes.no.sapo.pt/page6portugal.html>
- ❖ <http://jornal.publico.pt/publico/2004/09/29/Nacional/P02.html>
- ❖ <http://www.acime.gov.pt/docs/Publicacoes/estudos/demografia.pdf>

- ❖ <http://www.adiaspora.com/port/indexport.htm/>
- ❖ <http://www.agencia.ecclesia.pt/mov/23/default.asp?jornalid=23>
- ❖ http://www.gri.pt/acordos/programa_luxemburgo.doc
- ❖ <http://www.gri.pt/main.asp>
- ❖ <http://www.instituto-camoes.pt/icnoticias/noticias99/icccluxembrg.htm>
- ❖ <http://www.instituto-camoes.pt/icnoticias/noticias99/junckerguterresic.htm>
- ❖ <http://www.jornaldigital.com/noticias.php?noticia=1450>
- ❖ <http://www.manuelcarvalho.8m.com/>
- ❖ <http://www.multi.pt>
- ❖ <http://www.radiolatina.lu>
- ❖ <http://www.solnet.com>
- ❖ <http://www.teiaporuguesa.com/cinquentenariodiasporaportuguesa.htm>
- ❖ <http://www.terravista.pt/guincho/1732/aveiro.htm>
- ❖ <http://www.theportugueseport.ca>
- ❖ http://www.tsf.pt/online/vida/interior.asp?id_artigo=TSF155382
- ❖ www.europa.eu.int/comm/publications
- ❖ www.ine.pt
- ❖ www.oim.pt

